

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

Vitor Pereira de Almeida

A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL:
Reflexões sobre a temática no telejornalismo público e comercial.

Juiz de Fora
2019

Vitor Pereira de Almeida

A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL:

Reflexões sobre a temática no telejornalismo público e comercial.

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Comunicação e Poder

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Almeida, Vitor Pereira de.

A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL: : Reflexões sobre a temática no telejornalismo público e comercial. / Vitor Pereira de Almeida. -- 2019.

152 p. : il.

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho

Coorientadora: Márcio de Oliveira Guerra

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós Graduação em Comunicação, 2019.

1. Regulamentação da Mídia. 2. Regulação da Mídia. 3. Telejornalismo. 4. TV Pública. 5. TV Comercial. I. Coutinho, Iluska Maria da Silva, orient. II. Guerra, Márcio de Oliveira, coorient. III. Título.

Vitor Pereira de Almeida

**A REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL:
Reflexões sobre a temática no telejornalismo público e comercial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade.

Aprovada em 18 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA



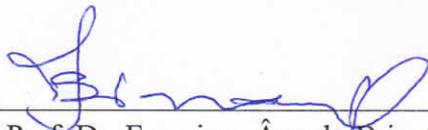
Prof^a. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof^a. Dra. Sonia Virginia Moreira
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Francisco Ângelo Brinati
Universidade Federal de São João del-Rei

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família (meu pai, minha mãe e minha tia). Sem ela eu nada conseguiria. Muitos momentos de carinho, amor, compreensão e paciência; muita paciência comigo. Obrigado por me tornarem quem eu sou.

Agradeço, também, a Deus e a todos os espíritos de luz que me ajudaram nessa caminhada e não me deixaram fraquejar demais. Em especial, ao Terreiro Tambores de Angola, à Mãe Ana e às entidades de luz que me ajudaram em todos os momentos.

Aos presidentes Lula e Dilma por possibilitarem que pessoas como eu e tantas outras realizem seus sonhos. Obrigado por tudo que fizeram pelo Brasil.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação. Em especial, à amiga Virgínia Aparecida Ramos Filgueiras.

À Iluska por ser mais que uma orientadora. Por toda amizade e companheirismo ao longo desses anos acadêmicos, desde a graduação.

Ao Márcio, que sempre acreditou no meu trabalho e no meu potencial. Obrigado por todo o apoio.

Aos professores do PPGCOM/UFJF e da FACOM/UFJF por todos os ensinamentos. Em especial à professora Aline Pereira e ao professor Paulo Roberto, que sempre estiveram próximos à minha pesquisa, auxiliando-a de diversas formas.

Aos professores da banca, que aceitaram colaborar para o crescimento do trabalho: Sonia Virginia e Francisco Brinati.

À Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento concedido a esta pesquisa e pela sua viabilização em um período econômico tão conturbado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Os autores gostariam de agradecer à Capes e ao CNPq. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. The authors would like to thank Capes and CNPq.

À Charlene, Igor Delgado, Kátia, Laryssa, Carol, Isabela, Nara, Aurora, Rayssa, Mário, Helena por toda a amizade, carinho, compreensão, brigas e amor

incondicionais.

À Aline, por ser muito mais que uma secretária; uma verdadeira “mãe acadêmica” nos auxiliando em todos os momentos.

Aos amigos da graduação, levados para a vida toda, Alessandra, Ana Paula, Cecília e Rapha.

A todos os amigos de longa data que me acompanham. Carolline, Diogo, Felipe, Lígia, Lorena, Luana, Tatiana, Thomaz. Por todos os momentos que me alegraram e fizeram ver que a vida pode ser mais leve.

“Disse e repito: prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio da ditadura.”

(Dilma Vana Rousseff)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo estudar e analisar a cobertura da temática da regulamentação da mídia no Brasil pelo telejornalismo. Optou-se por analisar a cobertura da regulamentação da mídia no telejornalismo público em comparação ao telejornalismo comercial no Brasil para verificar como o discurso da regulamentação da mídia é mostrado pela própria mídia e colocar em xeque a ainda não regulamentada complementariedade entre os sistemas. Questões referentes ao telejornalismo público e ao telejornalismo de caráter comercial foram elucidadas para que se pudesse diferenciar as aplicações e formatos de cada um. Inicialmente, fez-se necessário discutir e definir regulação e regulamentação; foram pormenorizadas as leis envolvendo a temática desde a Primeira República até a Constituição de 1988 com a redemocratização do país e os governos que ocorreram após a promulgação da Constituição Cidadã. A partir disso, o enfoque se dá na televisão, um dos principais veículo de comunicação de massas no Brasil. A hegemonia da TV Globo é discutida, seguindo o conceito de Gramsci; em sua contrapartida é analisada a TV Brasil: os objetos de estudo são o Jornal Nacional, o Caminhos da Reportagem e o Ver TV. Como metodologia de análise é utilizada a Análise da Materialidade Audiovisual e são elencados três eixos de análises qualitativos: A - Pluralidade, B - Diversidade e C - Cidadania/Autonomia. A partir da Análise da Materialidade Audiovisual são realizadas inferências que possibilitam demonstrar o padrão desses produtos telejornalísticos e como retratam a regulamentação da mídia.

Palavras-chave: Regulamentação da Mídia. Regulação da Mídia. Telejornalismo. TV Pública. TV Comercial.

ABSTRACT

The present research aims to study and analyze the coverage of the media regulation in Brazil by telejournalism. It was decided to analyze the coverage of the regulation of the media in the public telejournalism in comparison to the commercial telejournalism in Brazil to verify how the discourse of the regulation of the media is shown by the own media and to put in check the still not regulated complementarity between the systems. Questions regarding public telejournalism and commercial telejournalism were elucidated in order to differentiate the applications and formats of each one. Initially, it was necessary to discuss and define regulation and regulamentation; the laws surrounding the theme from the First Republic to the Constitution of 1988 with the re-democratization of the country and the governments that occurred after the promulgation of the Citizen Constitution were detailed. From this, the focus is on television, the main vehicle of mass communication in Brazil. The hegemony of TV Globo is discussed, following Gramsci's concept; in its counterpart is analyzed TV Brasil: the objects of study are Jornal Nacional, Caminhos da Reportagem and Ver TV. As analysis methodology the Audiovisual Materiality Analysis is used and three axes of qualitative analysis are listed: A - Plurality, B - Diversity and C - Citizenship / Autonomy. From the Analysis of Audiovisual Materiality, inferences are made that make it possible to demonstrate the standard of these newsjournalistic products and how they portray the regulation of the media.

Keywords: Regulamentation of the media. Regulation of the media. Telejournalism. Public TV. Commercial TV.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bancada do Jornal Nacional	43
Figura 2 – Logo do programa Caminhos da Reportagem (TV Brasil)	56
Gráfico 1 – Tempo total em relação ao tempo de entrevistas.....	60
Gráfico 2 – Tempo de entrevistas total em relação às fontes oficiais/especialistas.....	61
Figura 3 – Logo do programa Ver TV (TV Brasil).....	63
Figura 4 – Logo do Jornal Nacional	67
Gráfico 3 – Tempo das fontes no JN - 01/10.....	70
Gráfico 4 – Tempo das fontes no JN - 02/10.....	75
Gráfico 5 – Tempo das fontes no JN - 03/10.....	80
Gráfico 6 – Tempo das fontes no JN - 04/10.....	84
Gráfico 7 – Tempo das fontes no JN - 05/10.....	89
Gráfico 8 – Tempo das fontes no JN - 06/10.....	94
Gráfico 9 – Tempo das fontes no JN - 22/10.....	107
Gráfico 10 – Tempo das fontes no JN - 23/10.....	112
Gráfico 11 – Tempo das fontes no JN - 24/10.....	117
Gráfico 12 – Tempo das fontes no JN - 25/10.....	120
Gráfico 13 – Tempo das fontes no JN - 26/10.....	125
Gráfico 14 – Tempo das fontes no JN - 27/10.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fontes do “Caminhos da Reportagem”	58
Tabela 2 – Fontes da edição 01/10 do Jornal Nacional	68
Tabela 3 – Fontes da edição 02/10 do Jornal Nacional	73
Tabela 4 – Fontes da edição 03/10 do Jornal Nacional	78
Tabela 5 – Fontes da edição 04/10 do Jornal Nacional	83
Tabela 6 – Fontes da edição 05/10 do Jornal Nacional	87
Tabela 7 – Fontes da edição 06/10 do Jornal Nacional	92
Tabela 8 – Fontes do Jornal Nacional na primeira semana de análise.....	97
Tabela 9 – Fontes da edição 22/10 do Jornal Nacional	105
Tabela 10 – Fontes da edição 23/10 do Jornal Nacional	110
Tabela 11 – Fontes da edição 24/10 do Jornal Nacional	116
Tabela 12 – Fontes da edição 25/10 do Jornal Nacional	120
Tabela 13 – Fontes da edição 26/10 do Jornal Nacional	123
Tabela 14 – Fontes da edição 27/10 do Jornal Nacional	129
Tabela 15 - Fontes do Jornal Nacional na segunda semana de análise.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
ACM	Antônio Carlos Magalhães
FHC	Fernando Henrique Cardoso
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
RTV	Retransmissoras de Televisão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
NJA	Núcleo de Jornalismo e Audiovisual
NUPESCEC	Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Esporte e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REGULA(MENTA)ÇÃO DA MÍDIA	13
2.1 REGULAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL	14
2.1.1 Constituição de 1891 (Primeira República) e a Lei Adolfo Gordo (1923).....	15
2.1.2 Constituição de 1934 (Segunda República)	15
2.1.3 Constituição de 1937 (Estado Novo)	15
2.1.4 Constituição de 1946	16
2.1.5 Ditadura Militar	16
2.1.6 Constituição de 1988	17
2.2 GOVERNOS E LEGISLAÇÕES	18
2.2.1 Governo de José Sarney	18
2.2.2 Governo Collor	18
2.2.3 Governo Fernando Henrique Cardoso	19
2.2.4 Governos do PT	20
2.2.4.1 <i>Intelectuais orgânicos e a defesa da regulação</i>	22
2.2.4.2 <i>A regulação como meta não alcançada</i>	25
2.2.5 Governo Temer e o desmonte da EBC	27
2.3 REGULAR E REGULAMENTAR.....	28
2.4 A REGULAMENTAÇÃO E A DEMOCRACIA	29
3 A TELEVISÃO COMERCIAL	33
3.1 HEGEMONIA E CULTURA TELEVISIVA	35
3.2 A REDE GLOBO DE TELEVISÃO.....	39
3.3 O JORNAL NACIONAL COMO PADRÃO TELEJORNALÍSTICO	41
4 A TV PÚBLICA	45
4.1 JORNALISMO PÚBLICO, AS HISTÓRIAS DA EBC E DA TV BRASIL	46
4.2 TELEJORNALISMO PÚBLICO E O DIREITO À INFORMAÇÃO.....	50
5 METODOLOGIA E ANÁLISES	55
5.1 CAMINHOS DA REPORTAGEM.....	56

5.2 VER TV	63
5.3 JORNAL NACIONAL	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	147

1 INTRODUÇÃO

Falar da regulamentação da mídia não é fácil. Torna-se ainda mais difícil em tempos extemporâneos como os atuais. Achava-se que pensamentos de origem centralizadora, intransigentes, tirânicos, autocráticos e ditatoriais não possuíam mais espaço na nossa democracia. Outro pensamento comum é o de que nossa democracia estava consolidada. Em pleno ano de 2019, colocam-se em xeque todas as afirmações anteriores e formas de pensar e conduzir a sociedade. Tempos difíceis. Portanto, falar da regulamentação nesse cenário não é trivial.

O objetivo principal dessa dissertação é estudar e analisar o processo de cobertura da temática da regulamentação da mídia pelo telejornalismo; para tanto o estudo inclui o aprofundamento sobre as questões estruturais e representações que envolvem o assunto. Para que fosse possível essa análise pormenorizada, outras contribuições teóricas e/ou contextuais se fazem presentes. Optou-se analisar a cobertura da regulamentação da mídia no telejornalismo público em comparação ao telejornalismo comercial no Brasil para tentar verificar como o discurso da regulamentação da mídia é mostrado pela própria mídia e colocar em xeque a ainda não regulamentada complementaridade entre os sistemas. Questões referentes ao telejornalismo público e ao telejornalismo de caráter comercial foram pormenorizadas para que se pudesse diferenciar as aplicações e formatos de cada um.

Ainda que jogando luz quanto às leis de regulação em sua abrangência total, não excluindo os outros veículos informativos, nessa dissertação a televisão ganha destaque por se constituir um dos mais importantes veículos de comunicação de massas no Brasil; mesmo com o acesso à internet se popularizando cada vez mais como explicitado ao longo do texto. Nesse contexto é importante levantar questionamentos e análises sobre a televisão pública. Ela, assim como todos os veículos de comunicação, deveria ser um meio de tornar as informações e conteúdos mais plurais e diversificados. Por meio da prática social do jornalismo seria, em tese, capaz de, não só informar, mas, também, influenciar a formação da opinião pública. Essa é a contrapartida que faz a diferença no telejornalismo público em relação aos chamados meios de comunicação hegemônicos.

O trabalho foi dividido em três capítulos de desenvolvimento e um de conclusões; além desse, de caráter introdutório. No primeiro capítulo de desenvolvimento são apresentadas questões sobre a regulamentação da mídia no Brasil; pormenorizando as leis envolvendo a temática desde a Primeira República até a Constituição de 1988 com a redemocratização do país. Ainda, são analisados governos e legislações pós-Constituição de

1988 até a presente data; encerrando-se no governo Temer. Outro ponto importante elucidado pelo capítulo é a diferenciação entre regulação e regulamentação da mídia. Ambas são tratadas como sinônimo, apesar de haver diferenciação entre os dois conceitos.

No segundo capítulo de desenvolvimento, questões sobre a televisão no Brasil e a hegemonia da Rede Globo são apresentadas. À luz de Gramsci recorre-se a conceitos que permitem realizar inferências sobre a questão central da hegemonia, da Cultura Televisiva e do Jornal Nacional como um padrão telejornalístico a ser seguido.

No terceiro capítulo de desenvolvimento, apresentam-se questões relacionadas à TV Pública; como diferenciações entre o telejornalismo público em relação ao telejornalismo de caráter comercial, a criação da EBC, a TV Brasil como principal guardião do telejornalismo público e o direito à informação.

O capítulo seguinte, de caráter empírico, apresenta a avaliação dos produtos telejornalísticos analisados. Nesse percurso, propõe-se verificar os parâmetros norteadores do telejornalismo público como finalidade não lucrativa; ter independência do mercado, da economia e da política, ter sustentabilidade e uma gestão plural. Entende-se que a comunicação e a informação são um direito e, portanto, esses parâmetros deveriam estar presentes em todo telejornal; mais fortemente ainda naquele que é tratado como o padrão telejornalístico do país. Além disso, para as análises qualitativas foram realizadas inferências acerca de três eixos considerados centrais nos estudos do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora acerca da comunicação pública: Pluralidade, Diversidade e Cidadania/Autonomia.

Para apresentação dos resultados, a avaliação dos materiais televisivos como objetos de estudo empírico foi dividida em duas partes. A primeira delas apresenta produtos da televisão pública; edições dos programas “Caminhos da Reportagem” e do “Ver TV” em que a temática central gira em torno da regulação da mídia. Na segunda parte, são apresentadas análises de edições do Jornal Nacional, principal telejornal do país em termos de audiência, e referência inclusive para o estabelecimento da linguagem característica do jornalismo audiovisual. Foram selecionadas edições veiculadas uma semana antes do primeiro turno das eleições de 2018 (1 a 6 de outubro) e uma semana antes do segundo turno das eleições (22 a 27 de outubro). Todo o material analisado correspondeu à vídeos disponibilizados nos respectivos sítios das duas emissoras na internet. A partir da descrição e tensionamento desses objetos empíricos tomando como referência os eixos Pluralidade, Diversidade e Cidadania-Autonomia foram realizadas análises quali-quantitativas.

2 REGULA(MENTA)ÇÃO DA MÍDIA

Esse trabalho estuda e analisa a questão da regulamentação da mídia no Brasil, partindo da questão central do controle midiático; apresentando as diferenças conceituais entre regulação e regulamentação. Realiza, ainda, um levantamento das definições ao construir a revisão bibliográfica acerca do tema com o objetivo de fazer um resgate histórico da regula(menta)ção. Destacam-se conceitos importantes para a temática, inclusive com uma definição feita pelo autor sobre o que seria a regulamentação da mídia, visto a dificuldade em conceituar e definir o termo. No capítulo apresenta-se os resultados da revisão bibliográfica que buscou detectar como tem sido tratada a questão em pauta e diferenciar a regulação e a regulamentação. A primeira é uma atividade atribuída ao órgão regulador e a segunda é de competência do Chefe do Executivo. A regulamentação efetiva confrontaria a existência de um oligopólio na mídia. No Brasil, sete famílias dominam os grandes veículos de comunicação o que dificulta que a pauta da regulamentação seja amplamente discutida pela sociedade civil e, até mesmo, que seja entendida; o que gera o pensamento errôneo de que a regulamentação seria uma forma de censura à liberdade de imprensa. Edson Lanza, relator especial para a liberdade de expressão da Organização dos Estados Americanos, afirmou em 2015 em um encontro organizado pela Organização das Nações Unidas no Sindicato dos Jornalistas no Rio de Janeiro “Sucessivas decisões da OEA atestam que o monopólio ou oligopólio das comunicações afeta a liberdade de expressão e, portanto, os Estados têm de garantir o pluralismo e a diversidade dos meios. E isso implica em ter regulação, impor limites” (Rede Brasil Atual, 2015).

Uma expressão utilizada para designar positivamente a mídia, especialmente jornalística, é o “quarto poder”; o Jornalismo exerceria esse poder ao fiscalizar os outros três poderes do Estado Democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário). Nesse sentido, atuando em defesa dos cidadãos, a mídia exerceria um contra poder ao analisar, divulgar e denunciar atos ilegais, ilícitos, corruptos em diversos setores da sociedade; atualmente sendo foco especial a política no Brasil.

Mas, ao pensarmos a mídia e o jornalismo mais especificamente como vigilantes do poder (“cão de guarda”¹ no termo utilizado por Eugênio Bucci, 2000), como conseguir que, em um país como o Brasil em que a mídia não foi regulada e nem regulamentada, a imparcialidade jornalística será cumprida? A resposta vem do próprio autor.

¹ Do termo em inglês “Whatchdog” (Cão de guarda, em livre tradução).

Pretender que as redações possam ser ilhas de ética dentro de empresas que realizam operações escusas ou dentro de sociedades em que as instituições democráticas sejam precárias, é o mesmo que apostar em boa medicina dentro de um hospital que compra remédios falsificados (BUCCI, 2000, p. 25).

A imparcialidade é assunto recorrente nos manuais de ética jornalística, sempre defendida como questão central que afeta diretamente a credibilidade do veículo. Porém, cabe o questionamento: é possível ser imparcial e produzir conteúdo sem parcialidade? É possível escrever, cobrir, gravar sem recortes que nos remetam às nossas bagagens pessoais? Apurar um fato já é um ato de parcialidade ao escolher a pauta, a fonte, a angulação e todas as outras etapas que constituem a apuração da notícia; no caso do jornalismo como exemplo.

Cada mente interpretante é única e constituída de diversas experiências pessoais. Torna-se quase impossível uma imparcialidade jornalística. Portanto, essa imparcialidade constitui-se mais em uma lenda, uma narrativa que os próprios jornalistas produzem sobre sua atividade. Ainda que reconhecendo seus limites, contudo da imparcialidade plena, deve ser perseguida a todo custo como uma meta a ser alcançada; ainda que inatingível. Violin destaca que não é a quantidade de falas que importa em uma matéria, mas sim a pluralidade de ideias. “Ainda mais importante do que uma quantidade de falas, é a pluralidade de ideias que fará com que a decisão política seja ainda mais democrática. Não há notícia imparcial e muito menos neutra. Toda notícia expõe uma ideia, uma opinião, um juízo de valor” (VIOLIN, 2018, p. 155).

Essa busca pela imparcialidade como uma meta torna-se mais difícil ainda num país que o controle midiático é tão urgente quanto interditado, mas #precisamosfalarsobreisso².

2.1 REGULAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL

Investigações anteriores³ desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Esporte e Cultura (UFJF - CNPq) e do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (UFJF - CNPq) apontam e definem regular a mídia como uma forma de criar regras para o

² As redes sociais digitais tem sido nos últimos anos um espaço para a circulação do debate acerca da regulamentação da mídia, sobretudo a partir da campanha "Em defesa da Comunicação Pública", rebatizada no final de 2018 para #FicaEBC.

³ Trabalhos publicados em congressos como: 41º Intercom, XI ECOMIG, XI ERECOM, XVI POLITICOM, II Congresso Internacional sobre Competências Midiáticas, IX Seminário da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Disponíveis nos respectivos anais.

funcionamento da mesma enquanto serviço público; também, criar regulamentos que proibam a formação de monopólios e oligopólios, principalmente por políticos.

Resgatando-se historicamente, pode-se afirmar que a mídia nunca foi regulamentada no Brasil. Apresenta-se, a seguir, um breve panorama da questão no país, desde a proclamação da república.

2.1.1 Constituição de 1891 (Primeira República) e a Lei Adolfo Gordo (1923)

Após a Proclamação da República em 1889, fez-se a Primeira Constituição do Brasil, em 1891. Os principais pontos dessa Carta são a instituição da forma federativa de Estado, estabelecimento da divisão dos três poderes e a forma republicana de governo. Com relação à mídia, uma lei só existiria em 1923.

A Lei Adolfo Gordo de 31 de outubro de 1923, que leva esse nome devido a seu relator no senado federal, foi um marco regulatório para assegurar a liberdade de imprensa e, também, coibir os crimes que possam ser praticados pela própria imprensa. Legislou que o exercício do direito de resposta não inibirá o ofendido ou seu representante de promover a punição dos responsáveis pelas injúrias ou calúnias de que for vítima (DECRETO LEI, 1923).

2.1.2 Constituição de 1934 (Segunda República)

Sob a presidência de Getúlio Vargas, o país realiza uma nova Assembleia Constituinte em novembro de 1933. A Constituição, de 16 de julho de 1934, traz a marca de Getúlio com as diretrizes sociais; implementando maior poder ao governo federal, voto obrigatório e secreto a partir dos 18 anos, com direito de voto às mulheres, mas mantendo proibição do voto aos mendigos e analfabetos; criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho; criação de leis trabalhistas, instituindo jornada de trabalho de oito horas diárias, repouso semanal e férias remuneradas; mandado de segurança e ação popular (BRASIL, Constituição de 1934).

2.1.3 Constituição de 1937 (Estado Novo)

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas revoga a Constituição de 1934 e implanta o regime chamado de Estado Novo. A Constituição do Estado Novo tem um caráter

mais centralizador na figura do presidente, dissolvendo o congresso e os partidos políticos. Tudo isso para conter a ameaça comunista.

Com relação à mídia, o principal ponto foi a supressão da liberdade de imprensa e a anulação da independência dos Poderes Legislativo e Judiciário. Getúlio criou o Tribunal de Segurança Nacional em 1936, mas que passa a agir plenamente no Estado Novo. Era um órgão da Justiça Militar do Brasil que visava julgar matérias sobre o período de guerras. Em 1939, Getúlio Vargas cria o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, que serviu como instrumento de censura e propaganda do governo (BRASIL, Constituição de 1937).

2.1.4 Constituição de 1946

Na constituição de 1946, que regeu o período democrático, o Congresso Nacional aprovou a Lei número 2.083, de 12 de novembro de 1953, que assegura ser livre a publicação e a circulação no território nacional de jornais e outros periódicos, só proibindo materiais clandestinos, sem editores, diretores ou redatores que assinassem ou quando os materiais atentarem contra a moral e os bons costumes. A lei também rege que a liberdade de imprensa não exclui a punição dos que realizarem qualquer crime em seu exercício (BRASIL, Constituição de 1946).

2.1.5 Ditadura Militar

Através da publicação do Ato Institucional número 1 (AI-1), em 1964, os ditadores militares criam formas de alterar a Constituição vigente que com o AI-4 foi substituída pela Constituição de 1967. Durante a ditadura militar, foi instituída uma nova Lei de Imprensa, durante a vigência da Constituição de 1967 (BRASIL, Constituição de 1967). A Lei de Imprensa, criada durante a ditadura, servia para censurar a liberdade de expressão e consolidar o regime autoritário, impondo limites claros aos profissionais da imprensa.

A chamada Lei de Imprensa continuou em vigor até 30 de abril de 2009 quando ela foi julgada no STF (Superior Tribunal Federal) a partir de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta pelo deputado federal Miro Teixeira. O tribunal acabou decidindo pela sua anulação completa (ESTADO DE SÃO PAULO, 2009). O presidente do STF à época, Gilmar Mendes, queria manter em vigor artigos da Lei de Imprensa que estabelece as regras para o requerimento e a concessão de direito de resposta, porém foi derrotado no voto pelos outros ministros.

2.1.6 Constituição de 1988

Após o fim da ditadura militar foi aprovada e promulgada a Constituição de 1988, em 5 de outubro. Ela assegurou diversas garantias constitucionais com o objetivo de dar maior efetividade aos direitos fundamentais, permitindo a participação do Poder Judiciário sempre que houver lesão ou ameaça de lesão a direitos. Toda a Constituição possui um cunho democrático frente ao antigo período de ditadura; inclusive instituindo como crimes inafiançáveis a tortura e as ações armadas contra o estado democrático e a ordem constitucional, criando assim dispositivos constitucionais para bloquear golpes de qualquer natureza. E, ainda, garantindo o direito dos cidadãos ao voto e sendo apelidada como “Constituição Cidadã” (Portal de Notícias INFOESCOLA, 2016).

No que tange à comunicação, ela voltou a ser livre. Mas, a Constituição prevê diversas medidas que não foram tomadas e respeitadas; inclusive a própria regulação da mídia, visto que o artigo 220 parágrafo 5º versa “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, Constituição de 1988); dentre outras coisas, como a produção audiovisual televisiva dar preferência a programas educativos, regionalização da produção cultural, artística e jornalística. O não cumprimento dessas determinações acaba comprometendo a democratização da comunicação.

Partindo da Constituição de 1988, o artigo 220 diz que "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição" (Constituição Federal, 1988, Capítulo V). Segundo Dirceu, o artigo

Também veda toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística; proíbe o monopólio e o oligopólio nas comunicações e determina que o Estado estabeleça os meios legais para garantir a defesa de programas ou propagandas nocivas à saúde e ao meio ambiente (DIRCEU, 2012, p.1).

Já o Artigo 221 define as finalidades da programação de rádio e TV como fontes educativas, artísticas, culturais e informativas; ainda, prescreve a promoção da cultura nacional e regional. Também determina quais princípios a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão.

É importante ressaltar que a regulamentação da mídia é um meio de garantir a perseguição da meta da imparcialidade jornalística, tão presente nos textos dos manuais de jornalismo, desde os primórdios até a atualidade. A regulamentação se torna um meio de busca para o cumprimento deste preceito, enquanto direito à comunicação, e uma forma de romper com o oligopólio da informação.

2.2 GOVERNOS E LEGISLAÇÕES

Após a aprovação e efetivação da Constituição de 1988, nos governos que se sucederam, a mídia foi protagonista de leis e decretos que modificaram sua forma de atuação e seus limites. A seguir, veremos pormenorizada essa explanação.

2.2.1 Governo de José Sarney

Antônio Carlos Magalhães foi o comandante do Ministério das Comunicações do Governo Sarney; ao longo de todo o governo o único ministro que não foi trocado nenhuma vez foi ACM. A família Magalhães é dona da TV Bahia (afiliada da Rede Globo, inaugurada em 10 de março de 1985), de jornais e controla outras emissoras no interior do estado.

Quando Antônio Carlos Magalhães assumiu o ministério, em 1985, suspendeu as concessões de emissoras de rádio e TV autorizadas no fim do governo Figueiredo – 144 de um total de 634 – distribuídas principalmente para parlamentares fiéis ao governo e pessoas ligadas a eles. A onda de moralização no que tange à outorga de concessões não se confirmou: no mesmo ano ACM liberou as concessões suspensas e o governo Sarney transformaria em baixos os índices de Figueiredo no setor. As concessões de emissoras de radiodifusão aumentaram consideravelmente durante o governo Sarney, sendo usadas, em muitos casos, como forma de barganha com os parlamentares que compunham a Assembleia Constituinte. De 1985 a 1988, o Presidente da República fez 1.028 concessões – 30,9% de todas as 3.330 concessões outorgadas no Brasil até o governo Collor (PIERANTI, 2006, p. 107).

Antes da promulgação da Constituição de 1988, Sarney ainda distribuiu, entre 1987 e 1988, 747 concessões de emissoras de rádio e TV. Em 1988 foram concedidas 52% de todas as concessões do governo Sarney. “Em três anos, 168 concessões foram outorgadas apenas para empresas ligadas a 91 deputados federais e senadores. Desses, 82 (90,1%) votaram a favor da emenda que aumentou para cinco anos o mandato de Sarney” (PIERANTI, 2006, p. 108).

2.2.2 Governo Collor

O conturbado governo Collor não tratou a comunicação como prioridade. A instituição do Conselho de Comunicação Social, prevista no artigo 224 da Constituição de 1988 só ocorreu durante o governo de Fernando Collor. Foi criado pela Lei 8.389, de 30 de dezembro de 1991. Suas atribuições ficaram restritas à “realização e a emissão de pareceres e estudos sobre temas relativos à comunicação social”, sendo um órgão apenas de consulta e

não de deliberação, como idealizado. A primeira reunião do conselho, no entanto, só ocorreu em 25 de junho de 2002; mais de 10 anos após a promulgação da Constituição de 1988.

2.2.3 Governo Fernando Henrique Cardoso

A partir do governo FHC, o Decreto 1.720 estabeleceu limites para a outorga da concessão.

Tornou-se obrigatória a abertura de licitação para a concessão de emissoras de radiodifusão, sendo que os candidatos deveriam atender a uma série de pré-requisitos. O Ministro das Comunicações de FHC, Sérgio Motta, considerado um dos assessores mais influentes do presidente, ressaltaria que, graças a esse decreto, estava-se iniciando um processo de moralização (PIERANTI, 2006, p. 108).

Porém, uma brecha logo seria aberta. Considerou-se que estações retransmissoras de televisão (RTV) não necessitavam de concessões para funcionar, portanto não seriam afetadas pelo Decreto 1.720. Pelo Decreto 81.600, de 1978, as RTVs são meras repetidoras de programação televisiva, cujo funcionamento precisava ser autorizado apenas por uma portaria do Ministério das Comunicações. “Uma exceção tornava-as especialmente interessantes: as RTVs poderiam transmitir 15% de programação própria, quando tivessem caráter educativo ou estivessem instaladas em área conhecida por “Amazônia Legal” (região Norte, estado de Mato Grosso e parte do Maranhão)” (PIERANTI, 2006, p. 108). Às vésperas da aprovação da emenda que tornaria possível a reeleição do, então, presidente em exercício, o Ministério das Comunicações distribuiu 1.848 RTVs, “sendo 527 a empresas de comunicação, 479 a prefeituras, 472 a empresas e entidades ligadas a igrejas, 102 a fundações educativas e 268 a empresas ou entidades controladas por 87 políticos. Desses, 19 deputados e 6 senadores votaram favoravelmente à reeleição” (PIERANTI, 2006, p. 108).

No governo FHC, separou-se a radiodifusão das telecomunicações, o que deu abertura para as privatizações (o Brasil é o único país do mundo a fazer a separação). Sobre isso, Valente explica.

Foi incluída na Constituição, em 1995, a inovação de separar a radiodifusão de telecomunicações, diferentemente do modelo de regulação adotado na grande maioria dos países. Isso ocorreu porque os radiodifusores não quiseram se submeter à Anatel e pressionaram os parlamentares que discutiam a então Proposta de Emenda à Constituição que os deixavam fora do escopo da Agência. Dessa forma, a regulação brasileira especifica esses dois setores como diferentes grandes grupos de serviço (VALENTE, 2013, p. 52).

Aconteceu a privatização da Telebrás, feita por meio de um leilão em 29 de julho de 1998 na bolsa de valores do Rio de Janeiro. A Telebrás era responsável pela gerência dos sistemas de telecomunicações no Brasil. Para a privatização, a Telebrás foi dividida em 12 empresas que seriam levadas a leilão: três de telefonia fixa (Telesp, Tele Centro Sul e Tele Norte Leste), oito de telefonia celular (Telesp Celular, Tele Sudeste Celular, Telemig Celular, Tele Celular Sul, Tele Nordeste Celular, Tele Centro Oeste Celular, Tele Leste Celular e Tele Norte Celular) e uma de telefonia de longa distância (Embratel). Essa foi a maior privatização ocorrida no Brasil. Houve um aumento significativo nas tarifas de telefone, chegando a ficar em torno de 5 vezes mais cara uma linha. Para fiscalizar e regular as funções foi criada a ANATEL (Agência Nacional de Telefonia). Algumas semanas após a privatização foram divulgadas conversas telefônicas obtidas por gravações ilegais em telefones do BNDES que indicavam que fora articulado um favorecimento para que o grupo liderado pelo Banco Opportunity adquirisse a Tele Norte Leste, segundo o jornal A Folha de São Paulo (Folha de São Paulo, 2003).

A repercussão do caso levou à queda do Ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, do presidente do BNDES, André Lara Resende e de diretores do Banco do Brasil (como o diretor da área externa, Ricardo Sérgio de Oliveira) e o presidente da Previ, Jair Bilachi. Em uma das conversas, Mendonça de Barros diz a Bilachi que é importante que a Previ forme um consórcio com o Opportunity e que o ministério ajudaria no que fosse preciso, ao passo que Bilachi diz que iria tratar do assunto com Ricardo Sérgio. À época, Ricardo Sérgio era quem realmente mandava na Previ, e o presidente, Jair Bilachi, era “mera figura decorativa”. O próprio ministro pede a Ricardo Sérgio que o Banco do Brasil dê uma carta de fiança ao Banco Opportunity e também deixa claro que os consórcios criados para a disputa estavam todos sendo montados com a participação do BNDES, segundo jornais da época.

2.2.3 Governos do PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao mais alto cargo do poder executivo em 2003, via eleições. Luiz Inácio Lula da Silva se torna presidente do país e seu governo (2003-2011) marcou por ser eleito democraticamente com um ex-operário encabeçando a chapa. Realizou ações voltadas para a área social com avanços no combate à desigualdade. Lula terminou seu governo com aprovação recorde com números superiores a 87% de aprovação segundo o portal R7 de notícias (2010).

Na continuação do governo petista, Dilma Rousseff foi eleita (e posteriormente reeleita) presidenta do país. Seu mandato inicial vai de 2011 a 2014 e o segundo mandato (2015-2018) é interrompido por um processo de impeachment em 31 de agosto de 2016. Enquanto sucessora de um projeto de governo iniciado por Lula, deu continuidade às obras de inclusão social e redução das desigualdades. Aprofundou políticas voltadas para saúde, educação, mobilidade urbana; criando políticas importantes de moradia (minha casa minha vida).

No que tange à comunicação, os governos do PT tentaram, por algumas medidas, democratizar o campo. A realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), a criação da TV Pública (TV Brasil) e o Marco Civil Regulatório demonstram modestos avanços na área.

Em 2009, aconteceu a primeira CONFECOM (Conferência Nacional de Comunicação). “O objetivo era construir um espaço para o debate amplo, democrático e plural com a finalidade de elaborar propostas orientadoras para uma política nacional de comunicação” (CONFECOM, 2010). Nessa conferência, foram aprovadas 633 resoluções com a finalidade de orientar a política da área da comunicação. Dentre outras coisas, previam-se o combate à concentração da mídia, a realização de consultas e audiências públicas nos procedimentos de renovação das concessões e o fortalecimento do sistema público de comunicação. Nenhuma das 633 resoluções foi colocada em prática; nada saiu do papel.

A CONFECOM sofreu boicote por parte dos empresários. De todas as organizações empresariais que iam participar, ficaram apenas a ABRA (Associação Brasileira de Radiodifusores) e a TELEBRASIL (Associação Brasileira de Telecomunicações). Os meios de comunicação trataram a conferência como uma tentativa de “censura”, tanto por meio do discurso dos apresentadores dos telejornais como pela produção de matérias que ressaltavam esse enquadramento.

Em 2009, o governo federal fez um novo movimento direcionado a retomar as discussões sobre a democratização. Um novo marco civil regulatório foi proposto, porém apenas aplicado à internet. Após discussões, ele se tornou o Marco Civil da Internet, Lei N° 12.965/14, que regula o uso da Internet no Brasil por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, bem como da determinação de diretrizes para a atuação do Estado (PERES, 2014, p. 01). O projeto surgiu em 2009 e só foi aprovado na Câmara dos deputados em 25 de março de 2014 e no Senado Federal em 23 de abril de 2014, sendo sancionado logo depois pela então presidenta Dilma.

A TV pública é uma das iniciativas de democratização da mídia por parte do governo do PT que mais deveria repercutir sobre o oligopólio dominante nas emissoras de televisão no Brasil. Ela assume, por ser pública, um caráter diferente do comercial. “Não deve buscar o lucro; deve ter independência do mercado, da política e da economia; ter formas de financiamento diferentes das lógicas comerciais e possuir uma gestão plural” (SILVA, 2002, p.23). O melhor exemplo de TV pública no mundo é a BBC, emissora britânica; inclusive sendo considerada “a melhor TV do mundo” por Leal Filho (1997). A TV Brasil, principal TV pública do Brasil, foi criada em 2007 para suprir as pendências da televisão comercial e, também, como uma demanda da sociedade civil na busca pela democratização da comunicação e na luta pela diminuição da concentração e do oligopólio de mídia existentes. O assunto será discutido no capítulo 4.

Durante a campanha à reeleição de Dilma Rousseff, o PT pressionou para que a presidenta engajasse a discussão da regulamentação da mídia em um segundo mandato. Após a reeleição, a presidenta sinalizou que iria defender a regulação econômica da mídia, mas sem regular conteúdo. Porém, a presidenta eleita democraticamente sofreu um processo de impeachment (Golpe) e foi retirada do cargo antes de propor a regulação. O PT, Partido dos Trabalhadores, chegou a aprovar no encerramento de seu 4º Congresso Nacional uma resolução que previa a proposta da regulação da mídia no Brasil. Novamente, nas eleições presidenciais de 2018 o assunto entrou em voga; um dos candidatos do segundo turno defendeu a regulamentação da mídia como uma necessidade. Entretanto, a discussão sobre essa regulação vem sendo pouco amadurecida no Brasil.

Cabe ressaltar, como demonstrado no próximo item, a defesa dos intelectuais orgânicos do Partido dos Trabalhadores à questão central da regulamentação da mídia.

2.2.4.1 Intelectuais orgânicos e a defesa da regulação

Para que seja possível entender a atuação dos intelectuais orgânicos é necessário dissertar sobre o conceito, recorrendo à obra de Gramsci. O intelectual orgânico, para Antonio Gramsci, se define como um tipo de intelectual que mantém-se ligado a sua classe social originária. Portanto, uma classe social, ao ascender ao poder, “cria” uma nova leva de intelectuais que funcionam como porta vozes dessa classe, “cada grupo social fundamental com papel decisivo na produção engendra seus próprios intelectuais” (GRAMSCI, 2001). A burguesia, ao desenvolver-se como classe, traz não apenas o capitalista, mas também uma série de figuras intelectuais como o técnico, o administrador, o economista, o advogado, e

outros que organizam o Estado. Cada um desses é um intelectual orgânico que surgiu com a nova classe e eles são os responsáveis pela sociedade e pela nova forma do Estado; são eles que mantem a superestrutura (Estado, cultura, instituições, estruturas de poder político, papel social, rituais).

Com a emergência da sociedade civil e de sua organização cultural, os intelectuais ligam-se predominantemente às suas classes de origem ou de adoção – e, por meio delas, à sociedade como um todo – através da mediação representada pelos aparelhos “privados” de hegemonia (COUTINHO, 2005, p. 19).

Os intelectuais orgânicos, ao se desenvolverem na sociedade, se deparam com os intelectuais tradicionais que são os herdados de formações históricas e sociais. Existe, nesse caso, a tentativa de capturar os intelectuais orgânicos pela hegemonia (supremacia de um perante o outro). Sobre os escritos de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho (2005) destaca.

O maior mérito de Gramsci consiste em ter “ampliado” a teoria marxista clássica do Estado. Ele viu que com a intensificação dos processos de socialização da política, com algo que ele chama algumas vezes de “estandardização” dos comportamentos humanos gerada pela pressão do movimento capitalista, surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas específicas (COUTINHO, 2005, p. 15).

Nessa perspectiva, começam a surgir “intelectuais de partido”, como informa Coutinho.

Começam a surgir fenômenos desconhecidos em épocas anteriores: o intelectual de partido, o intelectual ligado ao sindicato, o intelectual que trabalha nos jornais, nas editoras, etc., de partidos ou de sindicatos, de associações de variado tipo, de correntes de opinião... Sem necessariamente perder sua autonomia e sua independência de pensamento, o “intelectual orgânico” tem uma maior consciência do vínculo indissolúvel entre sua função e as contradições concretas da sociedade (COUTINHO, 2005, p.19 - 20).

Os intelectuais orgânicos podem exercer uma influência política em nome de um determinado partido que expresse os interesses da classe que eles representam. É importante jogar luz sobre a posição dos intelectuais do Partido dos Trabalhadores com relação à mídia e sua regulação.

Intelectuais orgânicos do partido defenderam a regulação da mídia. Em reunião da executiva nacional, o PT preparou uma resolução em que determina a regulação como ponto central de um debate democrático na comunicação.

Em reunião nesta segunda-feira (3), a Executiva Nacional do PT colocou a regulação da mídia como prioridade do partido no Congresso Nacional no próximo ano. Na resolução tirada na executiva, o partido decidiu encampar a defesa da Lei da Mídia Democrática, proposta elaborada por movimentos sociais a partir da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e que ainda está em fase de coleta de assinaturas para começar a tramitar no Congresso Nacional... “Relançar a campanha pela reforma política e pela mídia democrática, contribuindo para que o governo possa tomar medidas avançadas nestas áreas para sustentar a batalha que travaremos a respeito no Congresso Nacional”, diz a resolução política tomada na reunião (ÚLTIMO SEGUNDO, 2014).

Tanto na forma de porta vozes, como em falas personificadas, a intelectualidade orgânica do partido alega que a regulação da mídia é necessária para a democratização do setor. ““Regulação de mídia pode ser feita para rádio e televisão, porque são concessões. Mas, não se aplica à imprensa escrita e internet”, declarou no último dia 4 o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.” (O ESTADO DE S. PAULO, 2014). Seria eficaz regular rádio e tv e não regular o impresso e a internet? A regulação se daria na forma e no conteúdo ou apenas atuando para evitar concentração da mídia? Propriedades cruzadas, concentração horizontal e vertical seriam combatidas? Perguntas que ficam em aberto.

Durante a organização do 4º Congresso Nacional do PT, Rui Falcão (presidente nacional do PT) também defendeu a regulação da mídia.

Ele (Rui Falcão) defendeu o marco regulatório e disse que o domínio midiático “por alguns grupos econômicos tolhe a democracia”. “A crescente parcialidade e a afronta aos fatos preocupa a todos os que lutam por meios de comunicação democráticos”, discursou (AGGEGE, 2011).

José Dirceu, membro fundador do PT e ex-Ministro Chefe da Casa Civil defendeu a regulação da mídia diversas vezes, chegando a publicar em seu blog sobre o assunto que virou matéria do Estadão.

"O partido faz muito bem em eleger esta regulação como uma das principais metas a serem conquistadas em 2013, ao lado da reforma política tão imprescindível ao País e da luta para desconstituir a farsa do mensalão", avaliou o petista que, em seguida, elogiou Falcão por ter apresentado o plano primeiramente aos correspondentes... Dirceu apresentou ainda a estratégia do partido para levar a cabo a regulamentação: "O partido vai se posicionar, defender, tomar iniciativas, ocupar todas as tribunas que lhe forem possíveis, manter o assunto em evidência e priorizá-lo", explicou. Ele deixou claro, porém, que a regulamentação "depende do Congresso, e não do partido". Dirceu recorreu a uma fala de Falcão para explicar o porquê que a regulamentação da mídia não é censura. "Rui insistiu que a regulamentação defendida pelo partido não tem nada a ver com censura como a grande e velha mídia costuma e vai querer continuar confundindo. "Não é censura, nada a ver. É ampliar a liberdade de expressão, não restringi-la", concluiu Dirceu em seu blog (WALTENBERG, 2012).

Fernando Haddad, ex-ministro da educação defende a perspectiva da regulação da mídia como parte importante no processo democrático do país.

Para o ex-prefeito Fernando Haddad, o país precisa passar por um verdadeiro processo de redemocratização. “A democracia não é um processo natural é uma conquista civilizatória”, disse ele, destacando que hoje vivemos um processo de desconstituinte e estado de exceção. “Eles [golpistas] não têm um projeto de país. É o projeto de desfazer. É uma desconstrução que estão fazendo e a cada dia é uma notícia nova e ruim”, afirmou o ex-prefeito, citando o ataque aos direitos trabalhistas. “Devemos ampliar a diversidade dos meios de comunicação ou corremos o risco de grande retrocesso”, declarou Haddad, que defendeu a urgência da regulação da mídia (SANTOS, 2017).

O ex-presidente Lula também defendeu a regulação em entrevista recente.

Em 2009, fiz uma grande conferência de comunicação. Nós obtivemos um resultado muito satisfatório e preparamos uma proposta de regulação. Entendíamos que não era correto apresentar uma proposta dessa ao Congresso no final de um governo, então deixamos para a companheira Dilma apresentar no começo do primeiro mandato dela. Não sei quais foram as razões, mas ela não apresentou. Certamente, porque alguém chegou no ouvido dela e disse ‘não, Dilma, o problema não é regular, mas conversar, falta diálogo’. Ela acreditou e continua apanhando. Hoje, eu acho que ela tem o mesmo arrependimento que eu tenho de não ter feito uma discussão para regular (ADRIELY, 2017).

Mais tarde, em 12 de agosto de 2017, Lula volta a afirmar que vai ganhar as eleições e fazer a regulação da mídia no ato em defesa do Estado Democrático de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro, segundo informações do site Brasil 247.

Eleonora Menicucci, socióloga e ex-ministra chefe da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres no governo Dilma Rousseff, chega a ser mais incisiva, quase cirúrgica em entrevista ao portal “Porém.net” e afirmar que o maior erro dos governos do PT foi não regular a mídia.

Veja bem, o nosso maior erro nos 13 anos de governo foi não ter feito o marco regulatório da mídia. Isso assumido pelo Lula, pela Dilma, por todo mundo. Perfeito? Nós possibilitamos o acesso da população de baixa renda aos bens de consumo, eletrodomésticos, televisão, telefone celular, internet, andar de avião, ir ao shopping. Não há dúvida. Mas, por exemplo, as mulheres que são donas de casa e ficam boa parte do dia com a televisão ligada o que elas ouvem? Quando chega em casa a noite me diga qual é o programa mais visto? Jornal Nacional. Então é a Globo. Essa frase “o povo não é bobo, fora a Rede Globo”, ela tem que ser fortalecida cada vez mais. Existem pessoas que não tem outro meio de acesso à informação a não ser a televisão e a rádio e estão nas mãos de cinco famílias. O dia inteiro martelando. Primeiro a Dilma era ladra, não sei o que, aquela coisa de misoginia. O Lula era ladrão e não sei o que. Hoje eles estão começando a ficar na dúvida porque está muito claro que a perseguição é contra um lado, só contra o PT. Nem os outros partidos de esquerda, só contra nós. É para pegar o Lula e não é outra coisa (MENDES, 2018).

Como é possível inferir pelas citações acima, é um consenso na intelectualidade do Partido dos Trabalhadores que a regulação da mídia se tornou uma necessidade pungente e urgente para a democratização da comunicação no país.

2.2.4.2 A regulação como meta não alcançada

Murilo Ramos em seu texto “O feitiço do tempo e a regulação da mídia” demonstra alguns pontos marcantes da relação entre o Partido dos Trabalhadores e a regulação da mídia, sempre defendida, mas nunca atingida.

Antes das campanhas eleitorais, se dá o temor e o pânico do que a mídia não regulada poderá fazer para atrapalhar o processo democrático de eleições. Outras situações já aconteceram, a mais famosa delas a manipulação do debate presidencial Lula x Collor em

1989. De lá pra cá, a manipulação continua, porém mais velada. Passadas as eleições, o PT vitorioso volta a esquecer a regulação até que a velha relação de manipulação se reestabeleça e a mídia volte a causar problemas.

Segundo Ramos, no começo do governo Lula todas as menções de comunicação foram trocadas por proposições genéricas sobre telecomunicações.

Em meados de 2002, ao ser lançado com pompa em Brasília, o programa de governo do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva trocara todas as menções que nele havia à comunicação, leia-se mídia, por proposições genéricas sobre telecomunicações, leia-se telefonia. Para desgosto dos militantes que estavam na Câmara dos Deputados naquele dia e que tinham participado da formulação das propostas referentes à comunicação. Nos seus primeiros quatro anos, o governo de Lula dedicou-se, no campo da comunicação, a uma política para a televisão digital terrestre, cujo resultado final foi dar à radiodifusão privada o que ela queria desde o início: um padrão de transmissão japonês que melhor atendia ao seu modelo de negócios (RAMOS, 2014).

Para analisarmos as políticas de comunicação no primeiro governo Lula e a atenção dada à pasta, também se faz necessário analisar os ministros da área.

Talvez a síntese melhor que se possa fazer da postura estratégica do primeiro Governo Lula para o setor da comunicação social, em especial da radiodifusão, sejam os titulares do Ministério das Comunicações no período: os deputados federais Miro Teixeira, que era do PDT quando nomeado, e Eunício Oliveira, do PMDB, e o senador Hélio Costa, também do PMDB. Costa foi sem dúvida a síntese mais perfeita, dada a sua vinculação histórica, de funcionário, com a Globo, e sua condição de concessionário e permissionário de outorga de radiodifusão em Minas Gerais (RAMOS, 2014).

No segundo governo Lula, o jornalista Franklin Martins assume a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, com status de ministro. Com isso, Hélio Costa perde força dentro da área da comunicação. Nesse período, importantes medidas foram efetuadas, como a realização da CONFECOM e a criação da TV pública nacional, já mencionadas anteriormente. Formularam uma Comissão Interministerial que deixou um anteprojeto de lei, dando condições para se regular a mídia, para a próxima presidenta.

no segundo semestre de 2010, na coordenação de fato da Comissão Interministerial, localizada na Casa Civil da Presidência da República, que deixou para o governo de Dilma Rousseff um anteprojeto de lei, um novo marco político e normativo, ou marco 'regulatório', como se tornou costume dizer hoje, para as telecomunicações, radiodifusão comercial, radiodifusão pública e televisão por assinatura (RAMOS, 2014).

No primeiro governo de Dilma Rousseff nenhuma medida foi tomada no sentido de regular a mídia. E, mais uma vez, o partido perde a oportunidade de aprovar uma lei que regulasse o setor de comunicação. O anteprojeto de lei formulado foi arquivado.

Como já dito acima, durante a campanha à reeleição de Dilma Rousseff, o PT pressionou para que a presidenta engajasse a discussão da regulação da mídia em um segundo mandato. Após a reeleição, a presidenta sinalizou que iria defender a regulação econômica da mídia, mas sem regular conteúdo. Porém, a presidenta eleita democraticamente sofreu um processo de impeachment e foi retirada do cargo antes de propor a regulação.

2.2.5 Governo Temer e o desmonte da EBC

Ao assumir o governo por meio de um golpe institucional noticiado como impeachment, Temer começa um processo de desmonte da comunicação pública no país. Seu primeiro ato foi desfazer o Conselho Curador da EBC por meio da publicação da MP 744, que determina, entre outras alterações estruturais, que o presidente da EBC seja indicado pelo presidente da república sem um mandato fixo; demonstrando claramente que pretende controlar os veículos de comunicação pública. Laurindo Leal Filho (2018) aponta a EBC como vítima do Golpe que retirou Dilma Rousseff do poder.

Uma das primeiras vítimas do Golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff foi a comunicação pública. Ainda pouco consolidada, instalada com abrangência nacional em 2007 com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), tornou-se alvo prioritário dos novos detentores do poder federal. Apesar de ter sido implantada em vários países a quase um século, a comunicação pública ainda era uma novidade no Brasil. Antes da EBC existiam experiências de emissoras regionais, não comerciais, que muitas vezes se confundiam com empresas estatais, tal a dependência que tinham dos governos aos quais estavam ligados (FILHO, 2018, p. 27).

Para Laurindo Leal Filho (2018), o sistema público acaba com o Golpe.

Outro fator de garantia da comunicação pública estava no mandato do presidente da empresa. Tinha a duração de quatro anos e apesar de ser de nomeação da presidência da República não podia por ela ser demitido. Só o conselho tinha esse poder em condições muito específicas. E mais, o mandato do presidente da empresa não era coincidente com o do presidente da República, um mecanismo presente na lei de criação da EBC com o intuito de garantir distância do poder central. Com o golpe isso também acabou. A empresa passou a ser mais uma estatal, operando como emissora oficial do governo. Com isso afrontou-se a Constituição Federal, que em seu artigo 23 determina a existência complementar de sistemas de radiodifusão privados, públicos e estatais. O golpe acabou com o sistema público (FILHO, 2018, p. 27-28).

Ainda na comunicação, Temer alterou as regras de outorga para radiodifusão via Medida Provisória - MP. Sob o pretexto de desburocratizar as normas, a MP 747 dá 90 dias a mais para todos os concessionários que tenham perdido o prazo para renovar suas outorgas; independente se o atraso é de meses ou de anos. Também, em data posterior a MP, o Estado brasileiro será responsável por avisar aos outorgados quando o prazo de renovação terminar;

não mais o Estado irá retomar as outorgas e fazer nova licitação. Pelas mudanças que entraram em vigor, as empresas também não precisam mais demonstrar ou comprovar que possuem recursos técnicos e financeiros para participar de um edital de concessão de outorgas. Deixa de valer, também, a regra de que qualquer alteração nos objetivos sociais das empresas concessionárias, assim como cessões de cotas e ações que alterassem o controle societário das empresas, deve ser previamente autorizada pelo Executivo. Ainda, as empresas que fizeram alterações sem aval do Executivo, “aquelas que fizeram alterações ilegalmente sem a autorização prévia do ministério, quando a lei anterior ainda valia, ganham agora 60 dias para informar o governo das mudanças, sem qualquer prejuízo para continuarem funcionando normalmente” (INTERVOZES, 2017).

2.3 REGULAR E REGULAMENTAR

Regular é controlar a prestação de serviços públicos essenciais que foram transferidos para terceiros (privatizados). “Conjunto de regras de conduta e de controle da atividade privada do Estado, com a finalidade de estabelecer o funcionamento equilibrado do mercado” (MARIA SILVA ZANELLA DI PIETRO, 2003, p. 209).

Segundo Francisval Mendes (2011), regular é o

conjunto de regras de conduta e de controle da atividade econômica pública e privada e das atividades sociais não exclusivas do Estado, com a finalidade de proteger o interesse público. A partir destes conceitos, concluímos que o termo Regulação diz respeito a todo tipo de intervenção que o Estado faz na atividade econômica pública e privada, ora para controlar e orientar o mercado, ora para proteger o interesse público (MENDES, 2011, p. 01)

Exemplos são as Agências reguladoras existentes, como a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).

A atividade de regulamentação é exclusiva do Chefe do Poder Executivo, não sendo passível de delegação a outros. Por sua vez, possuem competência para expedir regras regulatórias tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Administrativo, através de suas entidades pertencentes à administração direta ou indireta. Francisval Mendes (2011), sobre a regulamentação, disserta

Portanto, Regulação e Regulamentação são termos distintos, e esta diferença torna-se cristalina ao interpretamos o artigo 84, inciso IV e seu parágrafo único, da Constituição Federal. A atividade de regulamentação é exclusiva do Chefe do Poder Executivo, não sendo passível de delegação. Por sua vez, possuem competência para expedir regras regulatórias tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Administrativo,

através de suas entidades pertencentes à administração direta ou indireta (MENDES, 2011, p.01).

O responsável pela atividade de regulamentação é o Poder Executivo, embora as normas e leis também possam ter a contribuição do Poder Legislativo. Assim, a regulamentação seria fechada e menos dinâmica, funcionando como um planejamento, em longo prazo, dos limites para a atividade exercida. Já a regulação é uma atividade atribuída a um órgão regulador, funcionando como um instrumento dinâmico que avalia a atividade enquanto ela acontece e reage a essas atividades. Ao se tratar, especificamente, de regulação econômica da mídia, visa-se a concentração, tanto dos meios de produção como a formação de monopólios e oligopólios de comunicação. Tarso Violin (2018) ressalta a necessidade dessa regulação dos meios no Brasil.

Um país como o Brasil, com alta taxa de analfabetos e de analfabetos funcionais, e baixo índice de leitura de livros; com uma rede de TV que domina a audiência de forma monopolística (concentração de propriedade horizontal, vertical e cruzada), é uma das 30 maiores empresas do mundo e de propriedade de uma das sete famílias que dominam a mídia num país com baixa regulação dos meios de comunicação; e com meios de comunicação que, em geral, não são plurais; é uma nação que está longe de cumprir com suas obrigações constitucionais (VIOLIN, 2018, p. 154).

Para o Brasil, é necessário regular e regulamentar a mídia a fim de se evitar a formação de monopólios e oligopólios, desfazer a concentração midiática existente e, ainda, retirar concessões de propriedade de políticos que legislam em favor próprio; garantindo assim o acesso a informação de qualidade e o trato da comunicação como um direito democrático.

2.4 A REGULAMENTAÇÃO E A DEMOCRACIA

É de fundamental importância discutir a questão da regulamentação da mídia, inclusive para a manutenção da democracia. Sem a circulação de informação entre os cidadãos, estes se veem fadados a uma desinformação ou mesmo sujeitos à opinião (e não informação prestada) por parte de um oligopólio de mídia, como será discutido mais a frente. Os cidadãos precisam receber informação com qualidade e, mais que isso, precisam ter a capacidade de avaliar e analisar fatos e situações rotineiras. Lincoln definiu a democracia como “o governo do povo, pelo povo e para o povo” (HASWANI, 2010, p. 44); para tanto a informação correta e aprofundada se faz necessário. Mirra disserta sobre a temática ressaltando que a legitimação dos regimes democráticos passa pela comunicação.

A legitimação dos regimes democráticos depende da circulação de conteúdo, opiniões e ideias para que a democracia se efetive como um sistema de validação das representações escolhidas e controladas pelo povo. Seja nos modelos diretos ou representativos, a participação popular é demandada para avaliar o sistema em períodos específicos, nos quais o elemento vertebrador é a informação (MIRRA, 2017, p. 19).

Ainda sobre a questão democrática, Jean-Marie Domenach, no livro *A propaganda política* aponta a importância de uma propaganda consciente, que busca a educação antes da manipulação; destacando que na democracia o povo precisa ser informado, chamado para conhecer a vida pública e dela participar. E, além disso, participar ativamente (DOMENACH, 1950, p.169). Sem a regulamentação, garantindo a informação como um direito, como garantir essa não manipulação? E, ainda.

Não há verdadeira democracia senão onde o povo é mantido informado, onde é chamado para conhecer a vida pública e dela participar. (...) Uma certa propaganda a serviço de um ideal de liberdade pode contribuir poderosamente, sem dúvida, a devolver-nos o sentido das disciplinas necessárias (DOMENACH, 1950, p. 172).

Outro autor que vai de encontro ao explicitado por Domenach é Tarso Violin (2018). Para ele, a democracia substancial pressupõe um cidadão participativo e que seja informado por uma comunicação que é tratada como um direito de todas as pessoas.

Uma democracia substancial pressupõe a existência de cidadãos bem informados politicamente, mas também com poder de pautar o jogo político de forma participativa e deliberativa, pois não há Democracia de fato em um país onde apenas os detentores dos maiores recursos privados têm liberdade e permissão para controlar e influenciar o curso do debate político, o que os favorecerá na manutenção dos seus privilégios. Essa liberdade apenas para quem detém o capital gera mais desigualdade no jogo político, concentração de recursos na economia e injustiça social. Não se espera mais do Estado apenas uma abstenção no sentido de garantir a voz para a pessoa que distribui um panfleto ou que possa montar em um caixote na esquina e falar o que bem entender, inclusive contra o próprio Estado, pois deve existir a garantia de que a população não veja, escute ou leia apenas os grandes meios de comunicação de TV, rádio, jornais, revistas e portais de internet, devendo o Estado garantir o direito positivo de comunicação e de liberdade de expressão substancial – de forma metafórica, o Estado deve não apenas dar direito ao cidadão para que grite no megafone o que quiser, mas se necessário distribuir megafones para a sociedade se expressar (VIOLIN, 2018, p. 155).

Violin ainda exige mais do Estado, dizendo que o mesmo deve garantir as diferentes formas de liberdade de expressão, pois “Não existe liberdade de expressão sem pluralidade” (VIOLIN, 2018, p. 155).

A relevância da comunicação para a democracia se faz notória. Miguel (2002) ressalta que mesmo que a mídia não seja o único fator influenciador na perpetuação da democracia e na influência de resultados eleitorais, ela é um grande alicerce do processo e um grande ator político no sistema. A presença da mídia se faz sentir como um agente político.

Convém reafirmar, para não deixar dúvidas, que não se imagina que a Rede Globo em particular, ou mesmo a mídia em geral, exerça um poder ilimitado e seja capaz de determinar resultados eleitorais. O jogo democrático é mais complexo do que isso e as empresas de mídia também – existe todo um jogo de forças dentro delas, envolvendo os jornalistas com suas regras profissionais, os produtores culturais, os anunciantes, as expectativas de audiência e, com peso decisivo nas questões cruciais, os patrões. Trata-se apenas de reconhecer que os meios de comunicação são atores políticos relevantes e que sua atuação introduz mais uma desigualdade (...) Por qualquer critério que se avalie uma democracia, essas são influências desvirtuadoras (MIGUEL, 2002, p. 54).

Para evitar a concentração e a formação de oligopólios de mídia no país é preciso, primeiramente, entender o processo como um todo. Venício Lima (2011) defende que o principal ator que deveria regulamentar a mídia é o Estado por meio do Poder Executivo. Cabe diferenciar regulação e regulamentação e definir suas funções e aplicabilidades. A regulamentação é uma atividade do Poder Executivo. É fechada e menos dinâmica, funcionando como um planejamento, a longo prazo, dos limites para a atividade exercida. Já a regulação é uma atividade atribuída a um órgão regulador, funcionando como um instrumento dinâmico que avalia a atividade enquanto ela acontece e reage a essas atividades. Ao se tratar, especificamente, de regulação econômica da mídia, visa-se a concentração, tanto dos meios de produção como a formação de monopólios e oligopólios de comunicação. Para o Brasil, são necessárias regulação e regulamentação da mídia a fim de se evitar a formação de monopólios e oligopólios, desfazer a concentração midiática existente e, ainda, retirar concessões de propriedade de políticos que legislam em favor próprio; garantindo assim o acesso a informação de qualidade e o trato da comunicação como um direito democrático.

A Constituição de 1988, como informado acima, estabelece que a outorga e renovação de concessões se dá em ação conjunta com o Poder Legislativo.

Mas, tudo começa com o Executivo através do Ministério das Comunicações que faz a portaria de autorização, envia para a Casa Civil e segue para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência. Após ser avaliada pelo Executivo, segue para o Legislativo que faz um Decreto que é assinado pelo presidente do Congresso Nacional (CABRAL, 2015, p. 20).

Ao longo do processo já se encontram divergências com a Constituição de 1988. Os parlamentares não poderiam obter concessões, mas são, na prática, proprietários de muitas empresas de mídia e, ainda, julgam suas próprias concessões e renovações. Além disso, são os próprios parlamentares que legislam sobre as leis do sistema de comunicação reforçando cada vez mais o laço da concentração midiática no país. Venício Lima (2011) cunha o termo “coronelismo eletrônico” a partir disso.

Em 2001, por exemplo, Israel Bayma, fez um levantamento, resultado do cruzamento de 33 mil informações do Ministério das Comunicações, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no

período de 1999 a 2001. Detectou que, na época, cinco governadores de Estado e 47 dos 513 deputados federais eram oficialmente proprietários de emissoras de rádio e/ou TV (CABRAL, 2015, p. 21).

Além de existir a concentração já citada dos veículos televisivos ainda tem-se outro problema no Brasil. O dono de uma rádio pode ter uma TV, um jornal e um blog. Assim, por exemplo, a informação saída do rádio também é transmitida pela TV, pelo jornal e pelo blog. Vê-se a notícia no Jornal Nacional, lê-se a mesma notícia no portal de notícias G1, lê-se também no impresso “O Globo” e no “Extra”, nas revistas lê-se na Época e ouve-se a notícia na Rádio Globo. Cria-se o aspecto de uma materialidade incontestável àquela informação. É necessário combater a concentração do oligopólio e das múltiplas propriedades de veículos de comunicação também. Mesmo com a regulação da mídia sendo citada na Constituição de 1988, nada foi feito no sentido de impor limites às concessões e ao material audiovisual veiculado pelas TVs (a regulação prevista é para a comunicação; mas, no caso desse trabalho em específico, enfoca-se a regulação das televisões). Nessa perspectiva, regular a mídia não indica censurar os meios. E, mais, um tipo de censura ocorre ao se manter esse oligopólio de mídia com uma única visão dominante. A regulação é um assunto amplamente discutido na conjuntura política da América Latina atualmente, principalmente após a ascensão de governos de esquerda em muitos países (a pauta da regulamentação é, claramente, defendida pela esquerda política na América Latina). A radiodifusão, assim como a saúde e a energia, é um serviço público, regido por leis específicas e que deve ser prestado visando o interesse público. A regulação está prevista em lei e deveria ser cumprida.

Outros fatores são importantes no processo de combate à concentração da mídia. Coletivos como o Intervezes, ações populares e o próprio esclarecimento da situação atual feito pela academia são necessários para expor à sociedade a necessidade de democratizar a comunicação.

No próximo capítulo, apresentam-se o desenvolvimento de questões sobre a televisão no Brasil e a hegemonia da Rede Globo no país. Conceitos sob a luz de Gramsci permitem realizar inferências sobre a questão central da hegemonia, da Cultura Televisiva e do Jornal Nacional como um padrão telejornalístico a ser seguido.

3 A TELEVISÃO COMERCIAL

O Brasil é um país com proporções continentais, o que por si só dificulta análises e torna mais trabalhoso uma comunicação plural visto que não existe acessibilidade aos veículos que produzem material audiovisual em todos os rincões do país; a produção audiovisual se encontra concentrada no eixo sudeste-sul. A televisão, principal foco da pesquisa, e o rádio chegam a mais de 90% das residências do país e sete famílias dominam esses veículos de comunicação. Dada a concentração do setor de mídia, os grupos detentores acabam exercendo influência nas políticas destinadas à comunicação. Ao se tratar da televisão em específico, os moldes americanos de concessão foram seguidos na implantação da televisão brasileira, o que acabou por consolidar a exploração das concessões de radiodifusão por parte do Estado a grupos privados; criando o oligopólio de mídia atual. Assim, os grupos televisivos tiveram uma facilitação para concentrar grande e forte influência política, econômica e social. Durante décadas, se perpetuou no país um sistema inteiramente comercial. A televisão constitui um dos mais importantes veículos de comunicação de massas no Brasil, informação e entretenimento; mesmo com o acesso à internet se popularizando cada vez mais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que 97,2% dos brasileiros tem um aparelho de televisão no lar (IBGE, 2015). Ainda, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia, 89% das pessoas utilizam a televisão como fonte de informação; 77% veem televisão 7 dias por semana em uma média de 3 horas e meia diárias (Pesquisa Brasileira de Mídia, 2016). Esses dados demonstram a importância e a influência do veículo de comunicação “televisão” na vida cotidiana dos brasileiros e seu poder em informar e entreter; ainda, seu potencial como agente formador de opinião. Sobre o poder da televisão, Cádima (2009) explica.

O discurso dos media é 'monumental', o que quer dizer que reflecte as estratégias de comunicação, as políticas, os dispositivos de dominação e tecnodiscursivos da época, discurso que se apresenta como legitimador de uma ordem do mundo ditada, justamente, pela televisão, pelas suas práticas e, sobretudo, pela sua instrumentalização (CÁDIMA, 2009, p.7).

Ainda que, segundo Raymond Williams, exista a apropriação do fluxo da televisão por outras plataformas, a televisão não perdeu sua importância: “Costuma-se dizer que a televisão alterou o nosso mundo” (WILLIAMS, 2016, p. 01).

Em todos os sistemas de radiodifusão desenvolvidos, a organização característica é a de sequência ou fluxo. Assim, a radiodifusão é simultaneamente uma tecnologia e uma forma cultural (Williams, 2016). Essa particularidade veio de outro veículo de comunicação;

o rádio, antes da televisão, era a única mídia com programação e isso produzia expectativas na audiência e um público segmentado. Cria-se, assim, o hábito de ver televisão, de aguardar sempre na mesma hora e no mesmo canal a novela, o telejornal, os programas de entretenimento.

O legado radiofônico na televisão, entretanto, não é uma peculiaridade brasileira. Embora seja comum argumentar que as televisões de países como os Estados Unidos foram inspiradas no cinema, a herança do rádio foi marcante na estruturação da televisão em várias partes do mundo, inclusive na América do Norte. O rádio, até antes da televisão, era a única mídia com programação. O que significa isso? A imprensa, a fotografia e o cinema trabalham na lógica da eventualidade. Produzem “eventos isolados” que podem ser organizados numa coleção, numa série ou numa obra, mas não se configuram como uma programação. Este procedimento, que fixa os horários e dias para a exibição de determinados programas, produz expectativas na audiência e um público segmentado (RIBEIRO, Ana Paula G; SACRAMENTO, Igor & ROXO, Marco (orgs), 2014, p.5)

Mais que um hábito, o exercício de assistir à televisão demonstra sua influência e seu poder frente a outros veículos. Cádima (2006) ressalta essa perspectiva ao informar que mesmo com 1% de audiência um canal da televisão pública portuguesa, RTP2, ainda sobressai a exibição de filmes (no caso em análise, veículos portugueses). O exemplo citado pelo autor nos capacita a analisar outras realidades.

Não podemos esquecer que quando um telefilme ou uma média metragem portuguesa passa na RTP2 e obtém pouco mais de 1% de audiência, isso significa que foi vista por cerca de 100 mil telespectadores – um valor que raramente um filme português atinge quando passa em sala (CÁDIMA, 2006, p.78).

Mesmo o RTP2 sendo um canal de uma TV pública, não preocupado com os índices de audiência e sim com a qualidade da informação e programação exibidas, serve como referência para demonstrar o poderio de alcance da televisão. No Brasil, percebe-se a formação de oligopólios, o que garante uma grande abrangência da televisão nos lares brasileiros. A formação de oligopólios da comunicação em um país em que a TV possui tanto poder, como já demonstrado pelos índices expostos anteriormente, cria desafios para uma informação de qualidade e o aumento da capacidade dos cidadãos em entendimento. A concentração de mídia se deu, também, por um ambiente propício à formação de oligopólios. Venício Lima ressalta esse ambiente propício à concentração.

É preciso registrar que existe no Brasil um ambiente bastante propício à concentração. A legislação do setor tem sido historicamente tímida, por intenção expressa do legislador, ao não incluir dispositivos diretos que limitem ou controlem a concentração da propriedade, o que, aliás, vai no sentido inverso do que ocorre em países como a França, a Itália e o Reino Unido, preocupados com a pluralidade e a diversidade no novo cenário da convergência tecnológica (...) Trata-se da oligopolização ou monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor. O melhor exemplo de concentração horizontal no Brasil continua sendo a televisão, paga ou aberta (LIMA, 2003, p.01).

Um oligopólio acontece quando poucos grupos dominam o mercado no fornecimento de algum produto específico. No Brasil, sabe-se que o oligopólio de mídia (sete famílias dominam os meios de comunicação: a família Marinho da Globo, a Abravanel (Sílvio Santos), do SBT, o Edir Macedo da Record, a família Saad da Band, a Frias da Folha de S. Paulo, a Mesquita do Estádio e a Civita da editora Abril⁴ (Veja)) domina a oferta de serviços públicos comunicacionais e influencia a comunicação no seu todo. O maior grupo detentor de audiência televisiva (a TV Globo) nasceu e cresceu no período da ditadura militar brasileira.

3.1 HEGEMONIA E CULTURA TELEVISIVA

Discutir a hegemonia da televisão e cultura televisiva não é uma tarefa inédita. Pretende-se, nesse trabalho de pesquisa, colaborar com a análise em relação a domínio de sinal em territorialidade nacional, audiência e criação de padrões a serem seguidos por outras emissoras e telejornais. Para tanto, recorre-se ao conceito de hegemonia de Gramsci que aplicado à história da Rede Globo contribui para entender como ela detém o primeiro lugar em audiência, possui sinal em quase todo o território nacional e dita o padrão a ser seguido por outras concorrentes.

Hegemonia, segundo o dicionário de Português online é uma influência dominante ou superioridade exercida sobre alguém. “Trata-se de uma dominação total e incontestável, que pode ser social, cultural, econômica ou ideológica e que impõe a autoridade de um grupo, de um país ou de um estado, sobre outro(s)” (Dicionário de Português online, 2018). Além disso, é um substantivo feminino que significa: 1. Qualquer forma de superioridade ou poder absoluto de alguém ou de alguma coisa sobre outra(s); supremacia e 2. Domínio ou predominância exercida por uma cidade, por um país ou um povo sobre outras cidades, países ou povos: hegemonia política.

Para o intelectual Antônio Gramsci, que refletiu sobre a hegemonia cultural a partir de sua vivência na Itália dos séculos XIX e início do século XX, a hegemonia era uma construção do senso a partir do alto (Gramsci, 2001). A Itália, com sua industrialização tardia, permitiu que Gramsci olhasse para a História de forma diferente de Marx. O Estado usaria as instituições culturais para conservar o poder. Esse poder é garantido pela hegemonia cultural que as classes dominantes exercem sobre as classes dominadas; através de controles dos

⁴ O Grupo Abril, da família Civita, foi vendido em 20/12/2018 para o empresário Fábio Carvalho, dono da sociedade de investimentos Legion Holdings.

veículos de comunicação, do sistema educacional e das instituições religiosas. Usando desse poder, as classes dominantes educam as classes dominadas e sufocam as sementes da revolução (possível forma de romper o sistema, segundo Marx); tornam a dominação “natural”. “A hegemonia cultural é, portanto, um conjunto de ideias dominantes de uma determinada conjuntura social, política, cultural e econômica. Ela não é permanente, mas o Estado e seus líderes são o resultado desse somatório de forças em disputa” (InfoEscola, 2015).

O termo cultura, na Roma antiga, definia o ato de “cultivar” ou “realizar atividades agrícolas”. Com o passar do tempo, assumiu significado de “cultivar a mente”. Hoje, entende-se cultura como um complexo que inclui o conhecimento, a arte, o popular, as crenças, tradições, os costumes e todas as manifestações artísticas, culturais, linguísticas, sociais e comportamentais de uma comunidade.

Raymond Williams define cultura como “relações entre elementos em um modo de vida global” (WILLIAMS, 2001, p. 63). Ainda, como o modo e a forma como a sociedade é concebida e vivida pelas pessoas. Além disso, relacionando comunicação e cultura, ele diz que

não são apenas formas, mas meios de produção uma vez que a comunicação e seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se, assim, em elementos indispensáveis tanto para forças produtivas quanto para as relações sociais de produção (WILLIAMS, 2001, p. 69).

A partir do conceito de cultura, passa-se a analisar a cultura de massas. Ela pode ser definida como o conjunto de produtos da chamada indústria cultural. Essa cultura de massas inclui todos os tipos de expressões culturais feitas para atingir a maioria da população, gerando produtos para o consumo; em um claro viés capitalista na lógica da produção e consumo em grande escala. O capitalismo industrial utiliza a cultura de massa para padronizar e homogeneizar os produtos, que são consumidos pela maioria das pessoas. No capitalismo tardio, a cultura se converte em mercadoria, e a televisão entra nesse aspecto por ser um veículo de comunicação de massas, e também forma de produzir e difundir cultura.

No Brasil, em 18 de setembro de 1950, foi inaugurada a televisão por Assis Chateaubriand⁵. Ela nasce de forma comercial. Chateaubriand instalou vários aparelhos

⁵ Segundo informações do pesquisador Flávio Lins (2010, p. 90-91), a primeira transmissão televisiva da América Latina se deu em 1947, em circuito aberto pelo técnico em eletrônica Olavo Bastos Freire, na cidade de

televisivos pela cidade de São Paulo para que as pessoas pudessem ver o que era a nova forma de se comunicar. A primeira rede de televisão foi a TV Tupi.

A televisão é concebida, no Brasil, como um rádio com imagens, por falta de conhecimento e de lida com a imagem naquele momento. Em 1952, a televisão trouxe do rádio o Repórter Esso. Um ano depois, é inaugurada a TV Record, que se alia em 1955 à recém criada TV Rio. Dois anos depois, em 1957, um link entre a TV Rio e a TV Record ligou as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1959, surge a TV Continental canal 9 no Rio de Janeiro, trazendo a novidade do vídeo-tape para o Brasil. Em 1960, é inaugurada a primeira TV Excelsior em São Paulo, a segunda viria em 1963 no Rio de Janeiro.

Quanto aos programas produzidos, o futebol começou em 1954, pela TV Record; no mesmo ano foi noticiada a morte do presidente Getúlio Vargas. Segundo informações do Portal TecMundo⁶, ainda em 1954, a PRF 3 de São Paulo estreou sua produção infantil, o Sítio do Pica-Pau Amarelo, baseado em obra de Monteiro Lobato, exibido uma vez por semana, e reapresentado também na emissora dos Associados no Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, a televisão começou a operar em 8 de setembro de 1955, com a TV Itacolomi canal 4 de Belo Horizonte.

Em 1956, Victor Costa, proprietário da TV Paulista, encomendou a Manuel da Nóbrega um programa humorístico para competir com as concorrentes, usando o elenco que já existia na Rádio Nacional. Assim, surgiu a “Praça da Alegria”, formato que está no ar até hoje com o nome de “A Praça é nossa”.

Praça da Alegria, um dos marcos do humor na televisão brasileira, foi criada em 1956 por Manoel da Nóbrega. Sentado no banco de uma praça, inspirada em milhares de outras espalhadas pelo país, ele era observador, ouvinte e interlocutor de personagens cômicos que se tornaram ícones do imaginário brasileiro, como a Velha Surda (Rony Rios) e Pacífico (Ronald Golias), entre muitos outros. O humorístico estreou na TV Paulista e, em 1958, passou a ser exibido na TV Rio. Em 1963, mudou-se para a TV Record, que o exibiu até 1970. Em 1977, um ano após a morte de Manoel da Nóbrega, a Globo voltou a exibir o programa, como forma de homenagear seu criador. O primeiro Praça da Alegria teve direção de Mário Lúcio Vaz, e os seguintes foram dirigidos por Carlos Alberto Loffler. Carlos Alberto da Nóbrega (filho de Manoel da Nóbrega) era responsável pela redação final do programa. O tema de abertura de Praça da Alegria era o mesmo das versões anteriores: a canção A Praça, composta por Carlos Imperial e gravada por Ronnie Von. Os versos da música pareciam ter sido escritos para proclamar a longevidade do programa: “A mesma praça/ o mesmo banco/ as mesmas flores/ no mesmo jardim”. O espírito da Praça era o mesmo, mas dessa vez quem ocupava seu banco

Juiz de Fora. E, em 1948, ocorreu a primeira transmissão pública de televisão realizada entre o Clube Juiz de Fora (onde estava a estação transmissora) e a Casa do Rádio, na Avenida Getúlio Vargas (onde estava o aparelho receptor).

⁶ Informações disponíveis em <https://www.tecmundo.com.br/projetor/2397-historia-da-televisao.htm>. História da Televisão, por Camila Camargo.

era Luís Carlos Miele. Era ele quem contracenava com os personagens antológicos do programa, que ainda conservavam intacto seu apelo popular. No final de 1977 e em janeiro de 1978, além dos humoristas cariocas que contracenavam com Miele, também os paulistas e pernambucanos passaram a participar do programa. No banco de São Paulo, o homem da praça era Carlos Alberto da Nóbrega; em Pernambuco, Aldemar Paiva. A Praça da Alegria repetiu na Globo o sucesso dos tempos de Manoel da Nóbrega, mas saiu da programação em 1978. A partir de 1987, sob o comando de Carlos Alberto da Nóbrega, o programa voltou a ser exibido pelo SBT, com o nome de A Praça é Nossa (Memória Globo, 2013).

Em 30 de junho de 1959, foi inaugurada no Rio de Janeiro a TV Continental canal 9, de propriedade da Rádio Continental. E, em 1959, no dia 20 de dezembro, foi inaugurada a TV Piratini de Porto Alegre, a primeira emissora de televisão do sul do país, pertencente às Emissoras Associadas. Segundo informações do Observatório da Televisão⁷, em 21 de abril de 1960, é inaugurada a nova capital Brasília e lá estreiam novas emissoras de televisão, a TV Brasília canal 6 das Emissoras Associadas e a TV Alvorada canal 8, pertencente à TV Rio; no dia da inauguração da cidade. Em 6 de junho entra no ar a TV Nacional canal 3, também de Brasília. Em junho de 1960, entram no ar no Recife, a TV Rádio Clube de Pernambuco, operando no canal 6, e a TV Jornal do Commercio, no canal 2. Em São Paulo, no dia 18 de setembro de 1960, entrou no ar o canal 9 TV Excelsior, com estúdios arrendados da Companhia Cinematográfica Vera Cruz na Vila Guilherme e o auditório funcionando no Teatro Cultura Artística. Em 20 de setembro, passa a funcionar a TV Cultura canal 2, das Emissoras Associadas. Em 1962, novas emissoras vão ao ar em todo o país, dentre elas a TV Alterosa canal 2 em 13 de março, criada por iniciativa de jornalistas mineiros, sendo repassada às Emissoras Associadas em 1964, passando a ser a segunda emissora dos Associados na cidade, e a TV Gaúcha canal 12 de Porto Alegre, em 29 de dezembro, que associou-se às Emissoras Unidas. Também em 1963, o grande destaque foi a estreia em 22 de julho da primeira telenovela brasileira diária, pela TV Excelsior em São Paulo, 2-5499 Ocupado, estrelada por Tarcísio Meira e Glória Menezes. Com o golpe militar de 1964, a censura começou a operar no país. Canais foram cassados e fechados. Nesse contexto, surge a Rede Globo de Televisão; como explicitado adiante no texto.

Todos esses canais e TVs criadas contribuíram para a cultura do brasileiro de ver TV. Dados atuais da Pesquisa Brasileira de Mídia em 2016 mostram que a televisão constitui o mais importante veículo de comunicação de massas no Brasil, mesmo com o acesso à internet se popularizando cada vez mais, conforme apresentado anteriormente. Esses dados

⁷ Disponível em <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/destaque/2017/09/ha-67-anos-a-tv-brasileira-nascia-com-a-estreia-da-tv-tupi>, por André Santana. O BOL, que hospeda o Observatório da Televisão, é um portal da internet fundado pelo Grupo Abril.

demonstram o poderio da televisão no Brasil, na medida em que, apenas 2,8% dos brasileiros não tem um aparelho televisor em casa. A cultura de ver TV e o nascimento da televisão no Brasil de forma comercial criaram condições para que, hoje, a TV seja hegemônica como meio de comunicação de massas no Brasil. O canal mais visto pelos brasileiros, em se tratando de TV aberta, é a Rede Globo.

Ainda sobre a televisão, ao longo de décadas se perpetuou no país um sistema inteiramente comercial. Seguindo os moldes americanos de concessão, consolidou-se a exploração das concessões de radiodifusão por parte do Estado a grupos privados; nesse ponto o Brasil se difere da Europa, onde a televisão nasce pública e os setores comerciais só entram posteriormente. Assim, os grupos televisivos no Brasil tiveram uma facilitação para concentrar grande e forte influência política, econômica e social.

3.2 A REDE GLOBO DE TELEVISÃO

A Rede Globo de Televisão é uma das emissoras de TV aberta do país; ela nasceu e cresceu durante a ditadura militar. A TV Globo foi oficialmente fundada pelo jornalista Roberto Marinho, no dia 26 de abril de 1965 (apesar de a concessão ter sido dada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1957) com a transmissão do programa infantil Uni Duni Tê. Com sede no Rio de Janeiro, a emissora apostou em programas infantis para conquistar o público. Também estavam na programação dos primeiros dias a série infantil Capitão Furacão e o telejornal Tele Globo, embrião do atual Jornal Nacional.

Os primeiros meses de atuação da TV Globo não foram bem sucedidos. Após a contratação de Walter Clark para a direção geral, houve uma guinada rumo à liderança de audiência. Em janeiro de 1966, o Rio de Janeiro sofreu uma das suas piores inundações; mais de cem pessoas morreram e aproximadamente vinte mil ficaram desabrigadas. A cobertura da tragédia feita ao vivo pela TV Globo foi um marco na história da emissora, que fez uma campanha comunitária para arrecadação de doações em dois estúdios (Memória Globo, 2013).

A Globo interrompeu sua programação para cobrir os estragos da chuva no verão de 1966 no Rio. A emissora também promoveu campanha para ajudar os desabrigados. Em janeiro de 1966, o Rio de Janeiro sofreu uma das piores enchentes da sua história. As chuvas transbordaram rios, alagaram a cidade e causaram transtornos à vida do carioca. Cinco dias de temporal deixaram mais de 200 mortos e 50 mil desabrigados (Memória Globo, 2013).

Segundo o site Memória Globo, ainda em 1966, a TV Globo chegou ao estado de São Paulo com a aquisição do canal 5, antiga TV Paulista. Em 5 de fevereiro de 1968, foi

inaugurada a terceira emissora, em Belo Horizonte, e as retransmissoras de Juiz de Fora e de Conselheiro Lafaiete, além de um link que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo.

O governo militar, centralizado em Costa e Silva, começou a subsidiar a compra de aparelhos de televisão com um sistema de crédito. Além disso, criou o Ministério das Comunicações. Outro impulso foi um decreto elaborado pelo ministro Delfim Neto que isentou as empresas de rádio e televisão de imposto de importação sobre equipamentos, isto permitiu à empresa se renovar e ao mesmo tempo utilizar a cotação oficial do dólar para reduzir suas despesas de importação (Gaspari, 2016). Essas medidas auxiliaram no começo da popularização da televisão no Brasil.

Com todos esses incentivos por parte do governo militar, a TV Globo começa a expandir sua grande rede de afiliadas e o jornalismo foi o carro chefe que impulsionou essa movimentação. A partir de então, a tecnologia disponível à época começa a ser utilizada para melhorar a transmissão e o sinal da Rede Globo. Em 1970, durante a copa do México, a emissora recebeu sinais experimentais da Embratel a cores e dois anos depois, a Festa da Uva de Caxias do Sul é transmitida a cores. Em 28 de abril de 1974, o Jornal Nacional passou a ser transmitido em cores, três dias após ter iniciado suas coberturas internacionais pela Revolução dos Cravos (Memória Globo, 2013). Em 1975, a TV Globo passou a exibir parte de sua programação para todo o Brasil, consolidando-se como rede de televisão. Surge o Padrão Globo de Qualidade, que é o conjunto de regras que norteia a produção da Rede Globo. Bucci afirma que “o "padrão Globo de qualidade" era uma função ideológica” (BUCCI, Folha de São Paulo, 2002). Esse padrão serviu para construir a hegemonia, o senso a partir do alto, da Rede Globo como maior e melhor emissora de TV do Brasil. Ao criar um padrão que é seguido pelas outras emissoras, a Rede Globo começa a deter hegemonia no campo televisivo brasileiro, como disserta Cardoso.

No Brasil, a TV Globo conseguiu, desde sua origem, agregar um grupo de profissionais de produção, entre eles cenógrafos, capazes de criar uma imagem da emissora que serviu de modelo para todas as outras concorrentes. Impôs-se, com esse sistema de produção, o que passou a ser chamado de Padrão Globo de Qualidade. Não só o seu Padrão Globo de Qualidade, como seu modelo de grade vertical e horizontal, passaram a ser adotados pela grande maioria dos canais abertos, em especial as emissoras generalistas (Cardoso, 2008, p. 34).

Além de criar o Padrão Globo de Qualidade e ter seu modelo de grade adotado pelos outros canais, a Rede Globo é, também, a emissora mais acessível em todo o Brasil. Hoje, segundo a própria Rede Globo, o sinal da TV Globo atinge quase 100% do território brasileiro. Outro fator que ressalta sua hegemonia no cenário nacional.

A TV Globo alcança atualmente 99,47% dos telespectadores potenciais, praticamente toda a população brasileira. Ostenta uma grande capacidade de

segmentação, graças à sua rede de afiliadas. Anunciantes de todos os tipos, tamanhos e ambições têm espaço em nossas 121 emissoras, 116 delas afiliadas, que levam a programação a 98,53% dos municípios e a mais de 183 milhões de brasileiros. São 29 grupos de comunicação e 9.600 profissionais estampando a diversidade brasileira por dezenas de sucursais e micro-sucursais. As afiliadas podem usar até 13 horas semanais para levar notícia e entretenimento ao público de sua localidade. A maior produção é a jornalística, com um pouco mais de 58 mil horas por ano (média de 4.856 horas por mês), mas há cerca de outros 90 programas locais, em 12 gêneros diferentes (entrevista, culinário, educativo, rural, saúde, show, esporte e turismo), somando mais de 17 mil horas de exibição. São cerca de 600 equipes de reportagem nas emissoras. É a maior equipe de jornalistas do país, com mais de 3.000 profissionais, que levam ao ar a grande notícia: o Brasil (Site da Rede Globo, 2018).

Além do telejornalismo, a dramaturgia ganhou muito espaço, chegando a emissora a ser lembrada por algumas de suas novelas como *Senhora do Destino*, *Terra Nostra*, *Avenida Brasil* e outras. Em se tratando de telenovelas, a Rede Globo também é hegemônica. Em 1976, a emissora exportou suas primeiras telenovelas para fora do país. Em 1977, toda a programação da emissora passou a ser em cores, antes restrita a telenovelas e telejornais. Em 1990, enfrenta, pela primeira e única vez, desde o fim da Rede Tupi, concorrência na teledramaturgia com o sucesso da telenovela *Pantanal* da Rede Manchete. Nos anos 1990, a Globo realizou as primeiras experiências interativas da televisão no *Fantástico* e no *Você Decide*. Recordes de audiência são conseguidos com as telenovelas *Mulheres de Areia*, *A Viagem* e *A Próxima Vítima*. Desde o início dos anos 2000, apesar de sucessos como *Mulheres Apaixonadas*, *Senhora do Destino*, *Alma Gêmea* e *Da Cor do Pecado*, a Globo tem perdido audiência. Atualmente, a Rede Globo recuperou audiência com as telenovelas do horário das nove da noite, como *A força do querer*, *O outro lado do paraíso* e *Segundo sol*.

3.3 O JORNAL NACIONAL COMO PADRÃO TELEJORNALÍSTICO

O *Jornal Nacional* é o principal telejornal da Rede Globo e o mais antigo telejornal ainda em circulação na TV brasileira. É líder de audiência entre os telejornais na TV aberta⁸ e hegemônico na área. O JN é exibido desde 1º de setembro de 1969 e foi o primeiro programa gerado em rede nacional. Ele é o principal responsável pelo conteúdo telejornalístico da TV Globo.

⁸ Segundo informações do Portal de Notícias RD1, vinculado à empresa brasileira de internet “Terra”, pertencente ao grupo espanhol Telefónica, o *Jornal Nacional* atingiu 27,2 pontos de audiência em 01/01/2019. Disponível em <https://rd1.com.br/boicotada-por-fas-de-bolsonaro-globo-lidera-audiencia-com-posse-do-presidente/>.

Na década de 70, o Jornal Nacional começou a dar destaque à cobertura internacional. Em 1977, Glória Maria se torna a primeira repórter a entrar no ar ao vivo. Nos anos 90, a emissora preza pela cobertura intensa, como nos episódios da Favela Naval, a entrevista com PC Farias, o escândalo dos precatórios e outros. Em 1991, pela primeira vez foi transmitida uma guerra (Memória Globo, 2013).

Algumas polêmicas ocorreram ao longo da existência do telejornal. A mais conhecida delas foi nas eleições de 1989, onde o Jornal Nacional editou o debate no segundo turno de Lula x Collor de forma a, aparentemente, favorecer o último. A emissora fez uma retratação anos depois.

Os responsáveis pela edição do Jornal Nacional afirmaram, tempos depois, que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time. Segundo eles, o objetivo era que ficasse claro que Collor tinha sido o vencedor do debate, pois Lula realmente havia se saído mal (Memória Globo, 2013).

Houve danos à reputação do telejornal, apesar de mantidos os altos níveis de audiência. Hoje, a emissora não edita debates.

Por isso, hoje, a emissora adota como norma não editar debates políticos; eles devem ser vistos na íntegra e ao vivo. Concluiu-se que um debate não pode ser tratado como uma partida de futebol, pois, no confronto de ideias, não há elementos objetivos comparáveis àqueles que, num jogo, permitem apontar um vencedor. Ao condensá-los, necessariamente bons e maus momentos dos candidatos ficarão fora, segundo a escolha de um editor ou um grupo de editores, e sempre haverá a possibilidade de um dos candidatos questionar a escolha dos trechos e se sentir prejudicado (Memória Globo, 2013).

O Jornal Nacional, pelo êxito de audiência, se tornou um padrão jornalístico a ser seguido pelas outras emissoras. Desde 1996, é apresentado por William Bonner, que atualmente é o editor chefe. Ele afirma em várias entrevistas que o Jornal Nacional apresenta “o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo”. Suas duplas de bancada, que já foram Lillian Witte Fibe, Fátima Bernardes, Patrícia Poeta e Renata Vasconcellos, à exceção da primeira também ocuparam o cargo de editora-executiva. Porém, Coutinho (2009) destaca que

No caso das edições do Jornal Nacional as imagens dos acontecimentos, tal como veiculadas, parecem ser apresentadas no discurso dos apresentadores-editores sobretudo como mediadoras dos fatos, com a construção de uma representação do real pela semelhança (Coutinho, 2009, p. 69)

Além dos apresentadores oficiais existem os apresentadores eventuais, como Heraldo Pereira, Sandra Annenberg, Monalisa Perroni e outros. A previsão do tempo, desde 2015, é feita por Maju Coutinho. Chico Pinheiro saiu do rodízio de apresentadores eventuais do Jornal

Nacional em dezembro de 2018. Em 18 de janeiro de 2019, Chico Pinheiro, via rede social Twitter de ser enforcado.

Em 2017, após muitos anos no mezanino da redação da Globo no Rio de Janeiro, o JN passou a ser apresentado dentro de uma nova newsroom construída especialmente para o telejornal e o G1 (Portal de notícias). A figura 1 abaixo mostra a bancada do Jornal Nacional.

Figura 1 – Bancada do Jornal Nacional



Fonte: Site do Jornal Nacional, 2019.

O Jornal Nacional tem um padrão desde sua criação: em uma bancada dois jornalistas sentados apresentam as notícias. Esse padrão também é seguido pelas outras emissoras, quando se trata de um telejornal voltado ao horário nobre. Recentemente, têm existido algumas inserções dos apresentadores em pé. Ainda que poucas, essas inserções demonstram a tendência de maior informalidade que começou nos telejornais locais.

No próximo capítulo serão discutidas questões da TV Pública, diferenciações do telejornalismo público em relação ao telejornalismo de caráter comercial, a criação da EBC, a TV Brasil como principal guardiã do telejornalismo público e o direito à informação.

4 A TV PÚBLICA

A televisão no Brasil, como já citado no capítulo anterior, surge comercial no ano de 1950. Os moldes americanos de televisão foram seguidos numa experiência abasileirada de fazer uma televisão vinda do rádio. A lógica pública da comunicação como um direito e, portanto, da necessidade de possuir uma televisão pública, demora a ser construída na sociedade. O maior expoente da TV Pública é a TV Brasil, rede de televisão nacional criada em 2007; ou seja, somente 57 anos após o surgimento da televisão no país é que se cria uma rede pública nacional de televisão. A lógica capitalista do lucro norteando a informação veiculada aos cidadãos impede que critérios de pluralidade sejam levados em conta na produção das notícias/informação. Mas, nem todos os lugares do mundo são assim.

Sobre o surgimento das TVs na Europa, deve-se destacar o seu caráter público inicial e o controle dos governos nacionais até a Segunda Guerra Mundial e seu posterior controle público. Raul Fuenzalida (2002) é um autor citado como referência para abordar esse momento das TVs europeias.

Nas nações europeias, como Alemanha, França e Inglaterra, as emissoras públicas nasceram por iniciativa do Estado e eram inicialmente controladas pelos governos nacionais. Após a Segunda Guerra Mundial e no contexto do Estado de Bem Estar-Social, elas tomaram suas faces públicas, a partir do fortalecimento da democracia e do sentimento de cidadania. Assim, passaram a ter um controle público, com a criação de conselhos de representantes e com a participação da sociedade em sua gerência (FUENZALIDA, p.155 apud VIEIRA, 2002, p. 173).

De acordo com essa perspectiva, a televisão na Europa surge pública. Os cidadãos a veem como um serviço público essencial e necessário. A lógica do lucro (televisão comercial) fica excluída do processo e só encontra brechas para se criar anos depois. Laurindo Leal Filho (2018) destaca que o rádio surge público no Brasil e, com o surgimento da TV comercial, há uma quebra no que se esperava com relação ao controle e à regulação. Na década de 30, o rádio começa a ser visto como um empreendimento comercial, o que possibilita o surgimento na década de 50 dessa TV comercial e sua exploração para fins de lucro.

O rádio e a televisão no país sempre foram vistos como empreendimentos comerciais pela população. Ao contrário do que aconteceu na Europa, onde as emissoras públicas se construíram na primeira metade do século passado, por aqui só conseguimos esse feito com a criação da EBC (...). Curioso é recordar que o rádio surgiu como empreendimento público. Roquete Pinto montou uma sociedade de ouvintes que se cotizavam para ouvir música e notícias através das ondas da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923. Apenas um ano depois da BBC inglesa entrar no ar e adotar um sistema de financiamento semelhante. Com a diferença de ser controlado e regulado pelo governo, o que garantiu sua existência até hoje. Por aqui, nos anos 1930, o rádio passou a ser visto como lucrativo empreendimento

comercial e a experiência pioneira de comunicação pública sucumbiu (FILHO, 2018, p. 28).

Laurindo Leal Filho (1997) acrescenta que o serviço público de televisão é uma necessidade da população europeia que precisa ser atendida. E, destaca que o modelo público não pode ser feito por meio de governos ou estatais, distanciando o governo da televisão pública.

Trata-se, em primeiro lugar, de um serviço, o que indica a existência de uma necessidade da população, que precisa ser atendida. E público, porque, segundo os idealizadores do modelo, é um atendimento especial que não pode ser feito por empresas comerciais ou órgãos estatais. Os veículos prestadores desse serviço devem ser públicos e, por isso, mantidos total ou parcialmente pelo público. Só assim seriam capazes de dar conta da sua vocação cultural (FILHO, 1997, p 18).

A proximidade com o governo é um dos problemas que gera certa falta de credibilidade às televisões públicas na América Latina. Esse assunto será exposto e discutido à frente.

4.1 JORNALISMO PÚBLICO, AS HISTÓRIAS DA EBC E DA TV BRASIL

É necessário discutir o papel do jornalismo público e qual a sua implicação direta na sociedade. Ainda não existe muita clareza sobre o termo “público”. Certa confusão se faz entre o “público”, o “estatal” e o “educativo”. O jornalismo público ainda é uma realidade recente nas práticas em Comunicação no Brasil e se encontra muito associado a organismos governamentais. No Brasil, esses termos têm convergido, de certa forma, para o campo do jornalismo público; ainda “jornalismo cívico” ou “jornalismo cidadão”. O jornalismo público não pode ser definido como o praticado na esfera do poder público. Silva (2002) esclarece as diferenças entre o jornalismo público e o comercial.

Como gênero, o jornalismo público ainda não adquiriu o status de outras especializações, a exemplo da crônica policial, do jornalismo esportivo ou econômico. E ainda não encontrou no Brasil nem uma tradução definitiva nem uma compreensão do que ele representa enquanto função, área de cobertura e campo profissional (SILVA, 2002, p. 23).

A Empresa Brasil de Comunicação, mais conhecida pela sigla EBC, é uma empresa pública que possui um conjunto de emissoras e veículos públicos no Brasil. Foi criada em 2007 para gerir as emissoras de rádio e televisão públicas federais. A EBC (Empresa Brasil de Comunicação) é responsável pela Rede Nacional de Comunicação Pública e gere as emissoras federais. A EBC administra a TV Brasil, a TV Brasil Internacional, a

Agência Brasil, a Radioagência Nacional e as oito emissoras do sistema público de rádio. Ela é, ainda, responsável pela produção de conteúdos da Secretaria de Comunicação do Governo Federal, como o programa “A Voz do Brasil” e atividades do canal NBR. O canal NBR é produtor de imagens de eventos realizados no Palácio do Planalto.

Essa proximidade entre os canais públicos e estatais acaba sendo um alvo de críticas à TV Brasil. Afinal, como manter autonomia se quem produz e comanda a TV Brasil também produz e comanda o canal NBR? No site da EBC, em sua carta de apresentação, é afirmado que os veículos da EBC têm autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdos. Atualmente, são veiculados conteúdos jornalísticos, educativos, culturais e de entretenimento com o objetivo de levar informações de qualidade sobre os principais acontecimentos no Brasil e no mundo para o maior número de pessoas (Site da EBC, 2016).

O governo federal cria a EBC em 25 de outubro de 2007, com a publicação no Diário Oficial da União de uma medida provisória (398/2007). Sua sede fica em Brasília, mas existem centros de produção e escritórios regionais no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Maranhão. A EBC teria de acordo com sua lei de criação autonomia e independência em relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdos. Após o impeachment de Dilma Rousseff uma MP modificou alguns pontos, conforme mostrado adiante no texto.

Em termos formais, a empresa nasce da união dos patrimônios e do pessoal da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e dos bens públicos da União que estavam sob a guarda da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que coordenava a TVE Brasil.

Ao constituir-se como responsável pela gestão da comunicação pública nacional, além de herdar os canais de rádio e televisão geridos pela estatal Radiobrás e pela TVE do Rio Janeiro, coube à EBC a responsabilidade pela implantação de novas emissoras públicas de radiodifusão, dentre as quais figura a TV Brasil.

No Brasil, a TV pública tem sua maior representante na TV Brasil, que surgiu com a proposta de ser uma rede nacional de emissoras públicas constituída para suprir as pendências do jornalismo comercial e, também, como uma demanda da sociedade no âmbito da disputa pela democratização da comunicação. Coutinho, no livro “A informação na TV pública” expõe o caráter plural prometido pela TV Brasil.

A TV Brasil, como emissora de televisão pública deveria possibilitar a difusão de diferentes vozes, imagens e sons, produzidos segundo uma diversidade de princípios editoriais de tal modo que a pluralidade de opiniões e perspectivas fosse construída a partir da experimentação do direito de comunicar, em um canal público (COUTINHO, 2013 p. 27).

A própria criação da TV Brasil se deu com a articulação de uma rede. Ela reuniu a TVE do Rio de Janeiro, a TVE do Maranhão e da Radiobrás. Coutinho mostra como se deu a criação, considerada então uma vitória no campo público da comunicação.

Apresentada como a nova rede pública de televisão brasileira, a TV Brasil foi criada em 2007, durante o governo Lula, por meio de medida provisória. A MP 398, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2007, enfrentou resistências na mídia brasileira, que denunciava a criação de uma televisão de governo, e no próprio Congresso Nacional. Um dos canais pertencentes à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a TV Brasil reuniu a TVE do Rio de Janeiro, a TVE do Maranhão e da Radiobrás, e foi considerada “uma vitória do campo público de comunicação” por diversos defensores da democratização da mídia e por autores como Aguiar (2012, p21) (COUTINHO, 2013, p 23-24).

Ainda sobre o papel da TV pública no Brasil e da TV Brasil em especial, Coutinho destaca a importância da implantação da TV Brasil para a democratização dos meios.

A implantação da TV Brasil representou uma importante conquista para segmentos da sociedade brasileira envolvidos com a luta pela pluralidade e democratização do acesso à comunicação e à informação no Brasil. No que se refere à oferta de informação televisiva, a constituição de uma emissora de TV pública se constituiu em uma alternativa concreta para a prática de um jornalismo orientado de forma efetiva pela observância do interesse público e caracterizado pelo exercício dos direitos à informação e comunicação por telespectadores (COUTINHO, 2013 p.28).

Resta levantar questões acerca do financiamento da TV Brasil, a fim de questionar a participação do governo. O financiamento da TV se dá via EBC, que recebe do governo federal por serviços prestados de comunicação e publicidade realizados pelos canais estatais (NBR) e repassados à emissora de televisão pública, em sinal aberto. Esse modelo é muito criticado e se tornou alvo de questionamentos quanto à subordinação da TV Brasil ao governo federal. Bucci (2010) ressalta que

Seja no plano político (relações com o governo e o Estado), seja no plano econômico (relações com o mercado), a independência é indispensável para a realização de qualquer projeto de radiodifusão pública. "Independência" não deve ser entendido, no entanto, como "arrogância". Em tempos de valorização da noção de interdependência, envolta em fetiches, incensada pelo presente contexto global, é preciso uma certa cautela ao se pregar a independência. Atualmente, o desafio ético é aprender a conviver em um ambiente onde não existe mais a possibilidade do isolamento absoluto de nenhum ator, país ou comunidade. Independência, portanto, não é isolamento, mas autonomia de critérios de decisão e de procedimentos. É o distanciamento crítico em relação ao poder político ou estatal e em relação ao mercado. De modo algum implica uma postura de autossuficiência ética, cultural e jornalística (BUCCI, 2010, p 6).

Dificuldades financeiras à parte, a principal proposta da TV Brasil é ampliar e diversificar o acesso à oferta de conteúdo audiovisual. Ela está presente em todo o território brasileiro e, agora, ainda conta com canais de seus programas no site de hospedagem de

vídeos *youtube*. Através deles, todos os que não têm acesso ao sinal da TV Brasil em televisão aberta podem conferir a programação da emissora; também servindo de acervo e pesquisa quanto aos materiais produzidos. Em 2018, alguns conteúdos audiovisuais foram retirados da rede. O Repórter Brasil, principal telejornal da emissora, desde fevereiro de 2018 não é postado na íntegra. Além disso, existe a possibilidade de participar pela página da TV Brasil no site de redes sociais Facebook e ainda, enviar mensagens de textos e mensagens via aplicativo Whats App. Essa participação é incentivada a fim de garantir maior pluralidade de vozes, mesmo estando cientes dos problemas de acesso e conexão à internet no país; é uma iniciativa positiva na participação popular.

Sobre as propostas da TV Brasil e o já citado coronelismo eletrônico, Laurindo Leal Filho (2018) afirma que a TV encontrou resistência por parte da grande mídia comercial. O oligopólio de mídia exerceu pressão contra a criação da comunicação pública no país e, mais fortemente, contra a criação da TV Brasil.

Essa pressão da mídia comercial contrária à criação de uma TV Pública repetiu-se com a criação da EBC e a entrada no ar da TV Brasil. Os jornalões brasileiros não se cansaram de mencioná-la como TV “chapa branca”, “TV do Lula”, “TV traço” (alusão a sua baixa audiência) chegando a pedir, em editoriais, o seu fechamento. Não é difícil entender essa repulsa à comunicação pública. Os “donos da mídia” brasileira não admitem a existência de qualquer tipo alternativo ao modelo comercial. As raízes históricas do “coronelismo eletrônico” fazem da comunicação pública uma “ideia fora do lugar” na cena brasileira. Para os “coronéis” trata-se de uma ousadia inconcebível. Ela vai na contramão dos interesses dominantes que, sob o véu do liberalismo, julgam-se no direito de impor à sociedade suas ideias, gostos, valores, sem nenhum tipo de controle. Ou de exercer seu poder de censura sobre temas e assuntos que de algum modo confrontam os seus interesses (FILHO, 2018, p. 28-29).

Com relação às questões técnicas anteriores ao desmonte do governo Temer, Laurindo (2018) explica que a TV Brasil teve diversos problemas referentes a sinal. O sinal não chegava a todo o território nacional e ainda era controlado pelo governo local em boa parte do país. Tudo isso dificulta o alcance da TV Brasil nos rincões do Brasil.

Seu sinal (da TV Brasil) não chegava a todo o território nacional, ferindo um princípio básico da comunicação pública que é o da universalidade acesso (...). Na maioria dos estados só podia ser sintonizada no canal controlado pelo governo local, ficando assim a mercê da vontade política dos governantes regionais de turno. Com isso a rede nacional da TV Brasil sofreu sempre grande instabilidade. Em determinados estados a troca dos governos determinava a retransmissão ou não do sinal da emissora da EBC naquela região. Sem falar nas deficiências técnicas que impediam a sintonia do canal até em áreas centrais de Brasília ou dos subúrbios cariocas, por exemplo. Investimentos pesados seriam necessários para corrigir essas graves distorções (FILHO, 2018, p. 29).

Em 2016, conforme já discutido, o Brasil passou por conflitos políticos que resultaram em um processo de impeachment da presidenta eleita. O vice, ao assumir o

governo, iniciou um processo de desmonte da comunicação pública no país. Seu primeiro ato foi desfazer o Conselho Curador da EBC e editar a MP 744, que determina que o presidente da EBC seja indicado pelo presidente da república. As edições, objetos de estudo, veiculadas nos programas “Caminhos da Reportagem” e “Ver TV” foram exibidas antes do desmonte da TV Brasil, e talvez só tivesse sido possível mesmo nesse contexto prévio, a considerar as atuais denúncias de censura na emissora que circulam em diferentes espaços na rede mundial de computadores.

4.2 TELEJORNALISMO PÚBLICO E O DIREITO À INFORMAÇÃO

Existe uma grande defasagem entre o telejornalismo comercial, que visa o lucro, e o telejornalismo público, que visa a representação popular e a inserção do cidadão na construção da narrativa das notícias. Espera-se uma maior liberdade editorial no jornalismo público, por ser livre da política editorial comercial. Coutinho destaca esse viés do telejornalismo público e seu modelo.

O Telejornalismo Público, como modelo, deveria ter como um de seus princípios orientadores, em especial, avançar para além da distinção forma-conteúdo que impediria a oferta de informação de qualidade nas emissoras comerciais e estatais, na medida em que estaria liberto da perspectiva mercadológica, da busca pelo lucro, comercial sobretudo (COUTINHO, 2013, p.29).

Para Silva (2002), o jornalismo público deve prezar pela finalidade não lucrativa; ter independência do mercado, da economia e da política, ter sustentabilidade e uma gestão plural.

Elencam-se as quatro principais diferenças entre o jornalismo público e o comercial. A finalidade não lucrativa nos remete à principal diferença. O público deve ser uma alternativa que dê espaço a todos, em contra partida ao comercial que tem como principal objetivo o lucro. Para tanto, o jornalismo público deve ser independente, sustentável e ter uma gestão plural; caso contrário irá ser apenas veículo dos seus patrocinadores, como em outros casos do jornalismo comercial. No telejornalismo público, a pauta é definida pelos interesses do público e pelo interesse em garantir uma pluralidade de cobertura.

Para além das características mencionadas, outro ponto importante para definição do telejornalismo público é a separação com relação ao governo. É necessário demonstrar diferenças e afirmar que a TV Pública não tem o mesmo papel da TV Estatal. Esse é um dos pontos centrais para a credibilidade da TV Pública. A TV Estatal é a televisão que visa unicamente difundir as ações e os atos do Poder Executivo. Difere da TV Pública que tem

como principal função exibir uma programação crítica para a formação (e não só informação) crítica do telespectador. Essas, por sua vez, são diferentes da TV comercial que visa o lucro acima de tudo. Lima (2007) destaca as diferenças.

O produto da televisão pública é a programação, voltada para a formação crítica do telespectador. O produto da televisão comercial é a audiência, baseada no entretenimento. Na TV estatal, o produto é a divulgação de ações e atos do Poder Executivo. São televisões complementares, segundo a sábia ordenação da nossa Constituição Federal. TV pública, portanto, não se confunde com TV estatal nem com TV comercial privada. Está equidistante do poder e do mercado. Programação, linguagem e objetivos diferem significativamente dos da comercial e da estatal. Comum a todas elas, apenas os princípios da Constituição: os valores éticos e sociais da família, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e o estímulo à produção independente (LIMA, 2007).

Uma das principais questões que afetam a televisão pública é “como se desvencilhar do governo”? Teresa Otondo apresenta conceitos que inferem a necessidade de distanciamento entre o governo e as televisões públicas. Para a autora, não existe um modelo pré-concebido que se aplique a todos os países; mas, é necessário manter separadas questões como controle de informações, subordinação financeira, burocracia, cargos e transparência (OTONDO, 2012). Na mesma perspectiva, os conceitos apresentados por Eugênio Bucci, que focam nas necessidades de separação da televisão pública do governo demonstram essa necessária separação (BUCCI, 2010).

Quando a televisão se identifica com o governo, não é pública. Se esta afirmação é verdadeira, poderíamos dizer que não existe televisão pública na América Latina. Teríamos a rigor televisão estatal, com todos os seus conhecidos ‘defeitos’: estrutura centralizada, subordinação financeira, burocracia administrativa, programação subordinada a interesses políticos e de governo, cargos preenchidos por indicação, controle da informação e nenhuma transparência nas contas. A questão, no entanto, não é tão simples assim. Não existe uma definição ou receita pronta do que venha a ser uma televisão pública, nem um modelo único que se adapte a qualquer país (OTONDO, 2012, p. 44).

Laurindo Leal Filho é outro autor que também disserta sobre a necessidade da separação entre a comunicação pública e o governo. Para ele, a EBC surge para separar essa questão e, ainda, acabar com a dependência dos governantes de turno.

A EBC surgiu para romper com esse tipo de comunicação atrelada aos governantes de turno. Como eixo central na estrutura de poder da empresa estava o Conselho Curador formado por 22 integrantes, sendo 15 indicados pela sociedade, quatro representantes do governo federal do governo federal, um da Câmara dos Deputados, um do Senado e um dos funcionários da empresa. Ao Conselho cabia emitir as diretrizes gerais de toda a programação produzida pelos veículos da EBC (duas emissoras de TV, oito de rádio e duas agências de notícias). Mas o mais importante estava na sua composição, que respeitava a diversidade geográfica e dava espaço às mulheres, aos negros, às pessoas com deficiência, aos índios. Era um microcosmo da sociedade brasileira influenciando em temas, pautas e enfoques de programas e reportagens produzidos pela EBC. Uma das primeiras medidas do golpe foi simplesmente acabar com o Conselho (FILHO, 2018, p. 27).

Brito destaca em artigo no Observatório da Imprensa que o telejornalismo público está além dos interesses puramente mercadológicos. Ele destaca que a comunicação pública é um bem público e indispensável à democracia.

Por “comunicação pública”, é bom destacar, entende-se comunicação enquanto um bem público e indispensável à democracia. Algo que, como se pode enxergar, está para além dos interesses meramente mercadológicos de que se vale, por exemplo, a indústria jornalística e seus múltiplos modelos de enquadramento comercial da informação. Um sistema processual em que a comunicação possa efetivamente ser concebida como um processo básico da vida em sociedade e essencial ao desenvolvimento humano em qualquer parte (BRITO, 2013, Observatório da Imprensa).

Em acordo com estudos e publicações do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da UFJF, é necessário recorrer a parâmetros particulares, definidos em pesquisas anteriores, para analisar e avaliar a qualidade do telejornalismo público. O livro “A informação na TV pública” oferece o suporte teórico-conceitual para analisar a qualidade do telejornalismo público. A publicação é resultado de uma ampla pesquisa realizada sobre o tema, onde o grupo desenvolveu seus parâmetros para análises.

Entre 2010 e 2011 pesquisadores da UFJF, coordenados pela professora Iluska Coutinho, realizaram a Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil, em uma parceria entre o Conselho Curador da EBC e o antigo grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação. O relatório, disponível na página do Conselho na internet, assume em determinados momentos um foco normativo:

O Telejornalismo Público, como modelo, deveria ter como um de seus princípios orientadores, em especial, avançar para além da distinção forma-conteúdo que impediria a oferta de informação de qualidade nas emissoras comerciais e estatais, na medida em que estaria liberto da perspectiva mercadológica, da busca pelo lucro, comercial sobretudo. Entre as perspectivas gerais de um modelo de telejornalismo público, que guardam relação direta inclusive com os documentos constitutivos da EBC e da TV Brasil, estaria a oferta de conteúdos voltados para o cidadão e para as diferentes comunidades. Os telejornais e programas jornalísticos nesse sentido deveriam ter como premissa e/ou promessa promover uma melhor compreensão da realidade, tornando mais próximo e efetivo, seu entendimento e apropriação pelos telespectadores. Estes deveriam ser compreendidos e representados nas reportagens como cidadãos e também como grupo social. Além disso, mais do que informações descontextualizadas, os telejornais públicos deveriam contribuir com a oferta de conhecimento cotidiano e formação dos espectadores e, assim, estimular sua autonomização (COUTINHO, 2013, p.29).

E, ainda sobre o telejornalismo público, Coutinho (2013) destaca a importância de uma pluralidade de vozes, que resulta num maior equilíbrio do telejornal; construindo assim um espaço para o efetivo exercício do direito à comunicação e informação de qualidade. Laurindo Leal Filho é outro autor que destaca a informação como direito. “É preciso ressaltar que a comunicação é um direito e um serviço ao mesmo tempo. Como direito humano de se

informar e ser informado e como um serviço oferecido de maneira geral e indiscriminada” (Filho, 2018, p. 31). Coutinho também defende que

A perspectiva da pluralidade de vozes no telejornalismo público orientaria a constituição dos programas jornalísticos em uma emissora pública como espaço para o exercício do direito à comunicação, para além do direito à informação de qualidade, aferida segundo parâmetros de excelência (COUTINHO, 2013, p.30).

Sobre a perspectiva da comunicação como um direito, Violin (2018) destaca o papel do Estado como fiscal e fomentador de uma discussão pública acerca do tema que garanta o direito à informação e à liberdade de expressão.

A liberdade de expressão passou de um simples direito de defesa, que determina a abstenção do Estado, para um direito prestacional, que também obriga que o próprio Estado fomente e regule as atividades comunicacionais de forma democrática e participativa. A liberdade de expressão não é apenas a de um cidadão se expressar individualmente; ou das grandes corporações dos meios de comunicação se manifestarem. É também o direito à informação do público receptor. Para que seja garantido o direito, é necessário uma atuação positiva do Estado. É preciso uma discussão pública, dialógica, que rompa a unilateralidade das grandes corporações privadas (VIOLIN, 2018, p. 155).

Diversos fatores influenciam nos modelos de análise do telejornalismo público. A própria TV Brasil, por ser uma emissora nova, interfere na análise. Por esse motivo, o modelo estabelecido é um modelo ainda inicial e que deve ser adaptado de acordo com o tema analisado. Coutinho avança na questão do destaque aos eixos de pluralidade e democratização na construção da informação no telejornalismo público.

Pesquisas e investigações posteriormente realizadas, no âmbito do grupo de pesquisa, e especialmente no projeto “Telejornalismo nas emissoras públicas brasileiras” mobilizaram em diferentes momentos também outras categorias/tensionamentos, a partir da questão central a ser respondida em cada situação. Nesses casos o modelo estabelecido para a avaliação do telejornalismo público pode ser considerado uma forma inicial de diagnóstico, a ser interpretado, mobilizado ou ainda adaptado a partir do problema a ser investigado. Em todos os casos, contudo, vale destacar a importância que os eixos de pluralidade e democratização devem receber na avaliação da prática do jornalismo, tanto em aspectos temáticos, quanto geográficos e de linguagem ou estilo (COUTINHO, 2013 p.38/39).

Pode-se concluir que não existe um modelo que se aplique a todos os países e TVs públicas. É necessário destacar a finalidade não lucrativa, questões de pluralidade e manter separadas questões como controle de informações e financiamento. Cada TV pública traz suas particularidades e vem imbuída de questões sociais, históricas, geográficas e políticas.

No próximo capítulo, apresenta-se a avaliação dos produtos telejornalísticos analisados. Nessa avaliação, propõe-se verificar os parâmetros norteadores do telejornalismo público como finalidade não lucrativa; ter independência do mercado, da economia e da política, ter sustentabilidade e uma gestão plural. Além disso, para as análises qualitativas

foram realizadas inferências acerca de três eixos considerados centrais nos estudos do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora: Pluralidade, Diversidade e Cidadania/Autonomia.

5 METODOLOGIA E ANÁLISES

Nesse capítulo, apresenta-se a avaliação dos produtos telejornalísticos analisados. Nessa avaliação, propõe-se verificar os parâmetros norteadores do telejornalismo público como finalidade não lucrativa; ter independência do mercado, da economia e da política, ter sustentabilidade e uma gestão plural. Entende-se que a comunicação e a informação são um direito e, portanto, esses parâmetros deveriam estar presentes em todo telejornal; mais fortemente ainda naquele que é tratado como o padrão telejornalístico do país. Além disso, para as análises qualitativas foram realizadas inferências por meio dos resultados obtidos por meio da Análise da Materialidade Audiovisual acerca de três eixos considerados centrais nos estudos do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora: Pluralidade, Diversidade e Cidadania/Autonomia.

Para a análise pretendida, utilizou-se a Metodologia da Análise da Materialidade Audiovisual. Este é um método de pesquisa desenvolvido pela Professora Doutora Iluska Coutinho que tem como objeto de avaliação a unidade texto+som+imagem+tempo+edição e que visa decompor o objeto em eixos de análises e itens de avaliação levando em conta as questões centrais da pesquisa. Além disso, a análise ainda considera relevantes os elementos paratextuais (material que acompanha o texto e contribui para seu entendimento). Desse modo, é possível examinar referencialmente todo o conteúdo dos objetos. Os eixos de análises qualitativos considerados nessa pesquisa são denominados A - Pluralidade, B - Diversidade e C - Cidadania/Autonomia.

No eixo A, que trata da pluralidade, são consideradas as participações dos atores sociais nas edições tomadas como recorte e seu grau de representatividade e pluralismo. São analisados os setores sociais representados; as temáticas de cada matéria; quais são os partidos políticos citados; se há presença do governo (e de que forma ele eventualmente é tratado); quais são as perspectivas de mundo enunciadas; se existem elementos regionais fora do eixo padrão (sul e sudeste) e se há presença de sotaques.

No eixo B, que trata da diversidade, o foco é evidenciar a existência de estratégias e ações de inclusão. Busca-se evidenciar como ocorre a inclusão do cidadão na narrativa (e de que forma ela se dá, via personagens?), se existe direito à voz. São analisadas, também, as fontes e o tratamento dado a elas; quais fontes aparecem, se as fontes tem autoridade atribuída e direito à voz. Ainda no eixo B são analisados a temática (abordagens, como o tema é tratado, se o enfoque é diferenciado ou se recorrem a narrativas e modelos convencionais).

O eixo C trata de cidadania/autonomia. Nele são analisados a existência de contextualização dos fatos e inserção de desdobramentos possíveis inclusive para o cidadão, que teria nesse caso estimulada sua capacidade de converter-se em personagem da própria história. Busca-se entender se a narrativa insere ou tem presença de estímulos à ação do telespectador e como essa convocação é feita, se há inclusão do cidadão comum como agente da narrativa se o cidadão age e transforma a realidade do fato narrado. E, ainda, se a matéria possui um viés formativo, de perspectiva ou tom educativo/formal.

5.1 CAMINHOS DA REPORTAGEM

Apresenta-se inicialmente o produto audiovisual em que se insere o material analisado. Sua moldura, ou espaço na grade é o programa “Caminhos da Reportagem”, veiculado semanalmente na TV Brasil, com exibição nas noites de quinta-feira, às 22 horas. O programa é reprisado aos sábados às 6 horas e 30 minutos (atualmente não há informações precisas sobre suas formas de exibição no site da emissora). A edição do jornalístico, que apresenta grandes reportagens e integrava a chamada faixa de reflexão da TV Brasil, geralmente, dura em torno de 50 minutos, divididos em três (3) blocos. A proposta do programa é trazer ao telespectador uma discussão de temas atuais e/ou polêmicos em uma grande reportagem. O programa viaja o Brasil e o mundo trazendo as temáticas propostas. A figura 2 abaixo mostra a logo do programa.

Figura 2 – Logo do programa Caminhos da Reportagem (TV Brasil)



Fonte: Site do Caminhos da Reportagem, 2019.

A edição analisada nesse trabalho de pesquisa foi veiculada em 12 de maio de 2016; portanto, antes do golpe que retirou a presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff. Essa data marcou o afastamento da presidenta e o começo de seu julgamento no senado. O material se encontra disponível na rede mundial de computadores (<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/05/regulacao-da-midia-e-tema-do-caminhos-da-reportagem>). Essa edição se dedica à temática da regulação da mídia. Para fins de análise, será desconsiderada a parte que trata da regulação na Argentina e nos Estados Unidos; o enfoque se dará na questão brasileira.

A pauta da regulação da mídia é, historicamente, defendida por membros identificados na cartografia política como de esquerda, que defendem as chamadas pautas progressistas. Com a chegada de Lula ao poder em 2003 e, conseqüentemente, do PT (Partido dos Trabalhadores), esperou-se uma maior centralidade na questão da democratização da mídia, incluindo a regulação; como já discutido anteriormente. Porém, a regulação da mídia nunca ocorreu realmente no país, à despeito da realização da Conferência Nacional de Comunicação em dezembro de 2009.

A regulação da mídia e a democratização da mesma são temas tratados, muitas vezes como censura, principalmente por grandes veículos de comunicação. Porém, é preciso discutir a questão. Sobre este tema, Lima alerta, entretanto, que

Quem faz censura na Argentina e no Brasil são os oligopólios de mídia. Porque a partir do momento em que são oligopólios, impedem que vozes se expressem. Eles não deixam que haja liberdade de expressão. Eles dificultam a consolidação do direito à comunicação. Eles é que são os agentes da censura, mas empunham essa bandeira da censura e da liberdade. Isso é um recurso político histórico. Quem é contra a liberdade? Quem é contra a censura? Eles promovem a censura e impedem a liberdade de expressão da grande maioria da população, mas empunham a sua bandeira. Como têm o poder de gestão da agenda de debate público, isso passa a ser verdade para muita gente. Esse é o problema, por isso que essa área é tão difícil. Mas o que acontece na Argentina, com todas as letras, é uma regulação de mercado. Inclusive atribui cotas de participação no mercado, para vozes que não tinham voz (LIMA, 2011, p. 6).

A regulação da mídia não se trata de censura, mas, sim, de garantir participações e conteúdos diversificados frente a um oligopólio de mídia existente. A regulação da mídia é um assunto amplamente discutido na conjuntura política da América Latina atualmente, principalmente após a ascensão de governos de esquerda em muitos países, como Argentina (que a esquerda governou e hoje não governa mais) e Uruguai. Durante a campanha à reeleição de Dilma Rousseff, o PT pressionou para que a presidenta engajasse a discussão em um segundo mandato. Após a reeleição, a presidenta sinalizou que iria defender a regulação econômica da mídia, mas sem regular conteúdo. Porém, a presidenta eleita democraticamente

sofreu um processo de impeachment e golpe sendo retirada do cargo antes de propor a regulação.

Para ser possível compreender o objeto empírico pelo método da análise da materialidade audiovisual, foi necessário elencar parâmetros que permitissem a realização de inferências nas narrativas audiovisuais estudadas e definir a criação de eixos para tomar como objeto de análise as unidades de texto+som+imagem+tempo+edição.

A edição analisada nesse trabalho de pesquisa veiculada em maio de 2016 tem duração total de 56 minutos e 50 segundos, distribuídos em três blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência à entrevistas de fontes oficiais. A tabela 1 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição com relação à regulação da mídia no Brasil.

Tabela 1 – Fontes do “Caminhos da Reportagem”

Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Bia Barbosa	35 segundos	Coordenadora do Coletivo Intervezes
Carolina Bahia	26 segundos	Jornalista
Venício Lima	52 segundos	Pesquisador
Eliane Cantanhêde	19 segundos	Jornalista
Deputada Luiza Erundina	23 segundos	Frente pela Liberdade de Expressão
Ricardo Noblat	23 segundos	Jornalista
Bia Barbosa (2)	22 segundos	Coordenadora do Coletivo Intervezes
Fernanda Cristina	14 segundos	Dona de Casa
João Carlos Adorno	5 segundos	Dentista
Maria Auzileida Pinheira	15 segundos	Aposentada
Venício Lima (2)	44 segundos	Pesquisador
Maria Elisa de Santana Gontijo e Mário Eustáquio Gontijo (Família Gontijo)	42 segundos	Professora e Dona de Casa (Maria Elisa); Aposentado (Mário Eustáquio)
Agostinho Linhares	33 segundos	Gerente de Espectro – ANATEL

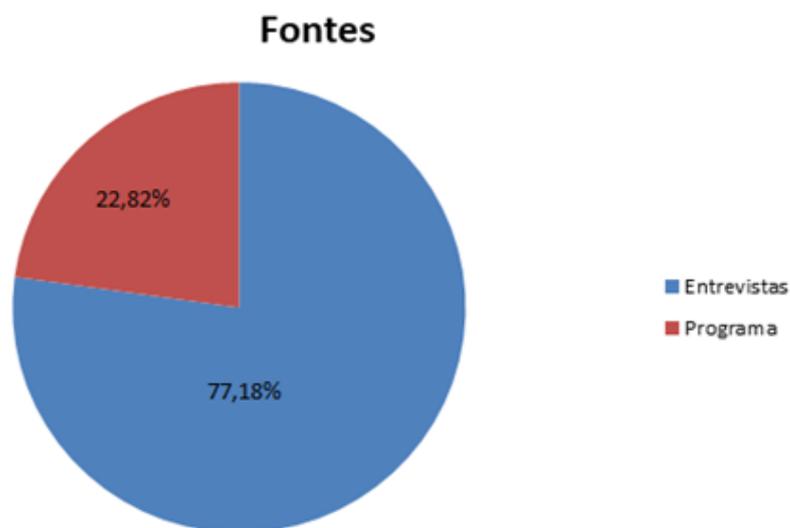
Aurélio Rios	10 segundos	Procurador Federal dos Direitos do Cidadão
Agostinho Linhares (2)	10 segundos	Gerente de Espectro – ANATEL
Antônio Augusto Queiroz	7 segundos	Diretor do DIAP
Daniel Slaviero	23 segundos	Presidente da ABERT
Bia Barbosa (3)	33 segundos	Coordenadora do Coletivo Intervozes
Daniel Slaviero (2)	15 segundos	Presidente da ABERT
Susy dos Santos	31 segundos	Professora de Comunicação UFRJ
Carolina Bahia (2)	13 segundos	Jornalista
Susy dos Santos (2)	26 segundos	Professora de Comunicação UFRJ
Venício Lima (3)	18 segundos	Pesquisador
Deputado Miro Teixeira	22 segundos	Ex-Ministro das Comunicações
Venício Lima (4)	47 segundos	Pesquisador
Aurélio Rios (2)	17 segundos	Procurador Federal dos Direitos do Cidadão
Cordel da Regulamentação da Comunicação	8 segundos	Campanha “Para expressar a liberdade”
Bia Barbosa (4)	20 segundos	Coordenadora do Coletivo Intervozes
Daniel Slaviero (3)	20 segundos	Presidente da ABERT
Aurélio Rios (3)	12 segundos	Procurador Federal dos Direitos do Cidadão
Deputado Miro Teixeira (2)	13 segundos	Ex-Ministro das Comunicações
Deputada Luiza Erundina (2)	38 segundos	Frente pela Liberdade de Expressão
Ricardo Noblat (2)	21 segundos	Jornalista
Bia Barbosa (5)	14 segundos	Coordenadora do Coletivo Intervozes
Antônio Augusto Queiroz (2)	20 segundos	Diretor do DIAP

Toby Mendel	31 segundos	Diretor do Centro de Direito e Democracia
Wanderley Gomes	54 segundos	Radialista

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

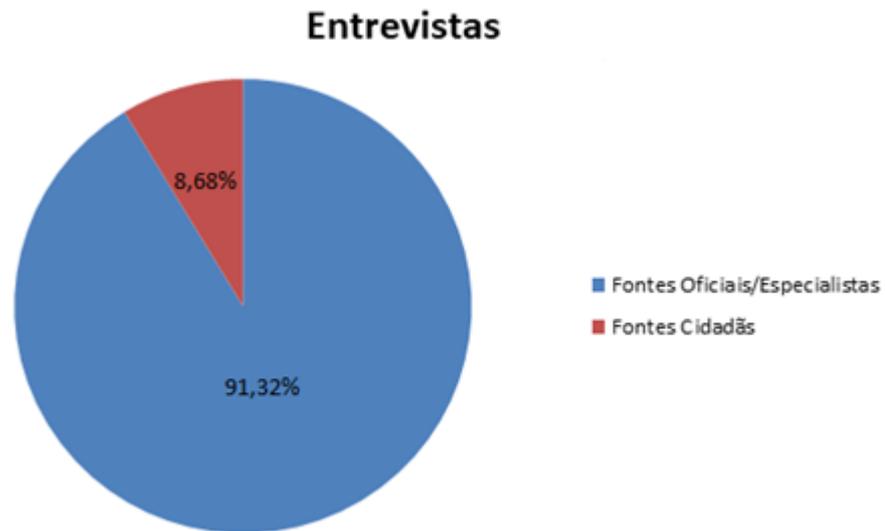
Percebe-se que, de 18 minutos e 55 segundos do primeiro bloco dedicado à regulação da mídia no Brasil, 14 minutos e 6 segundos são de entrevistas. Desse tempo, apenas 1 minuto e 27 segundos são destinados à fontes não oficiais/ não especialistas; chamadas aqui de fontes cidadãs. A maior parte das fontes são da sociedade civil, organizada ou não; professores, pesquisadores, donas de casa, dentistas, Coletivo Intervozes. Os gráficos 1 e 2 abaixo demonstram as porcentagens de participação desse tipo de fontes (não oficiais ou especialistas) em relação à duração total da edição analisada. No gráfico 1, em azul destaca-se a porcentagem das fontes (destacadas uma a uma na Tabela 1) e em vermelho, a porcentagem do restante do programa excetuando-se o tempo das fontes. No gráfico 2, destaca-se em vermelho a porcentagem das fontes cidadãs e em azul a porcentagem de fontes oficiais/especialistas.

Gráfico 1 – Tempo total em relação ao tempo de entrevistas.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Gráfico 2 – Tempo de entrevistas total em relação às fontes oficiais/especialistas



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Para a análise, de cunho qualitativo, foram realizadas inferências acerca de três eixos considerados: A - Pluralidade, B - Diversidade e C - Cidadania/Autonomia.

Aplicando os eixos de análise à edição do Caminhos da Reportagem, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A – Pluralidade percebe-se que são muitos os setores sociais representados; como professores, pesquisadores, cidadãos comuns, empresários, participantes de coletivos. As fontes que tem mais direito à voz são os especialistas. A temática foi única, girando em torno da regulação da mídia. Partidos políticos não são mencionados diretamente nessa edição. A presença do governo também não é explicitada diretamente; há referências ao Estado por meio da informação de sobre leis e regulações, que envolveriam diferentes poderes, portanto. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos é dada, em outras o fato é noticiado como se fosse uma máxima de conhecimento geral. Na edição analisada, percebe-se um enquadramento plural, preocupado em informar ao público o que acarreta a regulação da mídia, inclusive com todos os seus benefícios. Mostram-se os “dois lados”; a defesa da não regulação é feita pelos representantes dos grandes conglomerados de mídia. O principal argumento pela não existência de regulação é a “briga pela audiência”, que garantiria segundo essas fontes a não caracterização de monopólio.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão é trabalhada. As narrativas auxiliam a inserir o público na interpretação da edição. As fontes são variadas. As fontes específicas sobre o tema são as que mais possuem tempo de fala. A temática é tratada da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato de uma grande reportagem. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes é respeitada. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, independente do seu posicionamento. Os “dois lados” são mostrados: os defensores da regulação da mídia e os defensores da não regulação. Venício Lima chega a dizer, em entrevista que integra o material analisado, que não regular a mídia é manter uma corrupção da opinião pública.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo qual a participação e as responsabilidades dos cidadãos na não regulação da mídia? Qual a alternativa do cidadão ao oligopólio de mídia existente? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, uma boa representação e identificação do telespectador com a informação exibida; inclusive com o tema sendo dividido em vários conteúdos para uma maior compreensão da informação por parte dos telespectadores; apesar da necessidade de olhar para as realidades locais. Muitos aspectos são apresentados ao telespectador que não tem proximidade com o jargão midiático. A questão do espectro radioelétrico ser um bem público, e de todos, e a existência de proibição na Constituição de que parlamentares sejam concessionários de rádio e televisão por serem também os responsáveis por conceder e manter as mesmas, estão entre as temáticas abordadas, incluindo a explicitação da metáfora de um entrevistado: “O juiz não pode participar da partida” com relação aos parlamentares que criam leis e analisam as possibilidades de audiovisual e da mídia brasileira.

Percebe-se grande representação por parte dos setores sociais representados. Ainda que as fontes oficiais tenham mais espaço, existe uma preocupação em inserir cidadãos comuns. A contextualização dos fatos é dada e existe uma pluralidade de enquadramentos procurando informar aos cidadãos o que a regulação acarretará à sociedade. As narrativas auxiliam a inserir o público na interpretação da edição. Ainda falta uma maior explicação dos desdobramentos possíveis e de questionamentos que ficam em aberto.

É importante discutir a regulação da mídia no país, porém também se faz necessário discutir regulamentação. Um programa de grandes reportagens poderia explorar mais o tema, não apenas informando o cidadão/telespectador; mas, inserindo o mesmo na narrativa e procurando trabalhar a promessa da TV pública como um local de fala amplo que represente a sociedade e apresente o interesse público social. Além disso, é preciso ir além. Em caso de regulação, quem vai agir para colocar a norma em prática? O que implica a prática da regulação da mídia no país? São questionamentos que ficam em aberto, ainda que nesse programa de jornalismo em profundidade.

5.2 VER TV

O Ver TV foi um programa de entrevistas produzido em parceria com a Radiobrás, TV Câmara e TV Brasil⁹. Segundo informações do *site* oficial do programa, ele ficou no ar de 2006 a 2016. Sua proposta era trazer múltiplos olhares sobre conteúdos apresentados na mídia. Os entrevistados discutiam o tema de cada edição e haviam inserções de vídeos, depoimentos de especialistas e cidadãos. Sua moldura, ou espaço na grade era veiculado semanalmente na TV Brasil, com exibição nas noites de domingo, 23 horas e reprise às 02 horas e 30 minutos de quarta para quinta-feira. A edição do jornalístico, que apresenta grandes entrevistas e integrava a chamada faixa de reflexão da TV Brasil, geralmente, durava em torno de 50 minutos, divididos em três (3) blocos. A figura 3 abaixo mostra a logo do programa.

Figura 3 – Logo do programa Ver TV (TV Brasil)



Fonte: Site do Ver TV, 2019.

⁹ A Radiobrás foi incorporada pela EBC/TV Brasil desde 2008.

A edição analisada nesse trabalho de pesquisa foi veiculada em 24 de maio de 2015; portanto, antes do golpe que retirou a presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff. Os procedimentos que resultaram no afastamento de Dilma iniciaram-se em dezembro daquele ano, apesar do clima de instabilidade política já existente quando da exibição do programa. Atualmente não há informações precisas sobre o ineditismo dessa edição, não sendo possível saber, portanto, se essa edição foi reprisada na época ou era então inédita. O material se encontra disponível na rede mundial de computadores (<http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/regulamentacao-da-midia-em-debate>). Essa edição se dedica à temática da regulação da mídia.

Com relação às fontes, percebe-se que só as fontes oficiais e especialistas têm direito à voz no programa. Não existem opiniões, falas, inserções de cidadãos. O programa constitui-se do apresentador Lalo Leal e dos entrevistados: Emiliano José, Secretário de Comunicação Eletrônica – MiniCom; Luciana Santos, Deputada Federal e Venício Lima, Sociólogo e Jornalista. Eles utilizam praticamente todo o tempo do programa, de 55 minutos e 5 segundos divididos em 3 blocos. Existem duas inserções em vídeo: a Deputada Federal Margarida Salomão (1 minuto e 20 segundos) e a Jornalista Suzana Varjão (1 minuto e 50 segundos). Em porcentagens, as duas inserções somam 5,75% do total do programa frente a 94,25% dos entrevistados. A inserção de Igor Fuser, de 57 segundos, foi desconsiderada na análise por tratar da regulação da Argentina, não se inserindo no tema central da regulação da mídia no Brasil. Ressalta-se que segue um padrão de programa de entrevistas.

Para a análise, de cunho qualitativo, foram realizadas inferências acerca de três eixos considerados: A - Pluralidade, B - Diversidade e C - Cidadania/Autonomia.

Aplicando os eixos de análise à edição do Ver TV, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados; não há presença de cidadãos. As fontes que tem direito à voz são os especialistas somente. A temática foi única, girando em torno da regulação da mídia. Partidos políticos não são mencionados diretamente nessa edição. A presença do governo também não é explicitada diretamente; há referências ao Estado por meio da informação sobre leis e regulações, que envolveriam diferentes poderes, portanto. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Na edição analisada, percebe-se um enquadramento pouco plural, o conteúdo apresentado parece ser feito para os que já

entendem do assunto. É feita a defesa da regulação e não são mostrados os dois lados, a temática é conduzida para uma formação de consenso acerca da necessidade da regulação.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada. As narrativas não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente o assunto. Em um programa de entrevistas poderia existir um maior aprofundamento, que informasse ao cidadão/telespectador de forma a inseri-lo na temática. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especializadas na questão sem um cidadão comum sequer. As fontes específicas sobre o tema possuem o tempo total de fala. A temática é tratada da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato de uma grande entrevista. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes é respeitada. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante; existindo uniformidade das opiniões. Existe a criação de um consenso comum em torno da necessidade da regulação.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos não se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a participação e as responsabilidades dos cidadãos na não regulação da mídia? Qual a alternativa do cidadão ao oligopólio de mídia existente? Como realizar a regulação no Brasil? Entende-se que é importante a regulação no país; mas, o que fazer a partir disso? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural. Apesar da necessidade de olhar para as realidades locais nada é tratado de forma descentralizada da regulação nacional da mídia. Muitos aspectos são apresentados ao telespectador que não tem proximidade com o jargão midiático. A existência de proibição na Constituição de que parlamentares sejam concessionários de rádio e televisão por serem também os responsáveis por conceder e manter as mesmas; monopólios de comunicação e leis que tratam da mídia estão entre as temáticas abordadas.

Percebe-se que não existe representação por parte dos setores sociais. Só fontes oficiais e especialistas tem voz na edição analisada, o que dificulta a inserção do cidadão na narrativa apresentada. Se o cidadão não se vê representado, como entender e absorver o que está sendo transmitido? O conteúdo apresentado parece ser feito para os que já entendem do

assunto. É feita a defesa da regulação e não são mostrados os dois lados, a temática é conduzida para uma formação de consenso acerca da necessidade da regulação. Mas, o que acontecerá depois da regulação, supondo que ela seja colocada em prática? Como se dará a situação social? Como impactará o cidadão/telespectador?

5.3 JORNAL NACIONAL

Após a primeira etapa de análises com produtos da TV pública que discutiam a regulação e a regulamentação da mídia, passa-se à segunda etapa de análises em que, inicialmente, seriam avaliadas as temáticas de regulação e regulamentação no principal produto telejornalístico na televisão de caráter comercial. Verificando-se a ausência da temática no telejornal ao longo dos últimos quatro anos (com raras exceções tangenciando a temática, com pequenas notas) optou-se por avaliar o produto telejornalístico e mapear os quesitos de Pluralidade, Diversidade e Cidadania/Autonomia que já foram avaliados nos materiais que têm origem na TV pública. Com isso, espera-se conseguir avaliar o telejornal e inferir sobre sua inserção do cidadão na sua narrativa das notícias. Porém, ressalta-se que a ausência de matérias que possuam a temática da regulação e da regulamentação é sintomático de uma preferência/escolha editorial que não privilegia a informação do cidadão em primeiro lugar. Quando uma temática se faz presente na sociedade, é necessário que o jornalismo exerça seu papel e informe ao cidadão. O silenciamento do principal telejornal do país sobre uma temática tão importante demonstra seu descaso com a informação pública.

O Jornal Nacional é o principal telejornal brasileiro em questões de audiência. O telejornal é veiculado de segunda-feira à sábado, no horário de 20 horas e 30 minutos com duração média de uma hora. No ar desde 1969, em 1996 assume a roupagem atual e começa a ser apresentado por William Bonner, que atualmente é o editor chefe. Ele afirma em várias entrevistas que o Jornal Nacional apresenta “o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo”. A figura 4 abaixo mostra a logo do programa.

Figura 4 – Logo do Jornal Nacional



Fonte: Site do Jornal Nacional.

Para a realização desse trabalho de pesquisa foram escolhidas edições antes do primeiro turno das eleições de 2018 (1 a 6 de outubro) e antes do segundo turno (22 a 27 de outubro) a fim de verificar os parâmetros explicitados na descrição da metodologia e realizar inferências. A partir desses objetos foram realizadas análises quali-quantitativas. As edições do JN foram analisadas a partir dos vídeos disponibilizados no seu respectivo sítio na internet (<https://g1.globo.com/jornal-nacional/>).

Danilo Rothberg (2011) destaca que, em coberturas eleitorais é comum existir uma condução diferente do jornalismo em relação a uma situação padrão. Ele chama de enquadramento de jogo ou corrida de cavalos. O que ocorre é que os jornalistas analisam as chances de vitórias e derrotas, como numa corrida de cavalos, e deixam de lado assuntos pertinentes à cobertura.

As eleições, por exemplo, tendem a ser enfocadas sob os enquadramentos de *jogo* ou *corrida de cavalos*, que ocorrem quando os temas mais comuns trazidos pelos jornalistas são aqueles ligados às chances de derrota ou vitória no pleito eleitoral, sobrando pouco tempo ou espaço para enfoques mais abrangentes sobre as políticas efetivamente propostas pelos candidatos, seus desafios reais, obstáculos, perspectivas etc. A pergunta que parece motivar as reportagens não é “como a política pode contribuir para resolver os problemas da sociedade?”, mas sim “como a campanha do candidato do candidato pode ajudar ou atrapalhar suas chances de vitória” (ROTHBERG, 2011, p. 61)

Esse enquadramento esteve presente em todas as edições analisadas.

- Análise do dia 01 de outubro de 2018

A edição analisada nessa pesquisa foi veiculada em 01 de outubro de 2018, última segunda-feira antes do primeiro turno das eleições, e tem duração total de 40 minutos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas. A tabela 2 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 2 – Fontes da edição 01/10 do Jornal Nacional

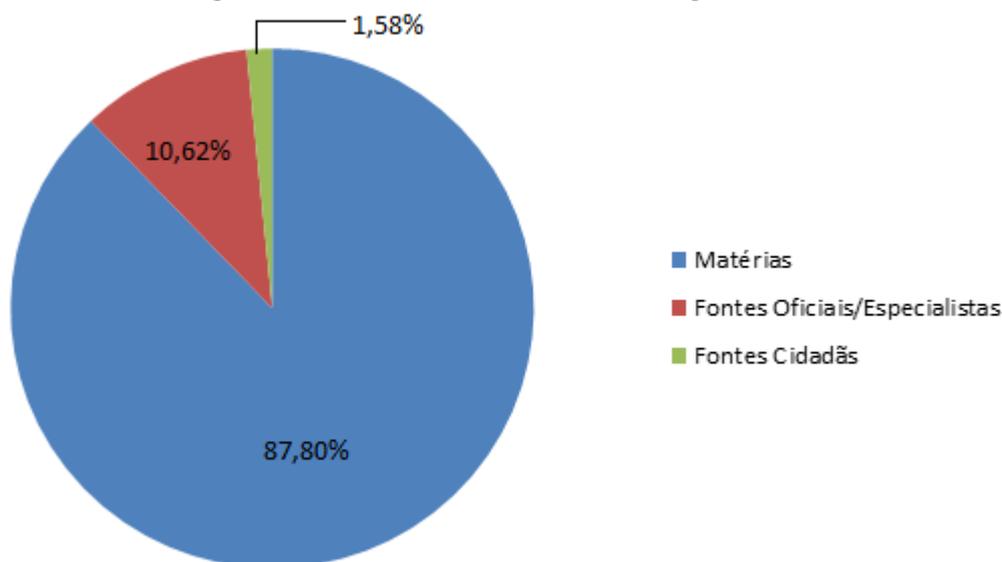
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Marina Silva	Fala direta da candidata – 20 s	Candidata à presidência – REDE
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência - PSDB
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 31 s	-
Jair Bolsonaro (2)*	Leitura das palavras do candidato – 13 s	Candidato do PSL
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 22 s	Candidato à presidência - PDT
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência – PT
Álvaro Dias	Fala direta do candidato – 21s	Candidato à presidência – PODEMOS
Carlos Ayres Britto	5 segundos	Ex-presidente do STF e Presidente do Conselho Superior do Instituto Inovare
Dias Toffoli	18 segundos	Presidente do STF
Egildo Gomes	8 segundos	Pedreiro
FONTE NÃO	5 segundos	Entrevistada no posto de saúde – sem

CREDITADA		creditação
Priscila Gazolla	12 segundos	Secretária de saúde de Fátima do Sul – MS
Val Silva Gomes	13 segundos	Servidora Pública
Oswaldo Tanaka (2)	12 segundos	Diretor da Faculdade de Saúde Pública – USP
Sebastião Arantes Filho	6 segundos	Aposentado
Edna Xavier	8 segundos	Aposentada
Maria Cristina da Cunha	3 segundos	Aposentada
Karen Martins Lima	11 segundos	Enfermeira
Rodrigo Gatto	5 segundos	Médico
Oswaldo Tanaka	15 segundos	Diretor da Faculdade de Saúde Pública – USP
Daniela Mekarú	8 segundos	Gerente da qualidade do Hospital Auxiliadora
Rodrigo Gatto	17 segundos	Médico

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Percebe-se que, de 40 minutos, 4 minutos e 8 segundos são de entrevistas. Desse tempo, 38 segundos são destinados à fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãs; e 4 minutos e 25 segundos são destinados à fontes especialistas/oficiais. O gráfico 3 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 3 – Tempo das fontes no JN – 01/10

Tempo das Fontes no JN - 01/10

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Após a análise das fontes passa-se à análise do telejornal.

As matérias do dia foram: apresentação das pesquisas de intenção de votos ao cargo de presidente da república (8 minutos), agenda dos candidatos (7 minutos e 9 segundos), começo do funcionamento em Brasília do Centro Integrado de Comando e Controle das Eleições (26 segundos), seminário comemora os 30 anos da Constituição Federal e 15 anos do Prêmio Innovare (1 minuto e 23 segundos), Prêmio Nobel da Medicina (34 segundos), Ministério da Saúde divulga dados sobre o envelhecimento da população brasileira no Dia Internacional do Idoso (32 segundos), matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque saúde (9 minutos e 21 segundos), delação do ex-ministro Antônio Palocci (8 minutos e 40 segundos), Novo Tratado de Livre Comércio dos EUA, México e Canadá (2 minutos e 3 segundos), morte de Charles Aznavour (1 minuto e 3 segundos).

Com relação ao tempo dedicados aos candidatos, tem-se que: 1 minuto e 4 segundos foram dedicados à candidata Marina Silva, ao candidato Geraldo Alckmin e ao candidato Fernando Haddad. O candidato Ciro Gomes teve 1 minuto e 7 segundos. O candidato Álvaro Dias teve 1 minuto e 16 segundos. O candidato Bolsonaro não teve agenda, portanto não falou diretamente. William Bonner leu duas publicações do candidato postadas em redes sociais. Bolsonaro teve 57 segundos dedicados à agenda e uma matéria que entrou

após com 32 segundos explicando uma fala anterior do candidato. Somando-se os dois tempos, Bolsonaro teve 1 minuto e 29 segundos.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados; não há presença de cidadãos, exceto em uma matéria. As fontes que tem direito à voz são os especialistas. A temática foi diversificada, com enfoque especial nas eleições. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição nas matérias referentes à intenção de votos ao cargo de presidente da república, agenda dos candidatos e Delação do ex-ministro Antônio Palocci. A presença do governo atual não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Na edição analisada, percebe-se um enquadramento pouco plural, o conteúdo apresentado parece ser feito para os que já entendem do assunto: os gráficos iniciais com relação à intenção de votos deveriam ser mais explicados para o cidadão comum. A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato. A matéria sobre o começo do funcionamento em Brasília do Centro Integrado de Comando e Controle das Eleições apenas relata o que ocorreu sem nenhuma inserção do cidadão e nem aprofundamento. O seminário que comemora os 30 anos da Constituição Federal e 15 anos do Prêmio Innovare é pouco aproveitado no sentido de informar ao cidadão o que é o prêmio, quem pode ganhar e, também, sobre a Constituição Federal; na comemoração de seus 30 anos não explicam sequer o que é a Constituição. O Prêmio Nobel da Medicina apesar do curto tempo cumpre o que promete: informa ao cidadão quem ganhou, o que é o prêmio e sua importância. A notícia sobre o Ministério da Saúde divulgar dados sobre o envelhecimento da população brasileira no Dia Internacional do Idoso é pouco aproveitada. Não se discute nem o Dia Internacional do Idoso e nem dados sobre o envelhecimento da população brasileira; falta aprofundamento. A matéria ressaltando os cinco principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” que traz o enfoque na saúde demonstra aprofundamento; informa o cidadão e o insere na narrativa a partir do personagem central “Egildo Gomes”, pedreiro que representa o cidadão brasileiro; qualquer cidadão poderia estar na situação apresentada. Ressalta-se que essa matéria teve 9 minutos e 21 segundos sendo a maior dessa edição (superando a agenda dos candidatos e as pesquisas de intenção de votos em plena semana que antecede as

eleições). Nessa matéria sobre saúde existe uma entrada de três cidadãos em formato “o povo fala” sem creditação. Na mesma matéria, ouve-se uma fonte falando no posto de saúde sem creditação. A delação do ex-ministro Antônio Palocci também informa ao cidadão, mas não o insere na narrativa e nem contextualiza o fato. Ressalta-se que essa matéria teve 8 minutos e 40 segundos sendo a segunda maior dessa edição (superando a agenda dos candidatos e as pesquisas de intenção de votos em plena semana que antecede as eleições). O novo Tratado de Livre Comércio dos EUA, México e Canadá e a Morte de Charles Aznavour informam o cidadão, mas sem inseri-lo na narrativa.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada. As narrativas não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 3. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante; existindo uniformidade das opiniões, exceto na delação de Palocci quando são lidas notas dos acusados.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos não se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, o que acarretará na vida dos cidadãos as propostas dos candidatos? A saúde no Brasil está ruim? Qual o orçamento da saúde no Brasil em relação a outros países? Quantos atendimentos o SUS realiza? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto na matéria sobre saúde que possui um personagem. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, os temas são diversificados e não fazem distinção de região geográfica ou cultural. Apesar da necessidade de olhar para as realidades locais nada é tratado de forma descentralizada do nacional; mesmo usando um exemplo da saúde no estado do Mato Grosso do Sul, os dados são nacionais.

- Análise do dia 02 de outubro de 2018

A edição analisada nesse trabalho foi veiculada em 02 de outubro de 2018, última terça-feira antes do primeiro turno das eleições, e tem duração total de 33 minutos e 03 segundos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas. A tabela 3 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 3 – Fontes da edição 02/10 do Jornal Nacional

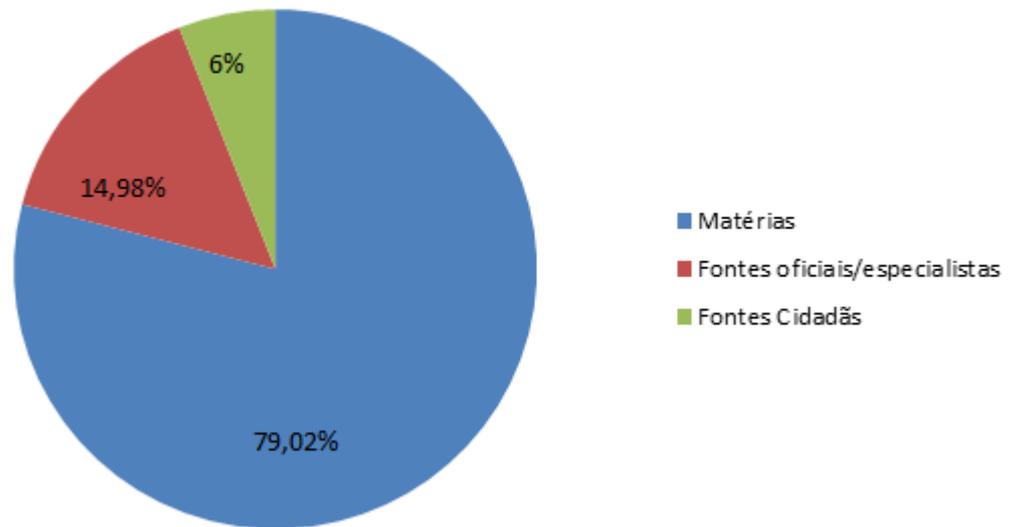
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência - PT
Marina Silva	Fala direta da candidata – 21 s	Candidata à presidência - REDE
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência – PSDB
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 14 s	-
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 22 s	Candidato à presidência – PDT
João Amoedo	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência - NOVO
Sr. Ailton	2 segundos	-
Valdoni Alves Ferreira	13 segundos	Piloto
Marcelo Barbosa	11 segundos	Coord. Procon Assembleia
Banco Central – Nota lida	38 segundos	-
Ana Carolina Karan	9 segundos	Dir. Proteção Defesa Consumidor/Min. Justiça
Sônia Maria de Toledo	10 segundos	Artista Plástica

Ana Paula Araújo	12 segundos	Mediadora do debate do Rio de Janeiro
César Tralli	6 segundos	Mediador do debate de São Paulo
Cláudia Bomtempo	13 segundos	Mediadora do debate do Pará
Márcio Gomes	11 segundos	Mediador do debate da Bahia
Denis Mizne	10 segundos	Diretor da Fundação Lemann
Eugênio Alves	14 segundos	Professor Polivalente
Denis Mizne (2)	16 segundos	Diretor da Fundação Lemann
Padre Bessa	11 segundos	Diocese de Mossoró – RN
Antônia Rodrigues	19 segundos	Mãe dos gêmeos
Padre Bessa (2)	12 segundos	Diocese de Mossoró – RN
Amaral Barbosa de Lima	8 segundos	Ex-diretor de escola
Giliard Barbosa Ferreira	14 segundos	Diretor de escola
Padre Bessa (3)	19 segundos	Diocese de Mossoró - RN
Gisele Barbosa	6 segundos	Professora de Português
Amaral Barbosa de Lima (2)	10 segundos	Ex-diretor de escola
Rejane	14 segundos	Mãe de Aluno
Diogo Manoel	19 segundos	13 anos

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Percebe-se que, de 33 minutos e 3 segundos, 6 minutos e 56 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 1 minuto e 59 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãos; e 4 minutos e 57 segundos são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 4 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 4 – Tempo das fontes no JN – 02/10

Tempo das fontes no JN - 02/10

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Após a análise das fontes passa-se à análise do telejornal.

As matérias do dia foram: apresentação das pesquisas de intenção de votos ao cargo de presidente da república (7 minutos e 19 segundos), agenda dos candidatos (6 minutos e 04 segundos), Bolsa de Valores de São Paulo (15 segundos), aposentados e pensionistas recebem depósitos a título de empréstimo direto na conta bancária sem nunca terem pedido dinheiro (2 minutos e 54 segundos), Ministério Público Federal denunciou agressor de Bolsonaro por crime contra a segurança nacional (24 segundos), Polícia Rodoviária do Tocantins apreendeu 1 milhão e 200 mil reais em um táxi (41 segundos), emissoras da Rede Globo em 25 estados e no Distrito Federal vão promover debates entre os candidatos a governador (2 minutos e 18 segundos), previsão do tempo (1 minuto e 11 segundos), na Indonésia subiu para 1234 o número de mortos do terremoto seguido de tsunami (19 segundos), três cientistas dividem Nobel de física (37 segundos), vencedores do Emmy de jornalismo foram anunciados ontem à noite em Nova Iorque (1 minuto e 03 segundos), dez presos morreram à tarde após fuga em Araguaína no Tocantins (22 segundos), choque de ônibus com caminhão deixa 3 mortos e 18 feridos no interior de São Paulo (23 segundos), matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque educação (8 minutos e 13 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 1 minuto e 5 segundos foram dedicados ao candidato Fernando Haddad, 1 minuto e 4 segundos foram dedicados ao candidato Geraldo Alckmin e 1 minuto e 6 segundos foram dedicados à candidata Marina Silva, ao candidato Ciro Gomes e ao candidato João Amoedo. O candidato Bolsonaro não teve agenda, portanto não falou diretamente. Foi lida uma publicação do candidato postada em redes sociais. Bolsonaro teve 37 segundos dedicados à agenda.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados; não há presença de cidadãos, exceto em duas matérias. As fontes que tem direito à voz, em sua maioria, são os especialistas. A temática foi diversificada, com enfoque especial nas eleições. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição nas matérias referentes à intenção de votos ao cargo de presidente da república e na agenda dos candidatos. A presença do governo atual não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na matéria sobre os debates para o governo do estado surgem algumas fontes fora do eixo sudeste, porém são jornalistas considerados como fontes especialistas que não refletem a região de onde estão aguardando os debates; não há presença de sotaques nem elementos regionais nos mesmos. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Na edição analisada, percebe-se um enquadramento pouco plural, o conteúdo apresentado parece ser feito para os que já entendem do assunto: os gráficos iniciais com relação à intenção de votos deveriam ser mais explicados para o cidadão comum, assim como ressaltado na análise da edição anterior. A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado na edição anterior. A nota sobre a bolsa de valores de São Paulo apenas relata seu crescimento; não há explicação de por que cresceu, como cresceu, o que acarreta na vida do cidadão. A matéria sobre aposentados e pensionistas recebem depósitos a título de empréstimo direto na conta bancária sem nunca terem pedido dinheiro é informativa e completa, inserindo o cidadão na narrativa através dos personagens existentes. Ainda, informa como fazer se você for vítima. Nessa matéria existe a entrada de um cidadão sem creditação de profissão, apenas com o nome. A notícia sobre o Ministério Público Federal ter denunciado o agressor de Bolsonaro por crime contra a segurança nacional é pouco informativa e não insere o cidadão na narrativa. Sobre a Polícia Rodoviária do Tocantins ter

apreendido 1 milhão e 200 mil reais em um táxi é necessário contextualizar o cidadão sobre o ocorrido. Os passageiros são ligados ao deputado estadual Olinto Neto? Qual a relação entre o dinheiro achado nesse momento e o apreendido com Olinto Neto? A matéria sobre emissoras da Rede Globo em 25 estados e no Distrito Federal promoverem debates entre os candidatos a governador é informativa, porém não insere o cidadão; era possível convidar o cidadão a assistir o debate, explicitar a importância do debate para a manutenção da democracia mas não o faz. Falta contextualização na matéria sobre o número de mortes na Indonésia ter subido para 1234 por conta do terremoto seguido de tsunami. A Matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque educação demonstra aprofundamento; informa o cidadão e o insere na narrativa a partir do personagem central “Padre Bessa”, padre que criou iniciativas que auxiliam as crianças de uma área carente a aprender de forma dinâmica. O cidadão se vê inserido; qualquer um poderia ser o Padre Bessa. Ressalta-se que essa matéria teve 8 minutos e 13 segundos sendo a maior dessa edição (superando a agenda dos candidatos e as pesquisas de intenção de votos em plena semana que antecede as eleições).

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada. As narrativas não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 4. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem. Na matéria sobre os debates para o governo do estado surgem algumas fontes fora do eixo sudeste, porém são jornalistas considerados como fontes especialistas que não refletem a região de onde estão aguardando os debates; não há presença de sotaques nem elementos regionais nos mesmos. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante; existindo uniformidade das opiniões.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos não se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, o que acarretará na vida dos cidadãos as propostas dos candidatos? A educação no Brasil está ruim? Qual o orçamento da educação no Brasil em relação a outros países? Quantas escolas públicas existem no país e quantas particulares? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Pontos muito

semelhantes aos da edição anterior. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto na matéria sobre educação e na matéria sobre o golpe do empréstimo aos aposentados e pensionistas que possuem personagens. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, os temas são diversificados e não fazem distinção de região geográfica ou cultural. Apesar da necessidade de olhar para as realidades locais nada é tratado de forma descentralizada do nacional; exceção é a matéria que passa no Tocantins.

- Análise do dia 03 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 03 de outubro de 2018, última quarta-feira antes do primeiro turno das eleições, e tem duração total de 26 minutos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas. A tabela 4 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 4 – Fontes da edição 03/10 do Jornal Nacional

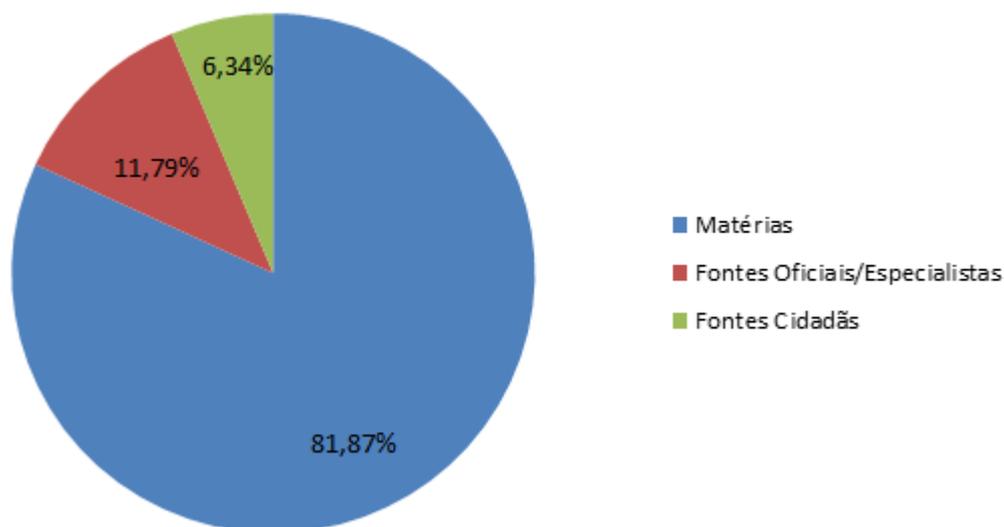
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Marina Silva	Fala direta da candidata – 21 s	Candidata à presidência - REDE
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 22 s	Candidato à presidência - PSDB
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 21 s	-
Antônio Luiz de Vasconcelos Macedo	20 segundos	Cirurgião
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 18 s	Candidato à presidência - PDT

Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência - PT
Zenir Palheta	14 segundos	Funcionária Pública
Thamylin Nakamura	5 segundos	Estudante
Arlei Hoffmann	9 segundos	Comerciante
Silvana Aparecida da Silva	4 segundos	Comerciante
Guilherme Sá Meneghin	7 segundos	Promotor de Mariana
Pedro Alves da Silva	4 segundos	Aposentado
Neusa Brasil	4 segundos	Dona de Casa
Sefraim Santos	10 segundos	Servidor Público
Édison Carlos	16 segundos	Presidente do Instituto Trata Brasil
Leno Sousa	6 segundos	Cacique da Aldeia Solimões
Maria Elisabeth Santos de Oliveira	2 segundos	9 anos
Caetano Scannavino	17 segundos	Coordenador do Projeto Saúde e Alegria
Telma Rocha	8 segundos	Gerente da Fundação Avina
Sefraim Santos (2)	8 segundos	Servidor Público
Marisa Pereira da Costa	32 segundos	Cozinheira
Gerson Barbosa	8 segundos	Promotor de Justiça - MT
Ana Oliveira	7 segundos	8 anos

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Percebe-se que, de 26 minutos, 4 minutos e 43 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 1 minuto e 39 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãs; e 3 minutos e 04 segundos são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 5 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 5 – Tempo das fontes no JN – 03/10

Tempo das fontes no JN - 03/10

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Após a análise das fontes passa-se à análise do telejornal.

As matérias do dia foram: agenda dos candidatos (5 minutos e 28 segundos), Globo e afiliadas realizaram em 25 estados e no Distrito Federal os últimos debates entre candidatos a governador antes das eleições de domingo (2 minutos e 19 segundos), três cientistas vão dividir o Nobel de química (26 segundos), papa dá início ao encontro de 270 bispos do mundo todo que durará quase um mês (1 minuto e 02 segundos), um vulcão entrou em erupção na ilha Indonésia devastada pelo terremoto e pelo tsunami (33 segundos), previsão do tempo (2 minutos e 51 segundos), Justiça Federal em São Paulo aceitou denúncia contra 14 pessoas (1 minuto e 30 segundos), Justiça de Minas Gerais homologou um acordo para o pagamento de indenização a uma parte dos atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco (1 minuto e 15 segundos), refinaria Hydro Alunorte suspendeu as operações no Pará (34 segundos), matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque saneamento básico (9 minutos e 11 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 1 minuto e 5 segundos foram dedicados à candidata Marina Silva, 1 minuto e 4 segundos foram dedicados ao candidato Fernando Haddad e 1 minuto e 06 segundos foram dedicados aos candidatos Geraldo Alckmin, Jair Bolsonaro e Ciro Gomes. O candidato Bolsonaro não teve agenda, portanto não falou diretamente. Foi lida uma publicação do candidato postada em redes

sociais. Bolsonaro teve, ainda, a entrevista do médico cirurgião que o acompanha no tempo dedicado à sua agenda.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que alguns setores sociais são representados; há presença de cidadãos em três matérias. As fontes que tem direito à voz, em sua maioria, são os especialistas. A temática foi diversificada e, diferentemente das edições anteriores, não houve enfoque nas eleições. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição nas matérias referentes à intenção de votos ao cargo de presidente da república e na agenda dos candidatos. A presença do governo atual não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na matéria sobre o saneamento básico surgem algumas fontes fora do eixo sudeste, porém são poucas e com falas pequenas; não há presença de sotaques nem elementos regionais nos mesmos. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Na edição analisada, percebe-se um enquadramento pouco plural, o conteúdo apresentado parece ser feito para os que já entendem minimamente dos assuntos tratados. A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. Na matéria Globo e afiliadas realizaram em 25 estados e no Distrito Federal os últimos debates entre candidatos a governador antes das eleições de domingo o conteúdo é informativo; ressalta-se que é uma continuação de uma matéria da edição anterior. O cidadão foi informado e se viu inserido na narrativa que contou com a participação de três fontes cidadãs. Além disso, o cidadão é convidado a agir e se posicionar a decidir o seu voto pelo melhor candidato entre os que participaram do debate; ressaltando a importância do debate para a escolha consciente. Tudo isso faltou na edição anterior. A matéria sobre três cientistas que vão dividir o Nobel de química é apenas informativa. Papa dá início ao encontro de 270 bispos do mundo todo que durará quase um mês resalta a importância para os católicos de maior democracia na Igreja, inserindo os cidadãos. Na matéria sobre a Justiça Federal em São Paulo ter aceitado denúncia contra 14 pessoas falta contextualização e explicações sobre a questão do rodoanel para o cidadão comum; muitas pessoas não sabem o que é onde se localiza o rodoanel. Na matéria Justiça de Minas Gerais homologou um acordo para o pagamento de indenização a uma parte dos atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco percebe-se uma importante contextualização que permite ao cidadão se inserir na

narrativa. Explicitam acordos, informam a localidade e instrui os cidadãos que o valor individual de indenização será informado a partir de um cadastro que as famílias devem realizar e, ainda, informam que o pagamento se dará em até um ano. A matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque saneamento básico demonstra aprofundamento; informa o cidadão e o insere na narrativa a partir do personagem central “Sefraim Santos”. O cidadão se vê inserido; qualquer um poderia ser o personagem que deseja melhores condições de saneamento básico para sua região. Ressalta-se que essa matéria teve 9 minutos e 11 segundos sendo a maior dessa edição (superando a agenda dos candidatos em plena semana que antecede as eleições).

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada de forma satisfatória. As narrativas auxiliam pouco a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados; a exemplo da questão do rodoanel. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem grande inserção do cidadão comum. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 5. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem. Na matéria sobre o saneamento básico surgem algumas fontes fora do eixo sudeste, porém são poucas e com falas pequenas; não há presença de sotaques nem elementos regionais nos mesmos. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante; existindo uniformidade das opiniões exceto nos esclarecimentos dados ao fim da matéria sobre a Justiça Federal em São Paulo.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos não se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, o que acarretará na vida dos cidadãos as propostas dos candidatos? O saneamento básico no Brasil está ruim? Qual o orçamento do mesmo no Brasil em relação a outros países? A obra do Rodoanel tem ligação com o atual governo paulista? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa insere pouco o telespectador e em raros momentos o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado das temáticas. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, os temas são diversificados e não fazem distinção de região geográfica ou cultural. Apesar da necessidade de olhar para as

realidades locais nada é tratado de forma descentralizada do nacional; exceção é a matéria que passa no Pará e no Mato Grosso.

- Análise do dia 04 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 04 de outubro de 2018, última quinta-feira antes do primeiro turno das eleições, e tem duração total de 31 minutos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. A tabela 5 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 5 – Fontes da edição 04/10 do Jornal Nacional

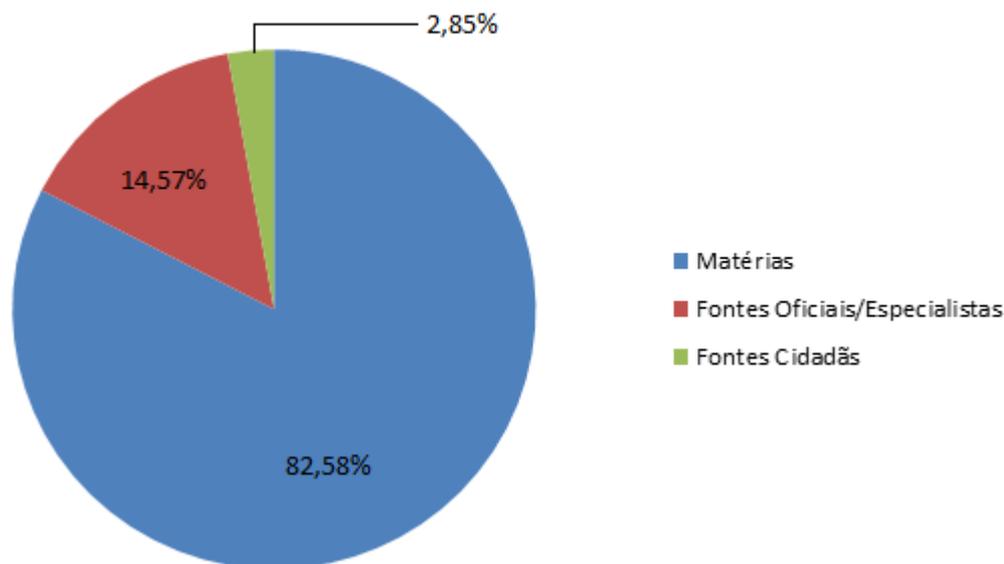
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do Candidato – 17 s	-
Jair Bolsonaro (2)	Vídeo em rede social – 20 s	Candidato à presidência – PSL
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência - PSDB
Fernando Haddad	Vídeo em rede social – 30 s	Candidato à presidência – PT
Marina Silva	Vídeo em rede social – 37 s	Candidata à presidência - REDE
Ciro Gomes	Vídeo em rede social – 42 s	Candidato à presidência - PDT
Dias Toffoli	50 segundos	Presidente do STF
Cleber Rebelatto	3 segundos	Marido de Claudete
Claudete	7 segundos	Sem creditação
Claudete (2)	3 segundos	Sem creditação
Sir Carvalho	16 segundos	Presidente do Vigilantes da Gestão
Altino	22 segundos	Sem creditação
Luis Gustavo de Arruda Camargo	11 segundos	Empresário
Alan Zaborski	10 segundos	Consultor de licitações
Luis Gustavo de Arruda Camargo (2)	17 segundos	Empresário
Altino (2)	6 segundos	Sem creditação
Claudete (3)	12 segundos	Sem creditação

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Percebe-se que, de 31 minutos, 5 minutos e 24 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 53 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãs; e 4 minutos e 31 segundos são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 6 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 6 – Tempo das fontes no JN – 04/10

Tempo das fontes no JN - 04/10



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Após a análise das fontes passa-se à análise do telejornal.

As matérias do dia foram: apresentação das pesquisas de intenção de votos ao cargo de presidente da república (8 minutos e 41 segundos), agenda dos candidatos (4 minutos e 31 segundos), STF comemora 30 anos da Constituição em sessão especial (1 minuto e 4 segundos), Justiça transformou em réu agressor de Bolsonaro (45 segundos), Ministério Público Federal pediu a condenação do ex-presidente Lula e de outras sete pessoas na ação que investiga a compra de um terreno e um apartamento (3 minutos e 15 segundos), Ministro do Supremo, Celso de Melo, homologou parte da delação premiada de Marcos Valério (34 segundos), matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque corrupção (8 minutos e 46 segundos), último debate entre candidatos à presidência antes da votação de domingo acontece à noite (2 minutos e 49 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 1 minuto e 3 segundos foram dedicados ao candidato Geraldo Alckmin. Os outros candidatos não tiveram

agenda pública, mas atuaram em redes sociais. 1 minuto e 6 segundos foram dedicados ao candidato Jair Bolsonaro; foram lidas publicações de suas redes sociais e exibido um vídeo postado pelo mesmo. Os candidatos Fernando Haddad, Marina Silva e Ciro Gomes tiveram vídeos postados em redes sociais exibidos; sendo dedicados 30 segundos, 37 segundos e 42 segundos, respectivamente.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados; não há presença de cidadãos, exceto em duas matérias. As fontes que tem direito à voz, em sua maioria, são os especialistas. A temática foi diversificada, com enfoque especial nas eleições. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição nas matérias referentes à intenção de votos ao cargo de presidente da república e na agenda dos candidatos. A presença do governo atual não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Na edição analisada, percebe-se um enquadramento pouco plural, o conteúdo apresentado parece ser feito para os que já entendem do assunto: os gráficos iniciais com relação à intenção de votos deveriam ser mais explicados para o cidadão comum, assim como ressaltado nas análises das edições anteriores; sendo esse um problema recorrente. A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. As matérias sobre o STF comemorar os 30 anos da Constituição, a justiça transformar em réu o agressor do Bolsonaro e MPF ter pedido a condenação do ex-presidente Lula são pouco informativas, não trazendo a contextualização do fato; além disso, possuem jargões próprios do campo do direito que dificultam o entendimento do telespectador. A Matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque corrupção demonstra aprofundamento; informa o cidadão e o insere na narrativa a partir dos personagens centrais “Claudete” e “Altino”, costureira que resolveu reclamar sobre uma ponte provisória construída a 30 anos numa cidade isolada e o personagem que resolveu fiscalizar o dinheiro público, respectivamente. O cidadão se vê inserido; qualquer um poderia ser os personagens da narrativa. Ressalta-se que essa matéria teve 8 minutos e 46 segundos sendo a maior dessa edição (superando a agenda dos candidatos e as pesquisas de intenção de votos em plena semana que antecede as eleições). O problema principal é a falta de creditação dos

personagens, é possível descobrir a profissão de Claudete na narração da notícia, mas não é possível saber a ocupação de Altino. A matéria sobre o último debate entre candidatos à presidência é informativa e convida o cidadão para a inserção ao incentivar que o mesmo assista ao debate para participar das eleições escolhendo a melhor opção de governo. Porém, duas entradas em estilo “o povo fala” acontecem em que não se dá a creditação de nenhum dos participantes.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada. As narrativas não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 6. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante; existindo uniformidade das opiniões exceto na matéria sobre o MPF ter pedido a condenação do ex-presidente Lula e de outras pessoas – os acusados dão outras informações não consoantes com a matéria.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos não se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, o que acarretará na vida dos cidadãos as propostas dos candidatos? A corrupção no Brasil é endêmica? Quais dados comprovam o nível de corrupção no Brasil? O Brasil é mais corrupto que o resto do mundo? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto na matéria sobre corrupção. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, os temas são diversificados e não fazem distinção de região geográfica ou cultural. Apesar da necessidade de olhar para as realidades locais nada é tratado de forma descentralizada do nacional.

- Análise do dia 05 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 05 de outubro de 2018, última sexta-feira antes do primeiro turno das eleições, e tem duração total de 37 minutos e 30 segundos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. A tabela 6 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 6 – Fontes da edição 05/10 do Jornal Nacional

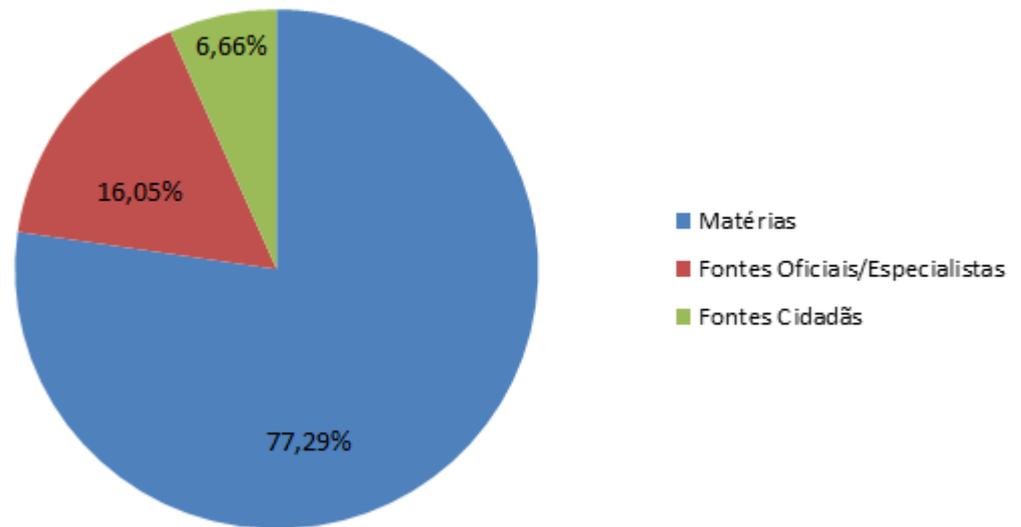
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Almirante Ademir Sobrinho	9 segundos	Chefe do Estado Maior das Forças Armadas
Antônio Carlos de Souza Júnior	10 segundos	Juiz Eleitoral
Índigena não creditado	10 segundos	Não Creditado
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência - PSDB
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 19 s	Candidato à presidência - PDT
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 19 s	Candidato à presidência - PT
Marina Silva	Fala direta da candidata – 21 s	Candidata à presidência - REDE
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato + gravação de entrevista à rádio – 42 s	Candidato à presidência - PSL
Henrique Meirelles	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência - MDB
Pedro Yung Tay	10 segundos	Juiz de Fiscalização de Propaganda TER-DF
Ciro Gomes	15 segundos	Candidato à presidência - PDT
Geraldo Alckmin	13 segundos	Candidato à presidência - PSDB
Henrique Meirelles	14 segundos	Candidato à presidência - MDB
Álvaro Dias	13 segundos	Candidato à presidência - PODEMOS
Marina Silva	13 segundos	Candidata à presidência - REDE
Guilherme Boulos	11 segundos	Candidato à presidência - PSOL
Fernando Haddad	12 segundos	Candidato à presidência - PT
Jhonatan Magrino	9 segundos	Publicitário
Maria da Ajuda Magrino de Jesus	10 segundos	Auxiliar de serviços gerais
Jhonatan Magrino (2)	18 segundos	Publicitário

Cássia Simone	15 segundos	Estudante de relações internacionais
Leizer Vaz Pereira	19 segundos	Fundador e Diretor-executivo da Empodera!
Jhonatan Magrino (3)	8 segundos	Publicitário
Patrick Sousa	10 segundos	Professor
Maria Teresa do Remédio	16 segundos	Educadora
Jovanna Cardoso	27 segundos	Coordenadora de Direitos Humanos de Picos
Acioli Neto	8 segundos	Sociólogo e Coordenador do Instituto Boa Vista
Acioli Neto	10 segundos	Sociólogo e Coordenador do Instituto Boa Vista
Marquesa de Santos	8 segundos	Agente Social
Patrick Sousa (2)	10 segundos	Professor
Jhonatan Magrino	10 segundos	Publicitário
Mauro Paulino	15 segundos	Diretor-geral do Datafolha
Lucas Moreira	5 segundos	Estudante
Não creditada	5 segundos	Não creditada
Mauro Paulino (2)	11 segundos	Diretor-geral do Datafolha
Não creditada	12 segundos	Não creditada
Não creditada	12 segundos	Não creditada

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Percebe-se que, de 37 minutos e 30 segundos, 8 minutos e 31 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 2 minutos e 30 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãs; e 6 minutos e 01 segundo são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 7 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 7 – Tempo das fontes no JN – 05/10

Tempo das fontes no JN 05/10

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Após a análise das fontes passa-se à análise do telejornal.

As matérias do dia foram: Justiça Eleitoral começou a enviar urnas para o país (2 minutos e 12 segundos), 11 pessoas foram presas em diversos estados brasileiros segundo a Operação Eleições (12 segundos), sete aldeias do Mato Grosso vão ter seções eleitorais pela primeira vez (2 minutos e 17 segundos), agenda dos candidatos (6 minutos e 30 segundos), Tribunal Superior Eleitoral esclarece que é possível usar camisas de partidos e de candidatos (1 minuto e 55 segundos), último debate antes do primeiro turno (3 minutos e 35 segundos), matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque no respeito pleno à diversidade e à cidadania (8 minutos e 58 segundos), começa em Buenos Aires os Jogos Olímpicos da Juventude (2 minutos e 35 segundos), previsão do tempo (1 minuto e 49 segundos), Nobel da Paz concedido a duas pessoas (2 minutos e 7 segundos), pesquisa Datafolha constatou que a democracia tem aprovação recorde entre os brasileiros (4 minutos e 20 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 1 minuto e 7 segundos foram dedicados aos candidatos Geraldo Alckmin e Jair Bolsonaro. Foram lidas publicações das redes sociais de Bolsonaro e exibido um vídeo postado pelo mesmo. Foram dedicados 1 minuto e 5 segundos ao candidato Ciro Gomes. Foram dedicados 1 minuto e 4

segundos aos candidatos Fernando Haddad e Marina Silva. Foram dedicados 59 segundos ao candidato Henrique Meirelles.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados; há presença de cidadãos em três matérias, porém, em uma delas (sete aldeias do Mato Grosso vão ter seções eleitorais pela primeira vez) o indígena, que é o personagem da matéria, não é creditado. As fontes que tem direito à voz, em sua maioria, são os especialistas. A temática foi diversificada, com enfoque especial nas eleições e temas políticos. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição na matéria referentes à agenda dos candidatos. A presença do governo atual não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, estão presentes em uma matéria que ressalta o respeito pleno à diversidade e à cidadania. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Na edição analisada, percebe-se um enquadramento pouco plural, o conteúdo apresentado parece ser feito para os que já entendem do assunto; exceto na matéria sobre a Pesquisa Datafolha, em que os gráficos são explicados e o contexto da pesquisa é explicitado aos telespectadores. A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. Na matéria sobre a Justiça eleitoral enviando urnas para o país, percebe-se que existe a inserção do cidadão; ele é ensinado e convidado a votar. A matéria sobre os Jogos Olímpicos da Juventude em Buenos Aires ressalta a importância da igualdade de gênero: pela primeira vez o mesmo número de homens e mulheres estarão competindo. As matérias, em sua maioria, são de cunho informativo não convidando o telespectador para a ação. A Matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque no respeito pleno à diversidade e à cidadania demonstra aprofundamento; informa o cidadão e o insere na narrativa a partir dos personagens centrais “Jhonatan” e “Patrick”; Jhonatan é publicitário e negro e ressalta a necessidade do respeito à etnia, Patrick é professor e ressalta a necessidade do respeito às opções sexuais. O cidadão se vê inserido; qualquer um poderia ser os personagens da narrativa. Há a apresentação de vários sotaques diferentes nessa matéria. Ressalta-se que essa matéria teve 8 minutos e 58 segundos sendo a maior dessa edição (superando a agenda dos candidatos em plena semana que antecede as eleições). Na matéria da pesquisa Datafolha percebe-se a falta de creditação às fontes e ao “povo fala”.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada. As narrativas não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum na maior parte das matérias. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 7. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos não se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, o que acarretará na vida dos cidadãos as propostas dos candidatos? O respeito no Brasil é garantido por lei? Quais são as minorias protegidas por leis específicas no país? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto em algumas matérias. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, os temas são diversificados e não fazem distinção de região geográfica ou cultural. Apesar da necessidade de olhar para as realidades locais nada é tratado de forma descentralizada do nacional.

- Análise do dia 06 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 06 de outubro de 2018, véspera do primeiro turno das eleições, e tem duração total de 1 hora 05 minutos e 20 segundos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. A tabela 7 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 7 – Fontes da edição 06/10 do Jornal Nacional

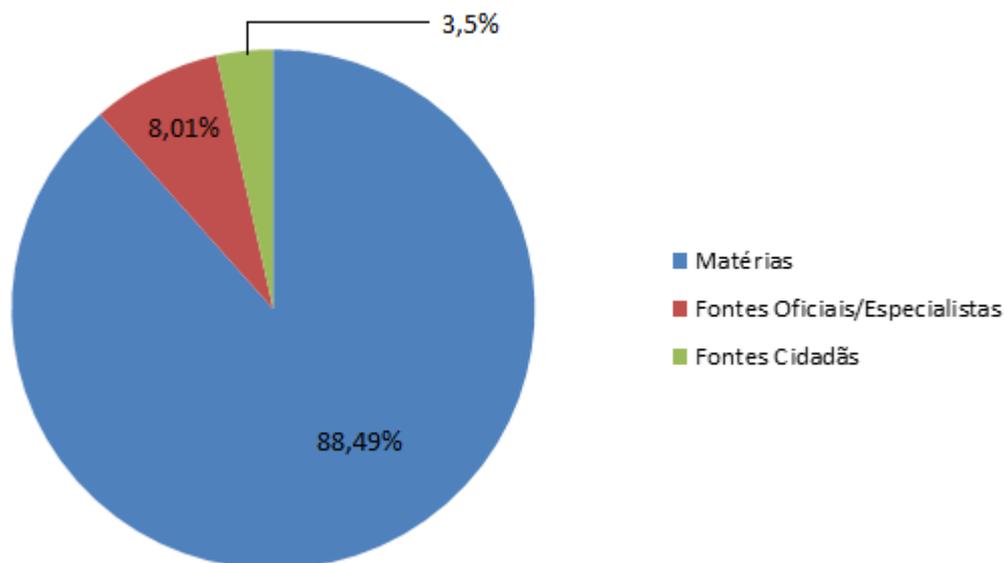
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 18 s	Candidato à presidência - PDT
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência - PT
Marina Silva	Fala direta da candidata – 19 s	Candidata à presidência - REDE
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 37 s	-
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 19 s	Candidato à presidência - PSDB
Guilherme Boulos	Fala direta do candidato – 18 s	Candidato à presidência - PSOL
Rosa Weber	31 segundos	Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
Dias Toffoli	22 segundos	Presidente do Supremo Tribunal Federal
Thiago Kanashiro	13 segundos	Assessor-chefe Gestão Eleitoral - TSE
Tiago Pierdoná Santos	5 segundos	Técnico agrícola
Tiago Pierdoná Santos (2)	7 segundos	Técnico agrícola
Manoela Camargo Donner	12 segundos	Técnica em serviço público
Tiago Pierdoná Santos (3)	4 segundos	Técnico agrícola
Ediano Eccher	4 segundos	Agricultor
Eurides Eccher	7 segundos	Agricultor
Henry Petcov	8 segundos	Extensionista rural da EPAGRI
Ediano Eccher (2)	12 segundos	Agricultor
Henry Petcov (2)	17 segundos	Extensionista rural da EPAGRI
Jonas Melo	4 segundos	Agricultor

Jonas Melo (2)	10 segundos	Agricultor
Jonas Melo (3)	7 segundos	Agricultor
Adelmo Cabral	15 segundos	Fundador da cooperativa
Adelmo Cabral	7 segundos	Fundador da cooperativa
José Pastore	20 segundos	Especialista em Relações do Trabalho – USP
Oscar Vilhena	20 segundos	Prof. de Direito Constitucional, FGV- SP
Fonte Anônima	11 segundos	Fonte Anônima
Jeovane José Machado (Por telefone)	10 segundos	-
Sérgio Ricardo Cezaro Machado	19 segundos	Promotor do Ministério Público - PR
Não creditada	13 segundos	Não creditada
José Seixas	11 segundos	Assessor jurídico do TRE-AP
Cecília da Silva	16 segundos	Dona de casa
Amarildo	15 segundos	Não creditado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Percebe-se que, de 1 hora, 5 minutos e 20 segundos, 7 minutos e 31 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 2 minutos e 17 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãs; e 5 minutos e 14 segundos são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 8 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 8 – Tempo das fontes no JN – 06/10

Tempo das fontes no JN 06/10

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Após a análise das fontes passa-se à análise do telejornal.

As matérias do dia foram: apresentação das pesquisas de intenção de votos ao cargo de presidente da república (17 minutos e 40 segundos), agenda dos candidatos (6 minutos e 30 segundos), pesquisa de intenção de votos ao cargo de governador dos estados (15 minutos), TSE manteve decisão do TRE/Amapá e indeferiu todos os registros de candidaturas do PATRIOTAS, PPS e do PT no estado (1 minuto e 18 segundos), na véspera da eleição a presidente do TSE, ministra Rosa Weber, atestou a segurança da urna eletrônica (2 minutos e 2 segundos), mudança na ordem de votação (3 minutos e 13 segundos), senado americano aprovou a indicação de um juiz para a Suprema Corte que foi acusado de abuso sexual na juventude (26 segundos), previsão do tempo (1 minuto e 50 segundos), matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque no campo (8 minutos e 45 segundos), Polícia Rodoviária Federal apreendeu cem mil reais com um passageiro de um táxi em Teresina (23 segundos), na região metropolitana de Maceió a polícia prendeu quatro suspeitos de compra de votos (38 segundos), matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque no voto com responsabilidade (5 minutos e 55 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 1 minuto e 4 segundos foram dedicados aos candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. Foram lidas publicações das redes sociais de Bolsonaro. Foram dedicados 1 minuto e 5 segundos aos candidatos Ciro Gomes, Marina Silva e Geraldo Alckmin. Guilherme Boulos teve 1 minuto e 7 segundos.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que tem mais direito à voz, em sua maioria, são os especialistas. A temática foi dominada pela eleição, ocupando 66,20% do tempo total da edição. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição, principalmente no quesito eleições e nas matérias referentes à intenção de votos (presidente da república e governadores dos estados) e na agenda dos candidatos. A presença do governo também não é explicitada diretamente; há referências ao Estado por meio da informação sobre leis referentes à votação e o que é permitido ou não; que envolveriam diferentes poderes, em especial o judiciário. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos é dada, diferentemente das edições analisadas anteriormente. Nessa edição, percebe-se um enquadramento plural, preocupado em informar ao público a importância da votação; os gráficos são explicados detalhadamente ao telespectador. A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. A matéria sobre mudança na ordem de votação é muito informativa, traz o cidadão e o insere na narrativa convidando-o a votar de forma correta; ressaltando, também, a importância do voto. Um problema é a falta de creditação com a inserção no estilo “o povo fala”. A Matéria ressaltando os principais desejos dos brasileiros na série “O Brasil que eu quero” – enfoque no campo demonstra aprofundamento; informa o cidadão e o insere na narrativa a partir dos personagens centrais “Manoela Camargo” e “Eurides Eccher”, agricultores que ressaltam a importância do campo e suas preferências em permanecer no meio rural. O cidadão se vê inserido; qualquer um poderia ser os personagens da narrativa. Essa edição ainda contou com outra matéria da série “O Brasil que eu quero” – enfoque no voto consciente; ela demonstra aprofundamento; informa o cidadão e o insere na narrativa a partir dos personagens citados. Até mesmo pela temática, o cidadão se vê inserido; qualquer um poderia ser os personagens da narrativa. Um

problema são as fontes não creditadas. Falta pluralidade, por exemplo, com exibição de um maior número de matérias em outros estados fora do eixo Sudeste-Sul.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada. As narrativas não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 8. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos não se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a participação e as responsabilidades dos cidadãos que não votam? Como o voto pode ser dado de forma consciente? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto na matéria sobre corrupção. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, uma boa representação e identificação do telespectador com a informação exibida – visto que a eleição é nacional; inclusive com o tema sendo dividido em vários conteúdos para uma maior compreensão da informação por parte dos telespectadores; apesar da necessidade de olhar para as realidades locais; informações especiais sobre regiões – quais zonas eleitorais foram desfeitas? Onde o cidadão pode esperar mais filas? O voto será rápido?

Para uma análise mais clara das fontes, a tabela 8 abaixo demonstra um quadro comparado de todas as fontes do Jornal Nacional nessa primeira semana de análise.

Tabela 8 – Fontes do Jornal Nacional na primeira semana de análise.

Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Marina Silva	Fala direta da candidata – 20 s	Candidata à presidência – REDE
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência – PSDB
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 31 s	-
Jair Bolsonaro (2)*	Leitura das palavras do candidato – 13 s	Candidato do PSL
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 22 s	Candidato à presidência – PDT
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência – PT
Álvaro Dias	Fala direta do candidato – 21s	Candidato à presidência – PODEMOS
Carlos Ayres Britto	5 segundos	Ex-presidente do STF e Presidente do Conselho Superior do Instituto Inovare
Dias Toffoli	18 segundos	Presidente do STF
Egildo Gomes	8 segundos	Pedreiro
FONTE NÃO CREDITADA	5 segundos	Entrevistada no posto de saúde – sem creditação
Priscila Gazolla	12 segundos	Secretária de saúde de Fátima do Sul – MS
Val Silva Gomes	13 segundos	Servidora Pública
Oswaldo Tanaka (2)	12 segundos	Diretor da Faculdade de Saúde Pública – USP
Sebastião Arantes Filho	6 segundos	Aposentado
Edna Xavier	8 segundos	Aposentada
Maria Cristina da Cunha	3 segundos	Aposentada
Karen Martins Lima	11 segundos	Enfermeira
Rodrigo Gatto	5 segundos	Médico
Oswaldo Tanaka	15 segundos	Diretor da Faculdade de Saúde Pública – USP
Daniela Mekarú	8 segundos	Gerente da qualidade do Hospital Auxiliadora
Rodrigo Gatto	17 segundos	Médico
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência – PT
Marina Silva	Fala direta da candidata – 21 s	Candidata à presidência – REDE
Geraldo Alckmin	Fala direta do	Candidato à presidência – PSDB

	candidato – 21 s	
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 14 s	-
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 22 s	Candidato à presidência – PDT
João Amoedo	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência – NOVO
Sr. Ailton	2 segundos	-
Valdoni Alves Ferreira	13 segundos	Piloto
Marcelo Barbosa	11 segundos	Coord. Procon Assembleia
Banco Central – Nota lida	38 segundos	-
Ana Carolina Karan	9 segundos	Dir. Proteção Defesa Consumidor/Min. Justiça
Sônia Maria de Toledo	10 segundos	Artista Plástica
Ana Paula Araújo	12 segundos	Mediadora do debate do Rio de Janeiro
César Tralli	6 segundos	Mediador do debate de São Paulo
Cláudia Bomtempo	13 segundos	Mediadora do debate do Pará
Márcio Gomes	11 segundos	Mediador do debate da Bahia
Denis Mizne	10 segundos	Diretor da Fundação Lemann
Eugênio Alves	14 segundos	Professor Polivalente
Denis Mizne (2)	16 segundos	Diretor da Fundação Lemann
Padre Bessa	11 segundos	Diocese de Mossoró – RN
Antônia Rodrigues	19 segundos	Mãe dos gêmeos
Padre Bessa (2)	12 segundos	Diocese de Mossoró – RN
Amaral Barbosa de Lima	8 segundos	Ex-diretor de escola
Giliard Barbosa Ferreira	14 segundos	Diretor de escola

Padre Bessa (3)	19 segundos	Diocese de Mossoró – RN
Gisele Barbosa	6 segundos	Professora de Português
Amaral Barbosa de Lima (2)	10 segundos	Ex-diretor de escola
Rejane	14 segundos	Mãe de Aluno
Diogo Manoel	19 segundos	13 anos
Marina Silva	Fala direta da candidata – 21 s	Candidata à presidência – REDE
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 22 s	Candidato à presidência – PSDB
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 21 s	-
Antônio Luiz de Vasconcelos Macedo	20 segundos	Cirurgião
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 18 s	Candidato à presidência – PDT
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência – PT
Zenir Palheta	14 segundos	Funcionária Pública
Thamylin Nakamura	5 segundos	Estudante
Arlei Hoffmann	9 segundos	Comerciante
Silvana Aparecida da Silva	4 segundos	Comerciante
Guilherme Sá Meneghin	7 segundos	Promotor de Mariana
Pedro Alves da Silva	4 segundos	Aposentado
Neusa Brasil	4 segundos	Dona de Casa
Sefraim Santos	10 segundos	Servidor Público
Édison Carlos	16 segundos	Presidente do Instituto Trata Brasil
Leno Sousa	6 segundos	Cacique da Aldeia Solimões

Maria Elisabeth Santos de Oliveira	2 segundos	9 anos
Caetano Scannavino	17 segundos	Coordenador do Projeto Saúde e Alegria
Telma Rocha	8 segundos	Gerente da Fundação Avina
Sefraim Santos (2)	8 segundos	Servidor Público
Marisa Pereira da Costa	32 segundos	Cozinheira
Gerson Barbosa	8 segundos	Promotor de Justiça – MT
Ana Oliveira	7 segundos	8 anos
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do Candidato – 17 s	-
Jair Bolsonaro (2)	Vídeo em rede social – 20 s	Candidato à presidência – PSL
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência - PSDB
Fernando Haddad	Vídeo em rede social – 30 s	Candidato à presidência – PT
Marina Silva	Vídeo em rede social – 37 s	Candidata à presidência - REDE
Ciro Gomes	Vídeo em rede social – 42 s	Candidato à presidência – PDT
Dias Toffoli	50 segundos	Presidente do STF
Cleber Rebelatto	3 segundos	Marido de Claudete
Claudete	7 segundos	Sem creditação
Claudete (2)	3 segundos	Sem creditação
Sir Carvalho	16 segundos	Presidente do Vigilantes da Gestão
Altino	22 segundos	Sem creditação
Luis Gustavo de Arruda Camargo	11 segundos	Empresário

Alan Zaborski	10 segundos	Consultor de licitações
Luis Gustavo de Arruda Camargo (2)	17 segundos	Empresário
Altino (2)	6 segundos	Sem creditação
Claudete (3)	12 segundos	Sem creditação
Almirante Ademir Sobrinho	9 segundos	Chefe do Estado Maior das Forças Armadas
Antônio Carlos de Souza Júnior	10 segundos	Juiz Eleitoral
Indígena não creditado	10 segundos	Não Creditado
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência – PSDB
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 19 s	Candidato à presidência – PDT
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 19 s	Candidato à presidência – PT
Marina Silva	Fala direta da candidata – 21 s	Candidata à presidência – REDE
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato + gravação de entrevista à rádio – 42 s	Candidato à presidência – PSL
Henrique Meirelles	Fala direta do candidato – 21 s	Candidato à presidência – MDB
Pedro Yung Tay	10 segundos	Juiz de Fiscalização de Propaganda TER-DF
Ciro Gomes	15 segundos	Candidato à presidência – PDT
Geraldo Alckmin	13 segundos	Candidato à presidência – PSDB
Henrique Meirelles	14 segundos	Candidato à presidência – MDB
Álvaro Dias	13 segundos	Candidato à presidência –

		PODEMOS
Marina Silva	13 segundos	Candidata à presidência – REDE
Guilherme Boulos	11 segundos	Candidato à presidência – PSOL
Fernando Haddad	12 segundos	Candidato à presidência – PT
Jhonatan Magrino	9 segundos	Publicitário
Maria da Ajuda Magrino de Jesus	10 segundos	Auxiliar de serviços gerais
Jhonatan Magrino (2)	18 segundos	Publicitário
Cássia Simone	15 segundos	Estudante de relações internacionais
Leizer Vaz Pereira	19 segundos	Fundador e Diretor-executivo da Empodera!
Jhonatan Magrino (3)	8 segundos	Publicitário
Patrick Sousa	10 segundos	Professor
Maria Teresa do Remédio	16 segundos	Educadora
Jovanna Cardoso	27 segundos	Coordenadora de Direitos Humanos de Picos
Acioli Neto	8 segundos	Sociólogo e Coordenador do Instituto Boa Vista
Acioli Neto (2)	10 segundos	Sociólogo e Coordenador do Instituto Boa Vista
Marquesa de Santos	8 segundos	Agente Social
Patrick Sousa (2)	10 segundos	Professor
Jhonatan Magrino	10 segundos	Publicitário
Mauro Paulino	15 segundos	Diretor-geral do Datafolha
Lucas Moreira	5 segundos	Estudante
Não creditada	5 segundos	Não creditada
Mauro Paulino (2)	11 segundos	Diretor-geral do Datafolha
Não creditada	12 segundos	Não creditada

Não creditada	12 segundos	Não creditada
Ciro Gomes	Fala direta do candidato – 18 s	Candidato à presidência – PDT
Fernando Haddad	Fala direta do candidato – 20 s	Candidato à presidência – PT
Marina Silva	Fala direta da candidata – 19 s	Candidata à presidência – REDE
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 37 s	-
Geraldo Alckmin	Fala direta do candidato – 19 s	Candidato à presidência – PSDB
Guilherme Boulos	Fala direta do candidato – 18 s	Candidato à presidência – PSOL
Rosa Weber	31 segundos	Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
Dias Toffoli	22 segundos	Presidente do Supremo Tribunal Federal
Thiago Kanashiro	13 segundos	Assessor-chefe Gestão Eleitoral – TSE
Tiago Pierdoná Santos	5 segundos	Técnico agrícola
Tiago Pierdoná Santos (2)	7 segundos	Técnico agrícola
Manoela Camargo Donner	12 segundos	Técnica em serviço público
Tiago Pierdoná Santos (3)	4 segundos	Técnico agrícola
Ediano Eccher	4 segundos	Agricultor
Eurides Eccher	7 segundos	Agricultor
Henry Petcov	8 segundos	Extensionista rural da EPAGRI
Ediano Eccher (2)	12 segundos	Agricultor
Henry Petcov (2)	17 segundos	Extensionista rural da EPAGRI
Jonas Melo	4 segundos	Agricultor

Jonas Melo (2)	10 segundos	Agricultor
Jonas Melo (3)	7 segundos	Agricultor
Adelmo Cabral	15 segundos	Fundador da cooperativa
Adelmo Cabral	7 segundos	Fundador da cooperativa
José Pastore	20 segundos	Especialista em Relações do Trabalho – USP
Oscar Vilhena	20 segundos	Prof. de Direito Constitucional, FGV- SP
Fonte Anônima	11 segundos	Fonte Anônima
Jeovane José Machado (Por telefone)	10 segundos	-
Sérgio Ricardo Cezaro Machado	19 segundos	Promotor do Ministério Público - PR
Não creditada	13 segundos	Não creditada
José Seixas	11 segundos	Assessor jurídico do TRE-AP
Cecília da Silva	16 segundos	Dona de casa
Amarildo	15 segundos	Não creditado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

- Análise do dia 22 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 22 de outubro de 2018, última segunda-feira antes do segundo turno das eleições, e tem duração total de 1 hora 05 minutos e 20 segundos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. A tabela 9 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 9 – Fontes da edição 22/10 do Jornal Nacional

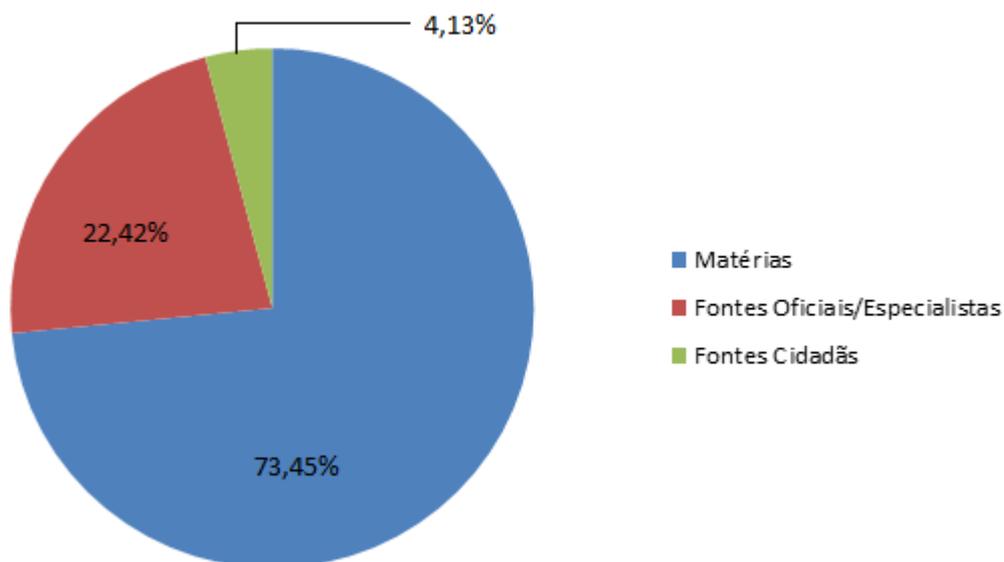
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Isaac Serra	8 segundos	Polícia Rodoviária Federal/GO
Fonte não creditada	8 segundos	Fonte não creditada
Newton Moraes	6 segundos	Assessor de comunicação PRF
Carolina Joana da Silva	13 segundos	Bióloga da Unemat
Renato Thomas	9 segundos	Aposentado
Povo fala não creditado	16 segundos	Não creditado
Roberto Brayner	3 segundos	Estudante
Andrezza Vasconcelos	5 segundos	Estudante
Fonte não creditada	9 segundos	Fonte não creditada
Fonte não creditada	7 segundos	Fonte não creditada
Fernando Garcia de Freitas	8 segundos	Pesquisador Trata Brasil
Lisandra	7 segundos	Não creditada (personagem da ocupação)
Fernando Garcia de Freitas (2)	10 segundos	Pesquisador Trata Brasil
Lisandra	5 segundos	Não creditada (personagem da ocupação)
Fonte anônima	8 segundos	Fonte anônima
Fonte anônima	14 segundos	Fonte anônima
Níveo Steffen	15 segundos	Pres. Soc. Brasileira de Cirurgia Plástica
Penélope Jolie	9 segundos	Maquiadora
Roberto Chacur	32 segundos	Médico
Marcelo Romano	5 segundos	Empresário
Marcelo Romano (2)	4 segundos	Empresário

Níveo Steffen (2)	15 segundos	Pres. Soc. Brasileira de Cirurgia Plástica
Marta	9 segundos	Melhor jogadora do mundo
Marta (2)	7 segundos	Melhor jogadora do mundo
Marta (3)	8 segundos	Melhor jogadora do mundo
Marta (4)	11 segundos	Melhor jogadora do mundo
Armando Ávolio	20 segundos	Delegado Polícia Civil – MG
Márcio Vidal	15 segundos	Presidente do Colégio de Presidentes dos TREs
Eduardo Bolsonaro	25 segundos (exibição de vídeo)	Deputado federal – PSL/ 9 de julho de 2018
Alexandre de Moraes	64 segundos	Ministro do STF
Dias Toffoli	22 segundos (nota lida)	Presidente do STF
Fernando Haddad	22 segundos	Candidato à presidência – PT
Eduardo Bolsonaro	31 segundos (nota lida)	-
Jair Bolsonaro	64 segundos	Candidato à presidência – PSL
Jair Bolsonaro	98 segundos	Candidato à presidência – PSL
Fernando Haddad	89 segundos	Candidato à presidência – PT

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Percebe-se que, de 44 minutos, 11 minutos e 41 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 1 minuto e 49 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãos; e 9 minutos e 52 segundos são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 9 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 9 – Tempo das fontes no JN – 22/10

Tempo das fontes no JN 22/10

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Após a análise das fontes passa-se à análise do telejornal.

As matérias do dia foram: presidente americano Donald Trump ameaçou cortar a ajuda financeira a três países da América Central por causa da caravana de imigrantes a caminho dos Estados Unidos (2 minutos e 3 segundos), episódio de racismo ocorrido dentro de um avião prestes a decolar da Espanha para a Inglaterra provocou indignação no mundo todo (1 minuto e 47 segundos), a polícia rodoviária federal está indo de propriedade em propriedade nas margens das estradas de Goiás para tentar reduzir o número de acidentes que envolvem animais na pista (1 minuto e 49 segundos), uma exposição está provocando espanto nos moradores de uma cidade do pantanal mato-grossense (2 minutos e 15 segundos), cinco milhões e meio de estudantes devem fazer as provas do Enem esse ano (2 minutos e 1 segundo), previsão do tempo (1 minuto e 34 segundos), falta de saneamento básico é diferente entre homens e mulheres (2 minutos e 35 segundos), segurança em procedimentos estéticos (4 minutos e 35 segundos), em setembro a economia brasileira abriu 137 mil empregos com carteira assinada (24 segundos), o terceiro lugar nos Estados Unidos deixou Lewis Hamilton muito perto do pentacampeonato de fórmula 1 (1 minuto e 25 segundos), no mês passado pela sexta vez o mundo do futebol consagrou a brasileira Marta como a melhor jogadora do mundo (2 minutos e 40 segundos), quatro policiais civis de São Paulo presos na cidade mineira de

Juiz de Fora foram transferidos para a penitenciária (2 minutos e 57 segundos), secretário de saúde do Maranhão Ricardo Murad é solto (21 segundos), tribunais eleitorais divulgam carta em que pedem respeito às instituições e reafirmam a garantia de segurança da urna eletrônica (2 minutos e 27 segundos), ministros do STF reagem com firmeza às declarações do deputado federal reeleito Eduardo Bolsonaro (6 minutos e 37 segundos), agenda dos candidatos (6 minutos e 17 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 3 minutos e 7 segundos foram dedicados ao candidato Bolsonaro e 3 minutos e 10 segundos foram dedicados ao candidato Haddad.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que tem mais direito à voz, em sua maioria, são os especialistas como demonstrado no gráfico 9. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição, principalmente no quesito eleições e na agenda dos candidatos. A presença do governo também não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos é dada, diferentemente das edições analisadas anteriormente (apenas no dia 06/10/2018 verificou-se essa contextualização). Nessa edição, percebe-se um enquadramento plural, preocupado em informar ao público com detalhes e explicações detalhadas para o telespectador em algumas matérias.

A matéria sobre o presidente americano cortar ajuda financeira a três países é informativa, traz a contextualização dos fatos e insere o cidadão na narrativa ao contar histórias de pessoas que estão na caravana para os Estados Unidos. O episódio de racismo ocorrido dentro do avião também contextualiza os fatos e se preocupa em informar ao cidadão todo o ocorrido com a narrativa tendo início (antes), meio (fato em si) e fim (o que ocorreu depois). A polícia rodoviária federal nas margens das estradas de Goiás é contextualizada e traz explicações necessárias ao entendimento do telespectador; porém o personagem que poderia servir para inserir o telespectador na narrativa não é creditado, nem apresentado o que impede o cidadão de ser inserido. A matéria sobre o Enem traz exemplos de estudantes que estão se preparando; um deles não é creditado. A matéria sobre segurança em procedimentos estéticos é muito plural em sua composição: possui quatro personagens que trazem vozes contrastantes à matéria além dos dois especialistas que apresentam pontos de vistas diferentes sobre a temática; assim como a matéria sobre os policiais civis de São Paulo presos em Minas Gerais. A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram;

não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. Falta pluralidade, por exemplo, com exibição de um maior número de matérias em outros estados fora do eixo Sudeste.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada. As narrativas não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum na maioria das vezes. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 9. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem, reduzidos agora nesse segundo turno a 2 candidatos. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante exceto em poucas matérias em que existem vozes contrastantes.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a participação e as responsabilidades dos cidadãos que não votam? Como o voto pode ser dado de forma consciente? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Na matéria sobre a economia brasileira ter aberto 137 mil empregos com carteira assinada em setembro faltam análises que tornem possível o entendimento do cidadão com relação a esse fato e sua inserção nessa narrativa de crescimento dos empregos com carteira assinada: houve um aumento de 0,36% nos empregos com carteira assinada no país, o que isso acarreta? Quantos brasileiros ainda estão desempregados? Nesse ritmo de crescimento, quando estarão todos empregados? Esse crescimento foi diferente do crescimento desse mesmo período no ano passado? Comemorar um aumento ínfimo de empregos com carteira assinada pode dar a falsa ilusão ao cidadão de que estamos perto de uma melhora efetiva no setor de empregos. Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto em algumas matérias. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas

informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, representação e identificação do telespectador com a informação exibida – visto que a eleição é nacional; apesar da necessidade de olhar para as realidades locais.

- Análise do dia 23 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 23 de outubro de 2018, última terça-feira antes do segundo turno das eleições, e tem duração total de 44 minutos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. A tabela 10 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 10 – Fontes da edição 23/10 do Jornal Nacional

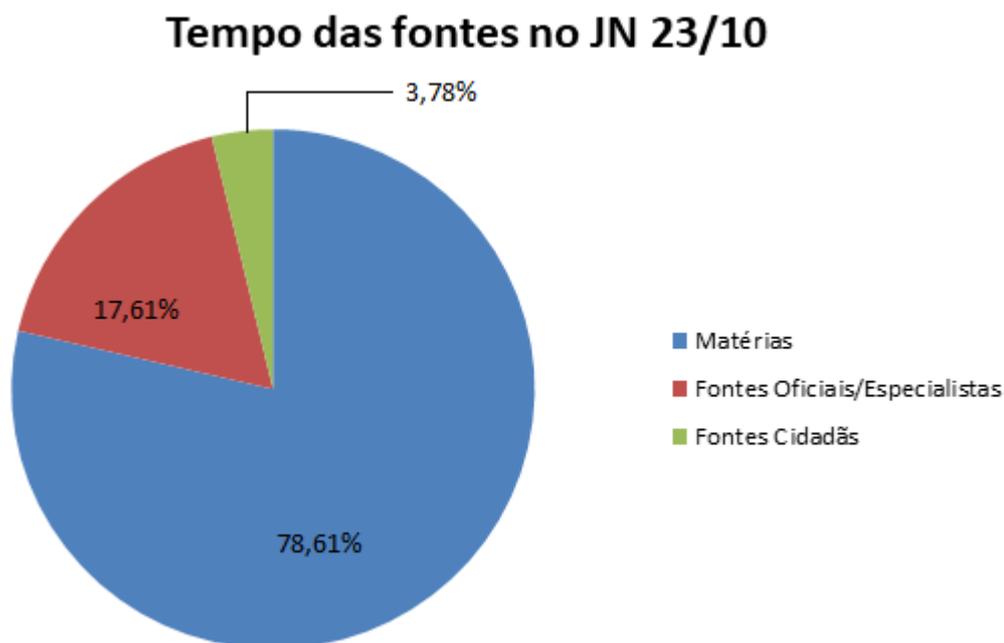
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Fonte anônima	15 segundos	Fonte anônima
Fonte anônima	6 segundos	Fonte anônima (funcionário IML)
Walter Waquim	8 segundos	Diretor do sindicato dos policiais civis/PI
Fonte não creditada	8 segundos	Fonte não creditada
Fonte anônima	19 segundos	Fonte anônima
Secretarias de segurança e de administração (nota lida)	9 segundos	-
Diarles Fernandes	7 segundos	Porteiro
Wiles de Oliveira	8 segundos	Auxiliar de audiovisual
Telvio Valim	12 segundos	Advogado sindicato dos médicos
Cátia Lisboa	14 segundos	Secretária de Saúde de Vitória
Graciete de Souza	13 segundos	Presidente do conselho popular de Vitória

Glicério Lemos	9 segundos	Presidente ABIH/BA
Raul Queiroz	8 segundos	Ex-dono de hotel
Nair Silva	10 segundos	Camareira
Gustavo Pessoti	6 segundos	Economista
Gustavo Pessoti	11 segundos	Economista
Fernando Haddad	112 segundos	Candidato à presidência – PT
Jair Bolsonaro	40 segundos (vídeo postado em rede social)	-
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 37 s	-
Celso de Mello	50 segundos	Ministro do STF
Cármen Lúcia	19 segundos	Ministra do STF
Edson Fachin	5 segundos	Ministro do STF
Bruno Pena	18 segundos	Advogado
Rubens Sousa Delova	5 segundos	Supervisor de elétrica
Ricardo de Paula	17 segundos	Porta-voz da PRF em São Paulo
Scheila Vivian	7 segundos	Diretora de produtos da ProSimulador
Nilton Machado	9 segundos	Taxista
Luiz Nozari	10 segundos	Presidente do Sindicato dos Taxistas de Porto Alegre
Marcelo Soletti	16 segundos	Presidente da empresa de transporte e circulação
Claudio Ribeiro	5 segundos	Taxista
Edson Duarte	22 segundos	Ministro do Meio Ambiente
Kannemann	6 segundos	Zagueiro do Grêmio
Bruno Henrique	24 segundos	Meio-campo do Palmeiras

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Percebe-se que, de 44 minutos, 9 minutos e 25 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 1 minuto e 40 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãs; e 7 minutos e 45 segundos são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 10 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 10 – Tempo das fontes no JN – 23/10



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Após as análises das fontes, passa-se à análise do telejornal.

As matérias do dia foram: casos de violência estão parados na capital do Piauí por falta de combustível para a polícia (2 minutos e 14 segundos), duas crianças atingidas em um tiroteio morreram em Santa Inês, no Maranhão (16 segundos), duas mulheres se feriram na escada rolante de um terminal de ônibus no Recife (22 segundos), uma lei aprovada para dar mais transparência aos atendimentos médicos em postos de saúde de Vitória agradou a população, mas durou pouco (2 minutos e 9 segundos), a crise econômica e a falta de estrutura para convenções atingiram em cheio o setor hoteleiro e provocaram um efeito cascata no setor de turismo em Salvador (2 minutos e 32 segundos), apresentação das pesquisas de intenção de votos ao cargo de presidente da república (6 minutos e 34 segundos),

Supremo Tribunal Federal pediu que a Procuradoria Geral da República investigue um vídeo com ofensas à ministra Rosa Weber e outros integrantes do STF (2 minutos e 49 segundos), o presidente nacional do PROS, Eurípedes Júnior, se apresentou à polícia, mas não vai ficar preso (2 minutos e 22 segundos), justiça do Paraná manda bloquear 263 milhões de reais em bens de 13 réus da operação quadro negro (28 segundos), a segunda turma do STF arquivou o inquérito contra o ministro das relações exteriores Aluísio Nunes, do PSDB (35 segundos), o ministro do Supremo Luís Roberto Barroso rejeitou o pedido da defesa de Michel Temer e manteve o indiciamento do presidente por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa (39 segundos), a justiça aceitou a denúncia contra Paulo Cezar Ferreira de Santana e o tornou réu pelo assassinato do mestre capoeirista Moa do Katendê (39 segundos), estudo da polícia rodoviária federal sobre acidentes nas estradas detectou um aumento do desrespeito às leis de trânsito (2 minutos e 33 segundos), os taxistas em Porto Alegre serão obrigados a apresentar um exame toxicológico para trabalhar (1 minuto e 52 segundos), o Ministério Público de Minas Gerais também vai investigar o tiroteio entre policiais paulistas e mineiros (35 segundos), o Ministério do Meio Ambiente pediu urgência na investigação de dois atentados contra equipes que combatiam o desmatamento na Amazônia (2 minutos e 14 segundos), previsão do tempo (2 minutos e 11 segundos), a China inaugural a maior ponte do mundo sobre o mar (27 segundos), a rede de televisão britânica Sky News divulgou hoje que pedaços do corpo do jornalista do Washington Post foram encontrados na residência do cônsul saudita em Istambul na Turquia (3 minutos), a caravana de imigrantes que se desloca da América Central para os Estados Unidos fez uma pausa (28 segundos), numa decisão inédita a União Europeia rejeitou o orçamento da Itália para o ano que vem (1 minuto e 12 segundos), as semifinais da Taça Libertadores da América começa hoje com o primeiro de dois confrontos entre times brasileiros e argentinos (2 minutos e 21 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 3 minutos e 18 segundos foram dedicados ao candidato Fernando Haddad e 3 minutos e 16 segundos foram dedicados ao candidato Jair Bolsonaro.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que tem mais direito à voz, em sua maioria, são os especialistas como demonstrado no gráfico 10. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição, principalmente no quesito eleições e na agenda dos candidatos. A presença do governo também não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maioria dos casos a

contextualização dos fatos é dada, diferentemente das edições analisadas anteriormente (apenas nos dias 06/10/2018 e 22/10/2018 verificou-se essa contextualização). Nessa edição, percebe-se um enquadramento plural, preocupado em informar ao público com detalhes e explicações detalhadas para o telespectador em algumas matérias.

A matéria sobre casos de violência que estão parados na capital do Piauí por falta de combustível é bem plural: traz a presença de personagens, alguns anônimos para proteger a identidade das vítimas; chama atenção a vítima que insere o cidadão dizendo que qualquer um poderia estar no lugar dela e, que, ela paga impostos e não os veem aplicados à segurança. Cria-se, portanto, uma narrativa de inserção dos cidadãos/ telespectadores. A matéria sobre a lei aprovada para dar mais transparência aos atendimentos médicos em postos de saúde de Vitória que foi judicialmente contestada apresenta vozes contrastantes: médicos defendem o fim da lei e a população e a secretaria de saúde defende sua manutenção; existe uma pluralidade de vozes e uma preocupação em informar ao cidadão as particularidades dessas vozes. A apresentação das pesquisas de intenção de votos ao cargo de presidente da república demonstra pouco aprofundamento. A matéria sobre o estudo da polícia rodoviária federal sobre acidentes nas estradas detectou um aumento do desrespeito às leis de trânsito é informativa e plural; insere o cidadão ao apresentar uma viagem virtual por simulador. Na matéria sobre os taxistas em Porto Alegre que serão obrigados a apresentar um exame toxicológico para trabalhar tentam inserir o público através de um “o povo fala”; porém, não há a creditação do mesmo, não sabe-se quem está falando e nem o porquê – qual é a propriedade e a proximidade de quem fala: é usuário do serviço de táxi? É taxista? É familiar de um taxista? Dessa forma, entende-se que falha a tentativa de inserir o telespectador.

A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. Falta pluralidade, por exemplo, com exibição de um maior número de matérias em outros estados fora do eixo Sudeste.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é plenamente trabalhada. As narrativas, na maioria das vezes, não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum na maioria das vezes. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 10. As temáticas são

tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem, reduzidos agora nesse segundo turno a 2 candidatos. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante exceto em poucas matérias em que existem vozes contrastantes.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, os casos de violência serão punidos? O que acontecerá com a população de Teresina? Qual medida será tomada para diminuir os acidentes de trânsito? Só foi verificado o aumento e nada será feito a partir disso? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto em algumas matérias. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, representação e identificação do telespectador com a informação exibida – visto que a eleição é nacional; apesar da necessidade de olhar para as realidades locais.

- Análise do dia 24 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 24 de outubro de 2018, última quarta-feira antes do segundo turno das eleições, e tem duração total de 25 minutos e 10 segundos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. A tabela 11 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

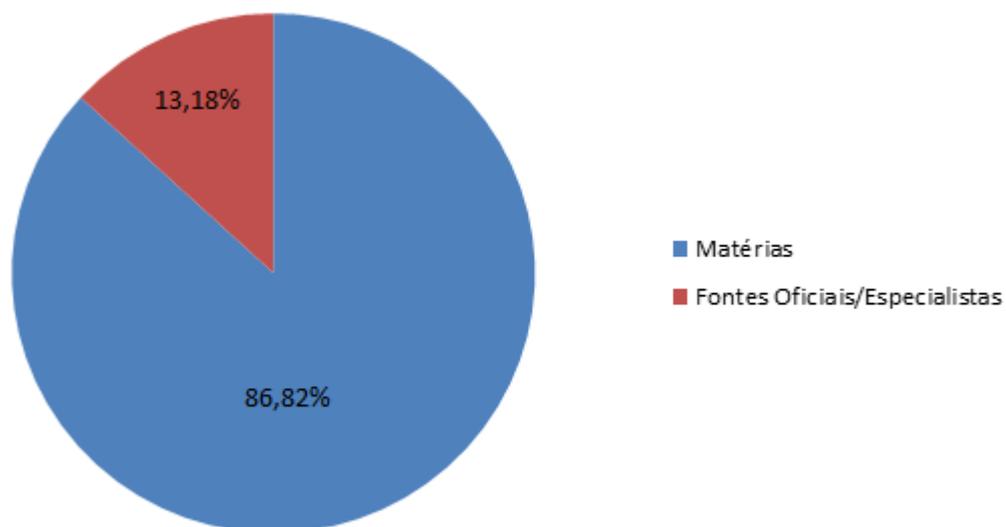
Tabela 11 – Fontes da edição 24/10 do Jornal Nacional

Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Jeff Zucker	Nota lida – 13 segundos	Presidente da CNN
Hélio Domingos	12 segundos	Delegado
Sargento Edso	Por telefone – 4 segundos	-
Policial militar TO	Vídeo postado em rede social – 17 s	-
Bruno Boaventura	6 segundos	Delegado
Alexandre Baldy	20 segundos	Ministro das Cidades
Flávio Coca	21 segundos	Delegado da PF
Jair Bolsonaro	55 segundos	Candidato à presidência – PSL
Fernando Haddad	51 segundos	Candidato à presidência – PT

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Percebe-se que, de 25 minutos e 10 segundos, 3 minutos e 19 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Todo o tempo das entrevistas é destinado a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 11 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 11 – Tempo das fontes no JN – 24/10

Tempo das fontes no JN 24/10

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Após as análises das fontes, passa-se às análises do telejornal.

As matérias do dia foram: a polícia americana interceptou pacotes com explosivos que estavam endereçados a figuras importantes do Partido Democrata, inclusive o ex-presidente Barack Obama (3 minutos e 22 segundos), a Força Nacional vai dar apoio à fiscalização ambiental no Pará (1 minuto e 40 segundos), policiais civis e militares do Tocantins estão em clima de guerra (1 minuto e 50 segundos), por ordem da justiça o Conselho Nacional de Trânsito suspendeu a emissão de placas de veículos no padrão do Mercosul (2 minutos e 1 segundo), previsão do tempo (1 minuto e 57 segundos), milhares de pessoas foram retiradas da costa oeste do México por causa da passagem do furacão Willa (20 segundos), o ministro do Supremo Alexandre de Moraes autorizou o senador preso Acir Gurgacz de Rondônia a trabalhar no Congresso Nacional durante o dia (23 segundos), o ministro do STF Gilmar Mendes arquivou o inquérito sobre a suposta atuação do senador Aécio Neves, do PSDB, do ex-prefeito do Rio, Eduardo Paes, do DEM e do ex-senador Clésio de Andrade, do MDB, para esconder o mensalão tucano (44 segundos), a polícia civil do Rio Grande do Sul indiciou uma jovem de 19 anos por falsa comunicação de crime (47 segundos), a polícia federal realizou uma operação em seis estados para combater crimes eleitorais (2 minutos e 10 segundos), agenda dos candidatos à presidência da república (5 minutos e 7 segundos), príncipe saudita comenta publicamente a morte do jornalista pela primeira vez (1

minuto e 17 segundos), a Chapecoense e as famílias das vítimas do desastre com o avião que transportava a equipe decidiram criar a fundação vidas (20 segundos), um acidente com uma escada rolante deixou pelo menos 20 feridos numa estação do metrô de Roma (32 segundos), ex-presidente da CBF, José Maria Marín, foi transferido na semana passada para um presídio de segurança mínima no estado da Pensilvânia nos Estados Unidos (17 segundos), o Grêmio venceu o River Plate na primeira semifinal da Libertadores (15 segundos), em Buenos Aires o Palmeiras enfrenta o Boca Juniors na outra semifinal (15 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 2 minutos e 32 segundos foram dedicados ao candidato Jair Bolsonaro e 2 minutos e 35 segundos foram dedicados ao candidato Fernando Haddad.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que tem mais direito à voz são somente os especialistas como demonstrado no gráfico 11. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição, principalmente no quesito eleições e na agenda dos candidatos. A presença do governo também não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Nessa edição, percebe-se um enquadramento plural, preocupado em informar ao público com detalhes e explicações detalhadas para o telespectador em algumas matérias.

As matérias não contextualizam os fatos, não inserem os cidadãos; em toda a edição não existiu uma fonte cidadã. A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. Falta pluralidade, por exemplo, com exibição de um maior número de matérias em outros estados fora do eixo Sudeste.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é plenamente trabalhada. As narrativas, na maioria das vezes, não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum na maioria das vezes. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 11. As temáticas são

tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem, reduzidos agora nesse segundo turno a 2 candidatos. Alguns entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante exceto em poucas matérias em que existem vozes contrastantes.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a importância da informação dos explosivos nos Estados Unidos? O que acarreta no Brasil? Sobre a guerra entre policiais civis e policiais militares o que será feito? Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto em algumas matérias. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, representação e identificação do telespectador com a informação exibida – visto que a eleição é nacional; apesar da necessidade de olhar para as realidades locais.

- Análise do dia 25 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 25 de outubro de 2018, última quinta-feira antes do segundo turno das eleições, e tem duração total de 22 minutos e 58 segundos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. Todo o tempo das entrevistas são destinados a fontes especialistas/oficiais. A tabela 12 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 12 – Fontes da edição 25/10 do Jornal Nacional

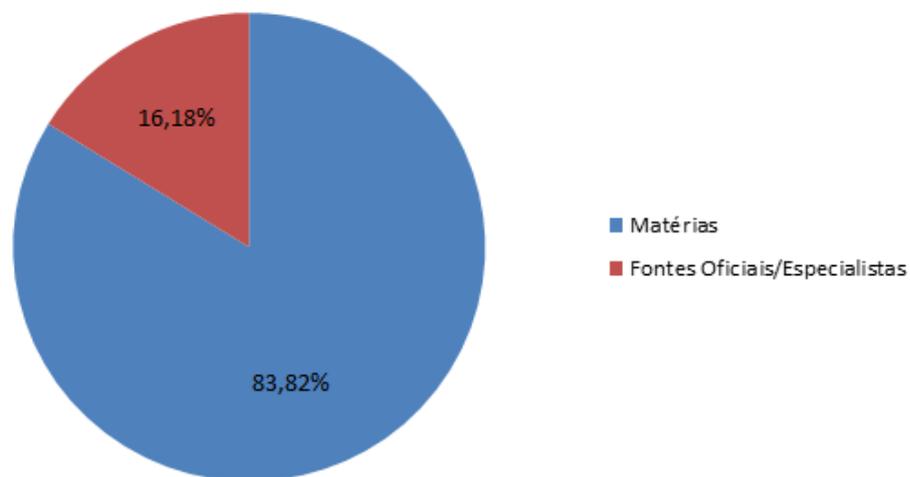
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Donald Trump	Nota lida – 12 segundos	-
John Brennan	Nota lida – 11 segundos	-
Fernando Haddad	90 segundos	Candidato à presidência – PT
Jair Bolsonaro	88 segundos	Candidato à presidência – PSL
Mozart Félix	6 segundos	Presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil/TO
Cel. Jaizon Veras Barbosa	16 segundos	Comandante geral da PM/TO

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Percebe-se que, de 22 minutos e 58 segundos, 3 minutos e 43 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Todo o tempo das entrevistas é destinado a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 12 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 12 – Tempo das fontes no JN – 25/10

Tempo das fontes no JN - 25/10



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Após as análises das fontes, passa-se às análises do telejornal.

As matérias do dia foram: pesquisa Datafolha sobre a intenção de votos para a presidência da república (4 minutos e 8 segundos), ministro da segurança pública, Raul Jungmann, determinou que a polícia federal investigue ameaças sofridas por jornalistas e pela direção do Jornal Folha de São Paulo (44 segundos), as autoridades dos Estados Unidos interceptaram mais três bombas caseiras endereçadas a críticos do presidente Donald Trump (2 minutos e 30 segundos), Donald Trump decidiu usar as forças armadas para tentar barrar a caravana de imigrantes da América Central (1 minuto e 17 segundos), o Reino Unido multou o Facebook em quase 2 milhões e meio de reais por ter falhado na proteção de dados dos usuários (29 segundos), a Procuradoria Geral da Arábia Saudita declarou que o assassinato do jornalista do Washington Post foi mesmo premeditado (33 segundos), na Espanha começou o julgamento do brasileiro acusado de ter matado e esquartejado os tios e dois primos há dois anos (32 segundos), em setembro os brasileiros gastaram 1 bilhão e 200 milhões de dólares no exterior (12 segundos), agenda dos candidatos à presidência da república (6 minutos e 20 segundos), câmeras de segurança registraram a abordagem que gerou clima de guerra entre policiais civis e militares no Tocantins (1 minuto e 28 segundos), morreu hoje um dos envolvidos na troca de tiros entre policiais paulistas e mineiros na semana passada em Juiz de Fora (27 segundos), previsão do tempo (1 minuto e 50 segundos), Palmeiras perdeu pro Boca Juniors no primeiro jogo do time nas semifinais da Libertadores (26 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: 3 minutos e 02 segundos foram dedicados ao candidato Fernando Haddad e 3 minutos e 18 segundos foram dedicados ao candidato Jair Bolsonaro.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que tem mais direito à voz são somente os especialistas como demonstrado no gráfico 13. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição, principalmente no quesito eleições e na agenda dos candidatos. A presença do governo também não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Nessa edição, percebe-se um enquadramento plural, preocupado em informar ao público com detalhes e explicações detalhadas para o telespectador em algumas matérias.

As matérias não contextualizam os fatos, não inserem os cidadãos; em toda a edição não existiu uma fonte cidadã. A matéria que informa que em setembro os brasileiros gastaram 1 bilhão e 200 milhões de dólares no exterior abre como uma informação positiva e

ressalta no final uma queda de 30,7% no ano passado. O que isso acarreta para o cidadão? Qual o impacto na vida do telespectador? A matéria sobre câmeras de segurança que registraram a abordagem que gerou clima de guerra entre policiais civis e militares no Tocantins não insere o cidadão e nem o informa. Como fica a população? Está tendo atendimento aos chamados da PM? As investigações de competência da polícia civil estão paradas? Atrasos nos inquéritos? A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. Falta pluralidade, por exemplo, com exibição de um maior número de matérias em outros estados fora do eixo Sudeste.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é plenamente trabalhada. As narrativas, na maioria das vezes, não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum na maioria das vezes. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 12. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem, reduzidos agora nesse segundo turno a 2 candidatos. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante exceto em poucas matérias em que existem vozes contrastantes.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a importância da informação dos explosivos nos Estados Unidos? O que acarreta no Brasil? Sobre a guerra entre policiais civis e policiais militares o que será feito? Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto em algumas matérias. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, representação e

identificação do telespectador com a informação exibida – visto que a eleição é nacional; apesar da necessidade de olhar para as realidades locais.

- Análise do dia 26 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 26 de outubro de 2018, última sexta-feira antes do segundo turno das eleições, e tem duração total de 49 minutos e 08 segundos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. A tabela 13 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 13 – Fontes da edição 26/10 do Jornal Nacional

Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Fonte anônima	6 segundos	Fonte anônima
Maria de Jesus Carvalho Sampaio	11 segundos	Dona do posto
Secretaria de Segurança Pública do Piauí	Nota lida – 10 segundos	-
Fonte não creditada	9 segundos	Fonte não creditada
Maria Ribeiro de Carvalho	10 segundos	Filha do Hypólito
Ezequiel de Carvalho	4 segundos	Luthier
Fabiana Zamalloa	15 segundos	Promotora de Justiça
Governo de Goiás	Nota lida – 13 segundos	-
Fonte não creditada	6 segundos	Fonte não creditada
Germany Gracy	7 segundos	Mãe de Giovana
Ângela Rocha	13 segundos	Chefe de Infectologia do Hospital Oswaldo Cruz

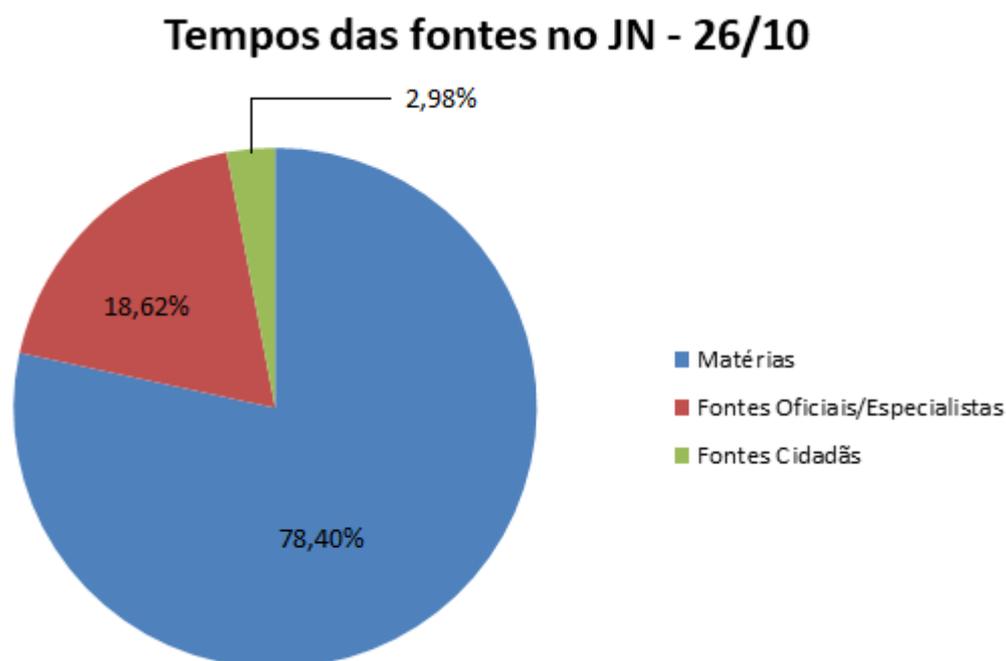
Liana Ventura	17 segundos	Oftalmologista
Dayane Thaís Alves	5 segundos	Mãe de Davi
Fonte não creditada	10 segundos	Fonte não creditada
Demócrito Miranda	19 segundos	Infectologista e Professor da UPE
Mariana Andrade de Sobral	7 segundos	Defensora pública – ES
Mineradoras Vale, BHP e Samarco	Nota lida – 13 segundos	-
José Adércio Leite Sampaio	26 segundos	Procurador da República
José Adércio Leite Sampaio	22 segundos	Procurador da República
Fabio Sussel	16 segundos	Pesquisador Inst. Pesca/SP
Tem. Ivo Morais	11 segundos	Comandante Polícia Ambiental
César Ciola	15 segundos	Pescador amador
Policial paulista	Vídeo de depoimento à justiça - 30 segundos	-
Rodrigo Costa	20 segundos	Delegado Polícia Civil – SP
Sandra Jovchelovitch	19 segundos	Psicóloga London School of Economics
Cláudio Lamachia	9 segundos	Presidente da OAB
Marco Aurélio	Nota lida – 10 segundos	Ministro do STF
Gilmar Mendes	16 segundos	Ministro do STF
Dias Toffoli	Nota lida – 10 segundos	-
Rosa Weber	35 segundos	Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
Fernando Haddad	89 segundos	Candidato à presidência – PT
Jair Bolsonaro	92 segundos	Candidato à presidência – PSL
Jair Bolsonaro	Postagem lida das redes sociais – 10 s	-

Fonte não creditada	9 segundos	Fonte não creditada
Fonte não creditada	7 segundos	Fonte não creditada
Tite	16 segundos	Técnico da seleção

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Percebe-se que, de 49 minutos e 9 segundos, 10 minutos e 37 segundos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 1 minuto e 28 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãs; e 9 minutos e 09 segundos são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 13 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 13 – Tempo das fontes no JN – 26/10



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Após as análises das fontes, passa-se às análises do telejornal.

As matérias do dia foram: o Ministério Público do Piauí pediu uma investigação sobre a falta de combustível nas delegacias de Teresina e de outras cidades (2 minutos e 9 segundos), a crise financeira de um dos maiores hospitais públicos do Centro Oeste levou a

organização social administradora a pedir a rescisão do contrato (2 minutos e 24 segundos), nos últimos 3 anos um grupo de pesquisadores brasileiros têm intensificado os estudos da Síndrome Congênita do Vírus da Zica (3 minutos e 15 segundos), a polícia federal americana prendeu nesta sexta-feira o suspeito de ter enviado 13 pacotes com bombas para políticos do Partido Democrata e críticos do presidente Donald Trump (3 minutos e 1 segundos), um acordo assinado hoje vai garantir mais tempo para as vítimas da maior tragédia ambiental do Brasil reivindicarem seus direitos (2 minutos e 27 segundos), a chuva acima da média nas últimas semanas antecipou um fenômeno da natureza no interior de São Paulo (1 minuto e 49 segundos), com o início da temporada de chuvas as contas de luz vão ter bandeira tarifária amarela (18 segundos), previsão do tempo (2 minutos e 25 segundos), policiais civis de São Paulo envolvidos num tiroteio em Juiz de Fora, na Zona da Mata de Minas Gerais, contaram a versão deles para a chegada de policiais militares mineiros ao local do crime (2 minutos e 45 segundos), um sargento da polícia militar de Mato Grosso foi preso em flagrante por agredir a ex-companheira em frente à delegacia da mulher (25 segundos), o Superior Tribunal de Justiça autorizou o emplacamento de veículos com o modelo de placas do Mercosul (22 segundos), a pedido do Ministério Público, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, arquivou a investigação contra o presidente do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro (36 segundos), o Ministério Público Federal abriu investigação para apurar se o economista Paulo Guedes cometeu irregularidades em investimentos de fundos de pensão (1 minuto e 4 segundos), debate sobre o uso de fake news foi intenso durante toda a campanha eleitoral brasileira (3 minutos e 16 segundos), Datafolha e Ibope indagaram eleitores sobre o conteúdo que eles recebem por aplicativo de mensagens (2 minutos e 54 segundos), ações dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país em universidades com o objetivo de coibir manifestações político partidárias provocaram protestos das universidades e da própria justiça (3 minutos e 50 segundos), a polícia federal apreendeu no Rio de Janeiro computadores e celulares do coronel da reserva Carlos Alves (41 segundos), agenda dos candidatos à presidência da república (6 minutos e 22 segundos), a TV Globo e as emissoras afiliadas realizaram ontem à noite o último debate entre os candidatos a governador que vão disputar o segundo turno (1 minuto e 15 segundos), o inglês Lewis Hamilton só precisa de um sétimo lugar nesse domingo no México para se tornar pentacampeão da Fórmula 1 (1 minuto e 36 segundos), o técnico Tite convocou a seleção para um dos últimos amistosos do ano contra Uruguai e Camarões (1 minuto e 54 segundos), a TV Globo não exibirá hoje o debate com os candidatos do segundo turno (1 minuto e 20 segundos) e chamada para o Globo Repórter especial (55 segundos).

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que tem mais direito à voz, em sua maioria, são os especialistas como demonstrado no gráfico 13. Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição, principalmente no quesito eleições e na agenda dos candidatos. A presença do governo também não é explicitada diretamente. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maioria dos casos a contextualização dos fatos não é dada. Nessa edição, percebe-se um enquadramento plural, preocupado em informar ao público com detalhes e explicações detalhadas para o telespectador em algumas matérias.

A matéria sobre o Ministério Público do Piauí ter pedido investigação sobre a falta de combustível nas delegacias de Teresina e de outras cidades traz fontes anônimas que ressaltam a informação e dão legitimidade além de inserir o cidadão na narrativa. Alguns questionamentos ficam em aberto, como por exemplo: a população está totalmente sem atendimento? Qual a providência tomada para resolver a situação de imediato? A matéria sobre a crise financeira de um dos maiores hospitais públicos do Centro Oeste levou a organização social administradora a pedir a rescisão do contrato traz o personagem idoso que quebrou o fêmur e entrevista sua filha; há a inserção do cidadão ao se verem representados por esses personagens. Porém, falta creditação de um personagem.

A matéria sobre o grupo de pesquisadores brasileiros tere, intensificado os estudos da Síndrome Congênita do Vírus da Zica nos últimos 3 anos traz dados sobre a melhora das crianças infectadas, além de inserir o cidadão telespectador através da utilização de personagens. Na matéria sobre a chuva acima da média nas últimas semanas ter antecipado um fenômeno da natureza no interior de São Paulo traz informações sobre a piracema: o que é, onde e como ocorre, além de destacar a necessidade da preservação. Ainda sobre as chuvas, o início da temporada diminui as contas de luz que vão ter bandeira tarifária amarela, aqui faltam informações complementares para o telespectador: qual a média de diminuição do valor? O que pode ser esperado? Na matéria sobre a previsão do tempo percebe-se grande pluralidade; traz explicações sobre o ciclone no litoral sul e sudeste, sua formação e como os cidadãos devem se prevenir nas áreas que serão atingidas.

Na matéria sobre o debate no uso de fake news que foi intenso durante toda a campanha eleitoral brasileira existem dados de pesquisas nos estados unidos e apenas citação de ocorrência no brasil. Não existem dados de pesquisa no Brasil?

A matéria sobre a TV Globo e as emissoras afiliadas terem realizado o último debate entre os candidatos a governador que vão disputar o segundo turno perde a oportunidade de inserção do cidadão ao não creditar os personagens que aparecem no final.

A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. Falta pluralidade, por exemplo, com exibição de um maior número de matérias em outros estados fora do eixo Sudeste.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é plenamente trabalhada. As narrativas, na maioria das vezes, não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum na maioria das vezes. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado no gráfico 13. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem, reduzidos agora nesse segundo turno a 2 candidatos. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante exceto em poucas matérias em que existem vozes contrastantes.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo: O que acontecerá com a população de Teresina sem o serviço público prestado pela polícia? Qual o valor médio da redução que pode ser esperado nas contas de energia dos brasileiros com a troca da tarifa? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que não existe fala de cidadãos, exceto em algumas matérias. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, representação e identificação do telespectador com a informação exibida – visto que a eleição é nacional; apesar da necessidade de olhar para as realidades locais.

- Análise do dia 27 de outubro de 2018

Essa edição analisada foi veiculada em 27 de outubro de 2018, último sábado, véspera do segundo turno das eleições, e tem duração total de 63 minutos sem os intervalos comerciais, distribuídos em blocos.

Com relação às fontes, percebe-se uma tendência a entrevistas de fontes oficiais e especialistas, como nas edições anteriores. A tabela 14 abaixo demonstra as fontes entrevistadas nessa edição do Jornal Nacional.

Tabela 14 – Fontes da edição 27/10 do Jornal Nacional

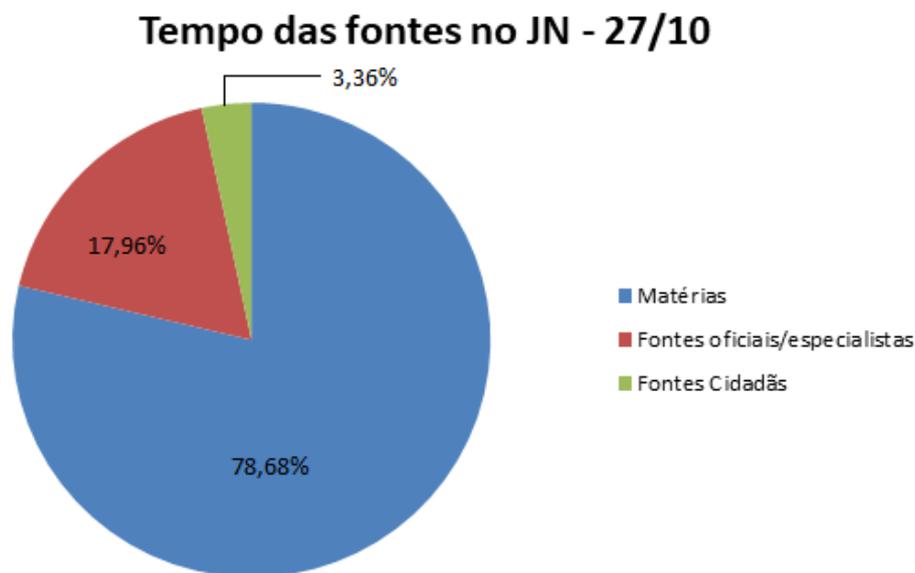
Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Fernando Haddad	127 segundos	Candidato à presidência – PT
Silvane Nascimento	4 segundos	Professora
Flávio Dino	10 segundos	Governador reeleito do Maranhão – PC do B
Frederico Haddad	20 segundos	Filho de Fernando Haddad
Ana Estela Haddad	6 segundos	Esposa de Fernando Haddad
Chico Buarque	14 segundos	Cantor
Emicida	7 segundos	Cantor
Jair Bolsonaro	150 segundos	Candidato à presidência - PSL
Carlos Bolsonaro	27 segundos	Filho de Jair Bolsonaro
Onyx Lorenzoni	10 segundos	-
Michele Bolsonaro	32 segundos	Mulher de Jair Bolsonaro
Fernando Haddad	125 segundos	Candidato à presidência - PT
Jair Bolsonaro	Vídeo postado em rede social - 144 s	-
Ciro Gomes	56 segundos	PDT
Felipe Brito	10 segundos	Secretário de TI do TER/PA

Marcelo Lopes	9 segundos	Mesário
Fonte não creditada (representante de uma comunidade isolada)	7 segundos	Fonte não creditada
Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	6 segundos	Ministro do TSE
Fonte não creditada	5 segundos	Fonte não creditada
Guiseppe Janino	25 segundos	Secretário tecnologia da informação TSE
Fonte não creditada	5 segundos	Fonte não creditada
Guiseppe Janino	7 segundos	Secretário tecnologia da informação TSE

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Percebe-se que, de 63 minutos, 13 minutos e 26 minutos são de entrevistas/dedicados às fontes. Desse tempo, 2 minutos e 7 segundos são destinados a fontes não oficiais/ não especialistas aqui tratadas como fontes cidadãs; e 11 minutos e 19 segundos são destinados a fontes especialistas/oficiais. O gráfico 14 abaixo demonstra as porcentagens de participação das fontes.

Gráfico 14 – Tempo das fontes no JN – 27/10



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Após as análises das fontes, passa-se a análise do telejornal.

As matérias do dia foram: última pesquisa Ibope para o segundo turno das eleições presidenciais e de governadores dos principais estados do país (12 minutos e 39 segundos), semana dos candidatos a presidente (22 minutos e 31 segundos), agenda do dia dos candidatos a presidente (7 minutos), *Ciro Gomes*, candidato derrotado à presidência do Brasil pelo PDT, retorna ao Brasil e ignora púlpito em aeroporto para falar sobre apoio ao segundo turno das eleições (1 minuto e 12 segundos), um atirador matou onze pessoas e feriu seis numa sinagoga do estado americano da Pensilvânia (2 minutos e 4 segundos), a força aérea de Israel bombardeou mais de 80 alvos na Faixa de Gaza nas últimas 24 horas (20 segundos), previsão do tempo (1 minuto e 53 segundos), o australiano *Daniel Ricardo* da RBR vai largar na primeira colocação no Grande Prêmio do México de Fórmula 1 (35 segundos), no duelo dos líderes do Brasileirão, *Palmeiras* e *Flamengo* ficaram no empate – gols de sábado (3 minutos e 7 segundos), ministra *Cármen Lúcia*, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a entrada de policiais federais ordenada pelos Tribunais Regionais Eleitorais (2 minutos e 23 segundos), um mutirão de brasileiros se mobilizou nas últimas horas para que os eleitores das cidades mais isoladas possam votar amanhã (2 minutos e 13 segundos), 147 milhões de eleitores são esperados nas urnas neste domingo, mas alguns já votaram – votação fora do país (2 minutos e 53 segundos), chamada Fantástico e cobertura das eleições (3 minutos e 16 segundos).

Com relação ao tempo dedicado aos candidatos, tem-se que: na agenda da semana dos candidatos, *Haddad* teve 10 minutos e 57 segundos e *Bolsonaro* teve 11 minutos e 17 segundos; na agenda do dia dos candidatos, *Fernando Haddad* teve 3 minutos e 37 segundos e *Jair Bolsonaro* teve 3 minutos e 28 segundos.

Aplicando os eixos de análise à edição, foram observados os seguintes resultados.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que tem mais direito à voz, em sua maioria, são os especialistas. A temática foi dominada pela eleição, ocupando 71,42% do tempo total da edição só com as matérias exibidas no primeiro bloco; não sendo contabilizadas as matérias: ministra *Cármen Lúcia* suspendeu a entrada de policiais federais ordenada pelos Tribunais Regionais Eleitorais; um mutirão de brasileiros se mobilizou nas últimas horas para que os eleitores das cidades mais isoladas possam votar amanhã e 147 milhões de eleitores são esperados nas urnas neste domingo, mas alguns já votaram – votação fora do país.

Partidos políticos são mencionados diretamente nessa edição, principalmente no quesito eleições e nas matérias referentes à intenção de votos (presidente da república e governadores dos estados) e na agenda dos candidatos. A presença do governo também não é explicitada diretamente; há referências ao Estado por meio da informação sobre leis referentes à votação e o que é permitido ou não; que envolveriam diferentes poderes, em especial o judiciário. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes; apesar de mostrar diversas vezes na agenda do candidato Haddad várias regiões do país. Faltaram fontes que demarcassem esses elementos regionais.

Na maioria dos casos a contextualização dos fatos é dada com relação às eleições. Nessa edição, percebe-se um enquadramento plural, preocupado em informar ao público a importância da votação; os gráficos são explicados detalhadamente ao telespectador.

A agenda dos candidatos serve unicamente para demonstrar o que os mesmos fizeram; não há aprofundamento. Percebe-se o enquadramento da corrida de cavalos. Citam-se possíveis medidas que impactariam diretamente na vida do cidadão e essas medidas não são explicadas de forma alguma. É uma informação rasa que não serve para informar, de fato; como já ressaltado nas edições anteriores. Existiram fontes na matéria sobre as agendas dos candidatos ao longo da semana, o que auxilia a inserir o cidadão telespectador na narrativa possibilitando que ele se identifique com os personagens mostrados.

Na matéria sobre um mutirão de brasileiros que se mobilizou nas últimas horas para que os eleitores das cidades mais isoladas possam votar amanhã faltam representantes das comunidades isoladas. Como inserir o cidadão se o cidadão não tem direito à fala? Na matéria sobre 147 milhões de eleitores são esperados nas urnas neste domingo, mas alguns já votaram – votação fora do país, existe o serviço de informação sobre como votar e o que pode e o que não pode ao votar; cidadãos fazem 2 perguntas que são respondidas por um especialista, porém, os mesmos não são creditados.

Falta pluralidade, por exemplo, com exibição de um maior número de matérias em outros estados fora do eixo Sudeste; outras regiões só são mostradas para ilustrar a visita do candidato Fernando Haddad. Existem imagens de matérias fora do país, mas regiões fora do eixo Sudeste são deixadas de lado.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada. As narrativas não auxiliam a inserir o público na interpretação da edição, aparentemente foi um programa feito para quem já conhece minimamente os assuntos tratados. As fontes não são variadas, existindo um domínio de fontes especialistas nas questões tratadas, sem inserir o cidadão comum. As fontes específicas sobre o tema possuem mais tempo de fala, como demonstrado

no gráfico 14. As temáticas são tratadas da forma padrão, seguindo inclusive a padronização do formato do telejornal. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes não é representada; só aparecem sotaques característicos dos candidatos e de sua região de origem. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, mas o posicionamento de todos é semelhante.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se que a explicação do contexto dos fatos não se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo, qual a participação e as responsabilidades dos cidadãos que não votam? Como o voto pode ser dado de forma consciente? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Pontos muito semelhantes aos das edições anteriores, o que demonstra falta de aprofundamento do telejornal. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação visto que o cidadão não se vê representado à medida que quase não existe fala de cidadãos. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. O viés é apenas informativo. Nessa edição analisada, o tema é geral e não faz distinção de região geográfica ou cultural; permitindo assim, uma boa representação e identificação do telespectador com a informação exibida – visto que a eleição é nacional; inclusive com o tema sendo dividido em vários conteúdos para uma maior compreensão da informação por parte dos telespectadores; apesar da necessidade de olhar para as realidades locais; informações especiais sobre regiões – quais zonas eleitorais foram desfeitas? Onde o cidadão pode esperar mais filas? O voto será mais rápido do que no primeiro turno? Problemas com a biometria foram resolvidos?

Por todo o exposto, percebe-se a falta da regulamentação da mídia no Jornal Nacional. A ausência da temática em período eleitoral contribui para a falta de pluralidade do telejornal e de discussão da sociedade sobre o tema. Ao invés de fomentar a discussão, o telejornal contribui para que ela não exista ao não pautá-la. Não informar o cidadão e não inseri-lo na narrativa do telejornal transforma o telespectador em um consumidor de notícias; não há convite à ação e nem convite ao pensamento crítico. Ainda, o Jornal Nacional tem edições que não possuem uma fonte cidadã, o que torna difícil uma inserção do telespectador na narrativa. Com a regulação de conteúdo seria possível cobrar do principal telejornal do país maior pluralidade de pautas, fontes e presença regional.

Outra tendência verificada e confirmada pelo número de fontes do Poder Judiciário é a de judicialização das eleições. Muitos especialistas do Poder Judiciário e também da área da segurança pública refletem a força que exercem sobre o país. Tudo isso

influi nas eleições e em seu resultado. A narrativa mostrada ao cidadão/telespectador é que as fontes que tem voz são as que representam a sociedade. E, nesse sentido, o Judiciário se torna o palco de resolução das crises, tanto nas eleições quanto fora delas.

Para uma análise mais clara das fontes, a tabela 15 abaixo demonstra um quadro comparado de todas as fontes do Jornal Nacional nessa segunda semana de análise.

Tabela 15 - Fontes do Jornal Nacional na segunda semana de análise.

Nome	Tempo de fala (em segundos)	Creditação
Isaac Serra	8 segundos	Polícia Rodoviária Federal/GO
Fonte não creditada	8 segundos	Fonte não creditada
Newton Moraes	6 segundos	Assessor de comunicação PRF
Carolina Joana da Silva	13 segundos	Bióloga da Unemat
Renato Thomas	9 segundos	Aposentado
Povo fala não creditado	16 segundos	Não creditado
Roberto Brayner	3 segundos	Estudante
Andrezza Vasconcelos	5 segundos	Estudante
Fonte não creditada	9 segundos	Fonte não creditada
Fonte não creditada	7 segundos	Fonte não creditada
Fernando Garcia de Freitas	8 segundos	Pesquisador Trata Brasil
Lisandra	7 segundos	Não creditada (personagem da ocupação)
Fernando Garcia de Freitas (2)	10 segundos	Pesquisador Trata Brasil
Lisandra	5 segundos	Não creditada (personagem da ocupação)
Fonte anônima	8 segundos	Fonte anônima
Fonte anônima	14 segundos	Fonte anônima
Níveo Steffen	15 segundos	Pres. Soc. Brasileira de Cirurgia Plástica

Penélope Jolie	9 segundos	Maquiadora
Roberto Chacur	32 segundos	Médico
Marcelo Romano	5 segundos	Empresário
Marcelo Romano (2)	4 segundos	Empresário
Níveo Steffen (2)	15 segundos	Pres. Soc. Brasileira de Cirurgia Plástica
Marta	9 segundos	Melhor jogadora do mundo
Marta (2)	7 segundos	Melhor jogadora do mundo
Marta (3)	8 segundos	Melhor jogadora do mundo
Marta (4)	11 segundos	Melhor jogadora do mundo
Armando Ávolio	20 segundos	Delegado Polícia Civil – MG
Márcio Vidal	15 segundos	Presidente do Colégio de Presidentes dos TRES
Eduardo Bolsonaro	25 segundos (exibição de vídeo)	Deputado federal – PSL/ 9 de julho de 2018
Alexandre de Moraes	64 segundos	Ministro do STF
Dias Toffoli	22 segundos (nota lida)	Presidente do STF
Fernando Haddad	22 segundos	Candidato à presidência – PT
Eduardo Bolsonaro	31 segundos (nota lida)	-
Jair Bolsonaro	64 segundos	Candidato à presidência – PSL
Jair Bolsonaro	98 segundos	Candidato à presidência – PSL
Fernando Haddad	89 segundos	Candidato à presidência – PT
Fonte anônima	15 segundos	Fonte anônima
Fonte anônima	6 segundos	Fonte anônima (funcionário IML)
Walter Waquim	8 segundos	Diretor do sindicato dos policiais civis/PI

Fonte não creditada	8 segundos	Fonte não creditada
Fonte anônima	19 segundos	Fonte anônima
Secretarias de segurança e de administração (nota lida)	9 segundos	-
Diarles Fernandes	7 segundos	Porteiro
Wiles de Oliveira	8 segundos	Auxiliar de audiovisual
Telvio Valim	12 segundos	Advogado sindicato dos médicos
Cátia Lisboa	14 segundos	Secretária de Saúde de Vitória
Graciete de Souza	13 segundos	Presidente do conselho popular de Vitória
Glicério Lemos	9 segundos	Presidente ABIH/BA
Raul Queiroz	8 segundos	Ex-dono de hotel
Nair Silva	10 segundos	Camareira
Gustavo Pessoti	6 segundos	Economista
Gustavo Pessoti	11 segundos	Economista
Fernando Haddad	112 segundos	Candidato à presidência - PT
Jair Bolsonaro	40 segundos (vídeo postado em rede social)	-
Jair Bolsonaro	Leitura das palavras do candidato – 37 s	-
Celso de Mello	50 segundos	Ministro do STF
Cármen Lúcia	19 segundos	Ministra do STF
Edson Fachin	5 segundos	Ministro do STF
Bruno Pena	18 segundos	Advogado
Rubens Sousa Delova	5 segundos	Supervisor de elétrica
Ricardo de Paula	17 segundos	Porta-voz da PRF em São Paulo
Scheila Vivian	7 segundos	Diretora de produtos da ProSimulador

Nilton Machado	9 segundos	Taxista
Luiz Nozari	10 segundos	Presidente do Sindicato dos Taxistas de Porto Alegre
Marcelo Soletti	16 segundos	Presidente da empresa de transporte e circulação
Claudio Ribeiro	5 segundos	Taxista
Edson Duarte	22 segundos	Ministro do Meio Ambiente
Kannemann	6 segundos	Zagueiro do Grêmio
Bruno Henrique	24 segundos	Meio-campo do Palmeiras
Jeff Zucker	Nota lida – 13 segundos	Presidente da CNN
Hélio Domingos	12 segundos	Delegado
Sargento Edso	Por telefone – 4 segundos	-
Policial militar TO	Vídeo postado em rede social – 17 s	-
Bruno Boaventura	6 segundos	Delegado
Alexandre Baldy	20 segundos	Ministro das Cidades
Flávio Coca	21 segundos	Delegado da PF
Jair Bolsonaro	55 segundos	Candidato à presidência - PSL
Fernando Haddad	51 segundos	Candidato à presidência - PT
Donald Trump	Nota lida – 12 segundos	-
John Brennan	Nota lida – 11 segundos	-
Fernando Haddad	90 segundos	Candidato à presidência – PT
Jair Bolsonaro	88 segundos	Candidato à presidência - PSL
Mozart Félix	6 segundos	Presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil/TO

Cel. Jaizon Veras Barbosa	16 segundos	Comandante geral da PM/TO
Fonte anônima	6 segundos	Fonte anônima
Maria de Jesus Carvalho Sampaio	11 segundos	Dona do posto
Secretaria de Segurança Pública do Piauí	Nota lida – 10 segundos	-
Fonte não creditada	9 segundos	Fonte não creditada
Maria Ribeiro de Carvalho	10 segundos	Filha do Hypólito
Ezequiel de Carvalho	4 segundos	Luthier
Fabiana Zamalloa	15 segundos	Promotora de Justiça
Governo de Goiás	Nota lida – 13 segundos	-
Fonte não creditada	6 segundos	Fonte não creditada
Germany Gracy	7 segundos	Mãe de Giovana
Ângela Rocha	13 segundos	Chefe de Infectologia do Hospital Oswaldo Cruz
Liana Ventura	17 segundos	Oftalmologista
Dayane Thaís Alves	5 segundos	Mãe de Davi
Fonte não creditada	10 segundos	Fonte não creditada
Demócrito Miranda	19 segundos	Infectologista e Professor da UPE
Mariana Andrade de Sobral	7 segundos	Defensora pública - ES
Mineradoras Vale, BHP e Samarco	Nota lida – 13 segundos	-
José Adércio Leite Sampaio	26 segundos	Procurador da República
José Adércio Leite Sampaio	22 segundos	Procurador da República
Fabio Sussel	16 segundos	Pesquisador Inst. Pesca/SP
Tem. Ivo Moraes	11 segundos	Comandante Polícia Ambiental
César Ciola	15 segundos	Pescador amador

Policial paulista	Vídeo de depoimento à justiça - 30 segundos	-
Rodrigo Costa	20 segundos	Delegado Polícia Civil - SP
Sandra Jovchelovitch	19 segundos	Psicóloga London School of Economics
Cláudio Lamachia	9 segundos	Presidente da OAB
Marco Aurélio	Nota lida – 10 segundos	Ministro do STF
Gilmar Mendes	16 segundos	Ministro do STF
Dias Toffoli	Nota lida – 10 segundos	-
Rosa Weber	35 segundos	Presidente do Tribunal Superior Eleitoral
Fernando Haddad	89 segundos	Candidato à presidência – PT
Jair Bolsonaro	92 segundos	Candidato à presidência – PSL
Jair Bolsonaro	Postagem lida das redes sociais – 10 s	-
Fonte não creditada	9 segundos	Fonte não creditada
Fonte não creditada	7 segundos	Fonte não creditada
Tite	16 segundos	Técnico da seleção
Fernando Haddad	127 segundos	Candidato à presidência – PT
Silvane Nascimento	4 segundos	Professora
Flávio Dino	10 segundos	Governador reeleito do Maranhão – PC do B
Frederico Haddad	20 segundos	Filho de Fernando Haddad
Ana Estela Haddad	6 segundos	Esposa de Fernando Haddad
Chico Buarque	14 segundos	Cantor
Emicida	7 segundos	Cantor
Jair Bolsonaro	150 segundos	Candidato à presidência - PSL

Carlos Bolsonaro	27 segundos	Filho de Jair Bolsonaro
Onyx Lorenzoni	10 segundos	-
Michele Bolsonaro	32 segundos	Mulher de Jair Bolsonaro
Fernando Haddad	125 segundos	Candidato à presidência - PT
Jair Bolsonaro	Vídeo postado em rede social - 144 s	-
Ciro Gomes	56 segundos	PDT
Felipe Brito	10 segundos	Secretário de TI do TER/PA
Marcelo Lopes	9 segundos	Mesário
Fonte não creditada (representante de uma comunidade isolada)	7 segundos	Fonte não creditada
Tarcísio Vieira de Carvalho Neto	6 segundos	Ministro do TSE
Fonte não creditada	5 segundos	Fonte não creditada
Guisepe Janino	25 segundos	Secretário tecnologia da informação TSE
Fonte não creditada	5 segundos	Fonte não creditada
Guisepe Janino	7 segundos	Secretário tecnologia da informação TSE

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ressalta-se que nos dias 24 e 25 não existiu nenhuma fonte cidadã no Jornal Nacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões teóricas e conceituais apresentadas e das análises dos objetos de estudo se tornou possível chegar a algumas conclusões que auxiliam no entendimento da cobertura (ou ausência de cobertura) da temática da regulamentação da mídia no Brasil pelo telejornalismo; público e de caráter comercial.

O primeiro esforço desse trabalho de pesquisa foi na definição dos conceitos de regulação e de regulamentação. A regulamentação é uma atividade do Poder Executivo. É fechada e menos dinâmica, funcionando como um planejamento, em longo prazo, dos limites para a atividade exercida. Já a regulação é uma atividade atribuída a um órgão regulador, funcionando como um instrumento dinâmico que avalia a atividade enquanto ela acontece e reage a essas atividades. No caso brasileiro, é necessário regular e regulamentar a mídia. O país precisa pensar numa regulamentação forte, que garanta a defesa da democracia e os direitos individuais; incluindo o direito de resposta. Além disso, é necessário regular a mídia, a exemplo de outros setores como a vigilância sanitária, energia elétrica, água, telecomunicações e etc. A comunicação, como um direito público, deveria possuir uma agência reguladora que tratasse de assuntos com a dinâmica necessária visto que o campo se encontra em constante crescimento e mudança (vide novos aplicativos de mensagens instantâneas que dominaram a temática nas eleições). É necessário, ainda, defender a representação popular e a comunicação enquanto direito público. Nessa perspectiva, faz-se necessário defender a regulação caso pretenda-se atingir uma comunicação democrática e aprofundada no conteúdo informativo e combater a formação de oligopólios que concentram a mídia de forma horizontal, vertical e cruzada. E, nesse cenário, é necessário dar atenção especial à televisão. Ela, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016) é o principal veículo de comunicação de massas, fazendo-se urgente e necessário uma regulação que trate do setor.

No Brasil, desde o surgimento da TV, foi adotado o modelo americano de concessão, o que acabou por consolidar a exploração das concessões de radiodifusão por parte do Estado a grupos privados; que sem regulamentação clara e regulação efetiva resultou na criação do atual oligopólio de mídia. Assim, os grupos televisivos tiveram uma facilitação para concentrar grande e forte influência política, econômica e social. Durante décadas, se perpetuou no país um sistema inteiramente comercial.

A EBC (Empresa Brasil de Comunicação) só foi criada em 2007, após 57 anos de TV comercial no país. A empresa administra a TV Brasil, principal TV pública nacional. Ela surge como contraponto às pendências do telejornalismo de caráter comercial. O primeiro ato

de Michel Temer ao assumir o governo foi desmontar a EBC e a comunicação pública no país através da MP 744 que determina que o presidente da EBC seja indicado pelo presidente da república; demonstrando claramente que pretende controlar os veículos de comunicação pública. Nas eleições de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro disse que iria acabar com a Empresa Brasil de Comunicação, afirmação que ganhou destaque no Jornal Nacional¹⁰.

Existe uma grande defasagem entre o telejornalismo comercial, que visa o lucro, e o telejornalismo público, que visa a representação popular e a inserção do cidadão na construção da narrativa das notícias. Espera-se uma maior liberdade editorial no jornalismo público, por ser livre da política editorial comercial. Por isso, ao comparar os dois, espera-se que o telejornalismo público tenha maior pluralidade e representação do cidadão.

Ressalta-se que esse trabalho não possui cunho comparativo. Entende-se que os três objetos selecionados, Caminhos da Reportagem, Ver TV e Jornal Nacional, possuem formatos jornalísticos diferentes e, portanto, contribuem de formas diferentes para a busca do mapeamento da temática. O Caminhos da Reportagem é um programa de grandes reportagens de uma TV pública, o Ver TV é um programa de entrevistas de uma TV pública e o Jornal Nacional é um telejornal de uma televisão de caráter comercial. O intuito é verificar como espaços e formatos diferentes mostram a temática e a relacionam com o cidadão/telespectador.

Ao se fazer a pergunta “como está a representação da regulamentação da mídia nos telejornais públicos e comerciais?” A resposta não será muito plural. Com relação ao telejornalismo de caráter comercial, nota-se que não existe esforço para discutir a questão de forma pública e com a inserção da sociedade. Verificando-se a ausência da temática no telejornal ao longo dos últimos quatro anos (com raras exceções tangenciando a temática, com pequenas notas) optou-se por avaliar o Jornal Nacional e mapear os quesitos de Pluralidade, Diversidade e Cidadania/Autonomia no mesmo. Porém, ressalta-se que a ausência de matérias que possuam a temática da regulação e da regulamentação é sintomático de uma preferência/escolha editorial que não privilegia a informação do cidadão em primeiro lugar. Quando uma temática se faz presente na sociedade é necessário que o jornalismo exerça seu papel e informe ao cidadão. O silenciamento do principal telejornal do país sobre uma temática tão importante demonstra seu descaso com a informação pública. Faltam medidas que garantam que as temáticas sociais tenham espaço dentro dos telejornais brasileiros; nesse

¹⁰ Informações disponíveis em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/23/empresa-de-comunicacao-do-governo-lanca-plano-de-demissao-voluntaria.ghtml>

sentido, pode-se pensar em uma regulação de conteúdo e de espaço. Ressalta-se ser sempre necessário ter a democracia e a liberdade como eixos centrais. A regulação de conteúdo não pode ser entendida como censura; mas, sim, uma exigência pela manutenção de níveis de pluralidade, diversidade e cidadania.

Com relação aos eixos de análise, percebe-se que o Jornal Nacional tem edições que não possuem uma fonte cidadã, o que torna difícil uma inserção do telespectador na narrativa. Não são muitos os setores sociais representados. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo, não estão presentes. Na maior parte das edições analisadas, a contextualização dos fatos não é dada. Percebe-se um maior aprofundamento da temática das eleições nos dois sábados analisados, o que permite ao eleitor ser informado e dar seu voto consciente. Cabe ressaltar as diferenças nas coberturas dos dois candidatos ao cargo de Presidente da República. O candidato Bolsonaro sofreu uma facada e se manteve afastado das ruas, interagindo majoritariamente pelas redes sociais. Esse fato tornou a cobertura da agenda do candidato diferenciada, focada nas publicações em redes sociais lidas pelos apresentadores do telejornal. Por vezes, verifica-se maior tempo para o candidato, não necessariamente em fala direta. A maior parte das matérias se passa no Sudeste. É necessário maior representação popular no Jornal Nacional.

Com relação aos produtos telejornalísticos da TV pública, Caminhos da Reportagem e Ver TV, percebe-se uma maior pluralidade no recorte analisado; principalmente no primeiro. No Ver TV percebe-se que não existe representação por parte dos setores sociais; isso, de certa forma, pode ser explicado pela natureza do programa. Tradicionalmente, um programa de entrevistas dá espaço aos especialistas. Só fontes oficiais e especialistas tem voz na edição analisada, o que dificulta a inserção do cidadão na narrativa apresentada. Se o cidadão não se vê representado, como entender e absorver o que está sendo transmitido? O conteúdo apresentado parece ser feito para os que já entendem do assunto. É feita a defesa da regulação e não são mostrados os dois lados, a temática é conduzida para uma formação de consenso acerca da necessidade da regulação. O formato segue um programa característico de entrevistas. Apesar disso, informações importantes são trazidas ao telespectador, como a existência de proibição na Constituição de que parlamentares sejam concessionários de rádio e televisão por serem também os responsáveis por conceder e manter as mesmas, a constituição de monopólios de comunicação e discussão acerca das leis que tratam da mídia estão entre as temáticas abordadas por um programa em formato e temáticas que só tem espaço na TV pública.

No Caminhos da Reportagem, nos eixos centrais, percebe-se maior pluralidade e representação de setores sociais, como professores, pesquisadores, cidadãos comuns, empresários, participantes de coletivos e outros. Porém, as fontes que ainda tem mais direito à voz são os especialistas que atuam como professores ensinando os telespectadores sobre o assunto tratado. Ainda que a TV pública deva ser a guardiã da diversidade, elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. A preocupação com a isenção se faz presente, mostram-se os “dois lados”; a defesa da não regulação é feita pelos representantes dos grandes conglomerados de mídia. O principal argumento pela não existência de regulação é a “briga pela audiência”, que garantiria segundo essas fontes a não caracterização de monopólio.

Na diversidade, as narrativas auxiliam a inserir o público na interpretação da edição. As fontes são variadas. Na edição analisada, nota-se que a polifonia de vozes é respeitada. Os entrevistados tem liberdade de emitir suas opiniões, independente do seu posicionamento. Os “dois lados” são mostrados: os defensores da regulação da mídia e os defensores da não regulação. Venício Lima chega a dizer, em entrevista que integra o material analisado, que não regular a mídia é manter uma corrupção da opinião pública.

No que refere-se ao eixo cidadania, percebe-se que a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral; por exemplo qual a participação e as responsabilidades dos cidadãos na não regulação da mídia? Qual a alternativa do cidadão ao oligopólio de mídia existente? Esses e alguns outros questionamentos ficaram em aberto. Apesar das tentativas de inserção por parte da TV Brasil, a narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado da temática. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. As regionalidades não estão presentes.

É preciso ir além da informação somente. Caso a regulação aconteça, o que o cidadão deve esperar? Quem vai agir para colocar a norma em prática? O que implica a prática da regulação da mídia no país? Questionamentos que ficam em aberto. E, mais, em um país onde os políticos não podem ser proprietários de concessões de veículos de comunicação, mas são concessionários e ainda contribuem para a concentração midiática, por meio do sistema de afiliação de redes de TV, como garantir uma lei de regulação? Existe outra medida que a sociedade pode utilizar para regular a mídia? Falta informação, principalmente num produto da TV pública, que visa inserir e informar o cidadão no contexto da temática.

Para responder a essas questões, observando-se a cobertura do telejornalismo comercial e público, percebemos que falta informação que permita ao telespectador agir como

cidadão, o que seria o principal compromisso da TV pública. Há assim a ausência como principal resposta em emissoras, pública e privada, que como concessionárias de serviço público deveriam informar e inserir os cidadãos na realidade, no contexto das temáticas cobertas.

REFERÊNCIAS

- ADRIELY, Patrícia. **Em entrevista, Lula defende democratização da comunicação.** Jornalistas Livres. [online] Disponível em <https://jornalistaslivres.org/2017/10/entrevistalulamg/>. Acesso em 20 jan.2018.
- AGGEGE, Soraya. **PT defende regulação da mídia.** Carta Capital [online] Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/congresso-do-pt-prega-regulacao-da-midia-brasileira>. Acesso em 14 jan.2018.
- ARAÚJO, Marcele Juliane Frossard de. **Hegemonia Cultural.** [online] Disponível em <https://www.infoescola.com/sociologia/hegemonia-cultural/>. Acesso em 29 set. 2018.
- BARBOSA, Bia. **O escárnio de Temer com as concessões de rádio e TV.** Intervezes. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/o-escarnio-de-temer-com-as-concessoes-de-radio-e-tv>. Acesso em 20 jan.2018.
- BRASIL. **Constituição de 1934.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 07 out. 2017.
- BRASIL. **Constituição de 1937.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 07 out. 2017.
- BRASIL. **Constituição de 1946.** Lei número 2.083 de 12 de novembro de 1953. Estabelece a liberdade de imprensa. Diário Oficial da República do Brasil. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L2083.htm. Acesso em 07 out. 2017.
- BRASIL. **Constituição de 1967.** Lei número 5.250 de 9 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm. Acesso em 07 out. 2017.
- BRASIL. **Constituição de 1988.** Capítulo V – Da comunicação social (artigos 220 à 224). Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/867c0b7d461bdcb50325656200704c11?OpenDocument>. Acesso em 08 out. 2017.
- BRASIL. **Decreto Número 4.743, de 31 de outubro de 1923.** Aprova a liberdade de imprensa. Coletânea de Legislação. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>. Acesso em 07 out. 2017.
- BRASIL 247. **LULA: VOU GANHAR E FAZER A REGULAÇÃO DA MÍDIA.** Disponível em <https://www.brasil247.com/pt/247/rio247/311441/Lula-vou-ganhar-e-fazer-a-regula%C3%A7%C3%A3o-da-m%C3%ADdia.htm>. Acesso em 03 jan. 2019.
- BRITO, Rosildo R. **Jornalismo Público, como assim?** Observatório da Imprensa. [online] Disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed762_jornalismo_publico_como_assim/. Acesso em 03 jan. 2019.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** NOVOS ESTUDOS: revista da CEBRAP, São Paulo, n.88, p.5-18, nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext>. Acesso em 04 jul. 2018.

BUCCI, Eugênio. **Eugênio Bucci: Chega de ter saudade do "padrão Globo".** Folha de S. Paulo. São Paulo, 17 fev. 2002. Folha Ilustrada. [online] Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u21345.shtml>. Acesso em 20 set. 2018.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. **Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações.** Revista Eptic, vol 17, nº3. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/4298/pdf>. Acesso em 20 jan. 2018.

CÁDIMA, Francisco Rui. **A televisão 'light' rumo ao digital.** Lisboa: Media XXI, 2006.

CÁDIMA, Francisco Rui. **Crise e crítica do sistema de media.** Lisboa: Media XXI, 2009.

CAMARGO, Camila. **História da Televisão.** [online] Portal TecMundo. Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/projetor/2397-historia-da-televisao.htm>. Acesso em 02 jan. 2019.

CARDOSO, João Batista Freitas. **A semiótica do cenário televisivo.** São Paulo: Annablume, 2008.

Caminhos da Reportagem. **Regulação da Mídia é tema do Caminhos da Reportagem.** Disponível em <http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/05/regulacao-da-midia-e-tema-do-caminhos-da-reportagem>. Acesso em 05 jul. 2018.

CONFECOM. **Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.** Brasília: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil.** Ensaios sobre ideias e formas. RJ: DP&A, 2005.

COUTINHO, Iluska (org). **A informação na TV pública.** Florianópolis: Insular, 2013.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. **O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade:** A análise da materialidade audiovisual como método possível. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo. [online] Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>. Acesso em 12 out. 2018.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo como serviço público no Brasil: reflexões sobre o exercício do direito à comunicação no Jornal Nacional/TV Globo. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **40 anos de Telejornalismo em Rede Nacional: olhares críticos.** Editora Insular. 2009.

CYBERCOLLEGE. **Como o aparelho de tevê funciona?** [online] Disponível em <<http://www.cybercollege.com/port/tpv008.htm>>. Acesso em 28 set. 2018.

CYSNE, Diogo. **Constituição de 1988**. Infoescola. Disponível em <http://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>. Acesso em 08 out. 2017.

Dicionário de Português online. **Hegemonia**. [online] Disponível em <https://www.lexico.pt/hegemonia/>. Acesso em 28 set. 2018.

DIRCEU, José. **Regulamentação de mídia e princípios constitucionais**. 2012. Disponível em <https://www.brasil247.com/pt/247/poder/61259/Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-de-m%C3%ADdia-e-princ%C3%ADpios-constitucionais.htm>. Acesso em 29 ago. 2017.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

ESTADO DE SÃO PAULO. **O PT E A REGULAÇÃO DA MÍDIA**. O Estado de S. Paulo. 18 de junho de 2014. [edição online] Disponível em <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,o-pt-e-a-regulacao-da-midia-imp-,1514002>. Acesso em 13 jan. 2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. **STF derruba Lei de Imprensa**. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,stf-derruba-lei-de-imprensa,363661>. Acesso em 07 jan. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Privatização das teles foi seguida por escândalos**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u70988.shtml>. Acesso em 20 jan. 2018.

FUENZALIDA, Valerio. **Programação: por uma televisão pública para a América Latina**. In: RINCÓN, Omar. *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-EbertStiftung, 2002, p.155-200.

GANTOIS, Gustavo. **Lula encerra o governo com aprovação recorde de 87% da população**. Portal de notícias R7. Disponível em <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/lula-encerra-governo-com-aprovacao-de-83-4-da-populacao-20101229.html>. Acesso online em 30 out. 2017.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Volume 5. Rio de Janeiro, Intrínseca. 2016.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais. O princípio educativo. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

HASWANI, Mariângela Furlan. **A comunicação estatal como garantia de direitos: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela**. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo. 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAS – Pesquisa Anual de Serviços, 2016**. [online] Disponível em <https://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/8311-televisao.html>. Arquivo consultado em 01 dez. 2017.

LEAL FILHO, L. L. **A melhor TV do mundo**. São Paulo: Summus, 1997.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. Comunicação Pública. In: GONCALVES, Miriam (org.). **Enciclopédia do Golpe, v.2 - O papel da Mídia**. Bauru: Canal 6, 2018. p. 27-32.

LIMA, Jorge da Cunha. **TV estatal não é TV pública**. 2007. Disponível em <http://observatorio.daimprensa.com.br/interesse-publico/tv-estatal-nao-e-tv-publica/>.

Acesso em 11 fev. 2016.

LIMA, Luciana. **PT define como prioridade projeto de regulação da mídia.** Portal Último Segundo. Disponível em < <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-11-03/pt-define-como-prioridade-projeto-de-regulacao-da-midia.html>>. Acesso em 12 jan. 2018.

LIMA, Venício. **Existe concentração de mídia no Brasil? Sim.** Observatório da Imprensa. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/plq010720031.htm> Acesso em 02 out. 2017.

LIMA, Venício. **Governo erra ao não propor marco regulatório da mídia.** 2011. Entrevista ao Portal Vermelho. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/mg/noticia.php?id_noticia=163595&id_secao=6; acesso em: 29 out. 2017.

LIMA, Venício. **Regulação das Comunicações: História, Poder e Direitos.** São Paulo: PAULUS, 2011.

MATOSO, Filipe. **Empresa de comunicação do governo lança plano de demissão voluntária.** Portal de Notícias G1. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/23/empresa-de-comunicacao-do-governo-lanca-plano-de-demissao-voluntaria.ghtml>. Acesso em 13 jan. 2019.

MENDES, Francisval. **Diretor distingue atribuições para regular e regulamentar.** 2011. Portal RDNEWS. Disponível em <http://www.rdnews.com.br/blog-do-romilson/artigos/diretor-distingue-atribuicoes-para-regular-e-regulamentar/27838>; acesso em 10 out. 2017.

MENDES, Gilbran. **Eleonora Menicucci: “Nosso maior erro foi não ter feito o marco regulatório da mídia”.** Disponível em <https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2018/03/eleonora-menicucci-nosso-maior-erro-foi-nao-ter-feito-o-marco-regulatorio-da-midia/>. Acesso em 03 jan.2019.

MEMÓRIA GLOBO. **Debate Collor x Lula.** [online] Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula.htm>. Acesso em 28 set. 2018.

MEMÓRIA GLOBO. **Enchentes no Rio – 1966.** [online] Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/enchente-no-rio-1966.htm>. Acesso em 29 set. 2018.

MEMÓRIA GLOBO. **História da TV Globo.** [online] Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/>. Acesso em 29 set. 2018.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MEMÓRIA GLOBO. **Praça da Alegria.** [online] Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/praca-da-alegria/formato.htm>. Acesso em 29 set. 2018.

MEMÓRIA GLOBO. **Primeiro telejornal do Brasil a ser transmitido em rede, o JN conquistou a preferência do público e se firmou como um dos mais respeitáveis do país.**

Disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/o-primeiro-dia.htm>. Acesso em 10 ago. 2018.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Política e mídia no Brasil: episódios da história recente**. Brasília, DF. Editora Plano, 2002.

MIRRA, Gustavo Fernandes Paravizo. **Visibilidade e Representação: As Conexões Midiáticas e Políticas dos Deputados Federais da Zona da Mata Mineira**. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora. 2017.

OTONDO, Teresa Montero. **Televisão Pública para quem e para quê?** São Paulo: Annablume, 2012.

PERES, Bruno. **Dilma vai “tirar dúvidas” no Facebook sobre o Marco Civil da Internet**. Valor Econômico. Disponível em <http://www.valor.com.br/politica/3525228/dilma-vai-tirar-duvidas-no-facebook-sobre-o-marco-civil-da-internet> Acesso em 13 jul. 2017.

PIERANTI, Octavio Penna. **Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula**. 2006. Plataforma Scielo. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n68/a04n68.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2018.

PIETRO, Maria Silva Zanella Di. **Limites da função reguladora das Agências diante do princípio da legalidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2003.

SILVA, Luiz. **Jornalismo Público - O social como valor-notícia**. Brasília, DF. Casa das Musas, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia**. [Online] Disponível em <http://pesquisademidia.gov.br>. Acesso em 10 jan. 2018.

RAMOS, Murilo César. **O feitiço do tempo e a regulação da mídia**. Jornal GGN. [online] Disponível em <https://jornalggn.com.br/noticia/a-conversa-mole-do-pt-sobre-regulacao-da-midia-por-murilo-ramos>. Acesso em 20 jan. 2018.

REDE BRASIL ATUAL. **‘Mídia concentrada prejudica a democracia’, diz ONU**. [online] Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/08/2018midia-concentrada-nas-maos-de-poucas-familias-prejudica-a-democracia2019-diz-onu-2966.html>. Acesso em 14/01/2019.

REDE GLOBO. **A globo no Brasil**. [online] Disponível em < http://redeglobo.globo.com/TVGlobo/Comunicacao/Institucional/SiteFolder/tvg/g_globo_brasil/0,,0,00.html>. Acesso em 29 set. 2018.

RIBEIRO, Ana Paula G; SACRAMENTO, Igor & ROXO, Marco (orgs). **Televisão, história e gêneros**. Editora Multifoco. Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Flávio Lins. **TV Mariano Procópio: cariocas do brejo entrando no ar**. Dissertação (mestrado em comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2010.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SANTANA, André. **Há 67 anos, a TV brasileira nasce com a TV Tupi.** Observatório da Televisão. [online] Disponível em <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/destaque/2017/09/ha-67-anos-a-tv-brasileira-nasce-com-a-estreia-da-tv-tupi>. Acesso em 10. Jan. 2019.

SANTOS, Dayane. **Em seminário, Flávio Dino e Haddad defendem regulação da mídia.** Portal Vermelho. [online] Disponível em <http://www.vermelho.org.br/app/noticia/301178-1>. Acesso em 20 jan. 2018.

SECCO, Duh. **Boicotada por fãs de Bolsonaro, Globo lidera audiência com posse.** Portal RD1. Disponível em <https://rd1.com.br/boicotada-por-fas-de-bolsonaro-globo-lidera-audiencia-com-posse-do-presidente/>. Acesso em 14 jan. 2019.

SILVA, Luiz. **Jornalismo Público** - O social como valor-notícia . Brasília, DF. Casa das Musas, 2002.

TV BRASIL. **Ver TV discute a regulação da mídia.** Disponível em <http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/regulamentacao-da-midia-em-debate>. Acesso em 03 jan. 2019.

VALENTE, Jonas. **Regulação democrática dos meios de comunicação.** São Paulo, 2013.

VIEIRA, Allana Meirelles. **Telejornalismo público: uma avaliação dos compromissos da TV Brasil e da TV Cultura.** Monografia de graduação. UFJF, 2013.

VIOLIN, Tarso Cabral. Não Regulamentação. In: GONCALVES, Miriam (org.). **Enciclopédia do Golpe, v.2 - O papel da Mídia.** Bauru: Canal 6, 2018. p. 153-160.

WALTENBERG, Guilherme. **Em blog, Dirceu diz que regulação da mídia é prioridade do PT em 2013.** O Estado de S. Paulo. [online] 05 de novembro de 2012. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-blog-dirceu-diz-que-regulacao-da-midia-e-prioridade-do-pt-em-2013,955977>. Acesso em 16 jan. 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura y Sociedad. 1780-1950.** De Coleridge a Orwell, Buenos Aires: Nueva Vision, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: Tecnologia e forma cultural.** São Paulo: Boitempo, 2016.